

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Diogo Mendes Rodrigues

ENTRAVES PARA A ADESÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIDADES
ACADÊMICAS DA UFJF

Juiz de Fora

2019

Diogo Mendes Rodrigues

**ENTRAVES PARA A ADESÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIDADES
ACADÊMICAS DA UFJF**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Tarcísio Jorge Santos Pinto

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rodrigues, Diogo Mendes.

Entraves para a adesão à extensão universitária nas unidades acadêmicas da UFJF / Diogo Mendes Rodrigues. -- 2019.

166 f. : il.

Orientador: Tarcísio Jorge Santos Pinto

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2019.

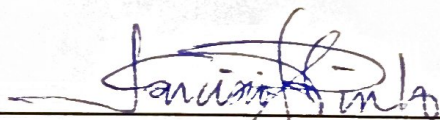
1. extensão. 2. universidade. 3. adesão. 4. formação acadêmica. 5. troca de saberes. I. Pinto, Tarcísio Jorge Santos, orient. II. Título.

DIOGO MENDES RODRIGUES

ENTRAVES PARA A ADESÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIDADES
ACADÊMICAS DA UFJF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

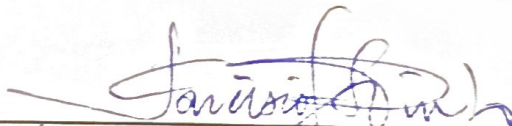
Aprovada em 01/08/2019.




Prof. Dr. Tarcísio Jorge Santos Pinto (orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Prof. Dr. Frederico Braid Rodrigues de Paula
Universidade Federal de Juiz de Fora



 Prof.ª Dra. Maylta Brandão dos Anjos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

À minha mãe, Maria José, mulher de fibra, que sempre prezou pela minha formação e a de meu irmão, mesmo diante de todos os obstáculos que a vida lhe impôs.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sem a presença dele, não somos ninguém!

À minha mãe, Maria José, e ao meu irmão, Bruno, meus maiores incentivadores. Os dois, nos momentos de dificuldade, sempre estiveram ao meu lado.

À professora Ana Livia, uma grande incentivadora nos meus estudos sobre a extensão. Sua atuação incansável na busca por uma prática extensionista mais forte, dialógica e impactante junto à sociedade me estimulou durante a escrita desta pesquisa.

Aos colegas da Proex, que me incentivaram na realização do mestrado. Em especial, à Rafaela, que sempre ouviu minhas angústias durante o curso e segurou as pontas do setor nos momentos em que precisei me ausentar. E à Cecília, por sua amizade e bom-humor, durante esses quase 10 anos em que trabalho na Proex.

Agradeço também às amigas que este mestrado me proporcionou: Dante, Eliete, Iramaia, Maria Alice, Simone e Vicente, que, em meio a tantos fóruns, trabalhos e provas, fizeram com que esta jornada se tornasse mais fácil e divertida. E, em especial, ao amigo e professor Abdalla, pelas nossas conversas durante esses dois anos, que foram bastante enriquecedoras e até me renderam algumas ‘chamadas de atenção’.

Ao meu orientador, professor Tarcísio, por todo apoio, presteza e direcionamento dados a este estudo. À Diovana, por sua dedicação, competência, disposição e compreensão, elementos que foram fundamentais para que eu pudesse concluir essa etapa da minha vida acadêmica. À Camila, por suas importantes contribuições para o texto. Aos professores Frederico Braida, Julvan Moreira e Maylta Brandão pelas valiosas recomendações a esta pesquisa.

Ao CAEd, pela oferta deste curso de mestrado profissional a nós, profissionais técnico-administrativos. E à UFJF, por sua política de capacitação dos servidores e por ter proporcionado o financiamento dos meus estudos durante estes dois anos.

Por fim, agradeço a todos os professores das faculdades de Engenharia e de Medicina que participaram das entrevistas e responderam os questionários. As informações, fornecidas por eles, foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

Sem a participação e o apoio de vocês, esta pesquisa não teria sido possível. A todos, a minha gratidão!

A área de extensão vai ter num futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural (SANTOS, 2004, p. 53).

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O caso de gestão analisou a adesão à prática extensionista nas unidades acadêmicas da UFJF e seus principais entraves. Na instituição, a Pró-Reitoria de Extensão (Proex) é o órgão responsável pela institucionalização de ações extensionistas, atividades que viabilizam a relação transformadora entre universidade e sociedade, por meio do diálogo e da troca de saberes. No contexto de atuação do pesquisador, foi constatado que a distribuição das ações de extensão entre as unidades acadêmicas da UFJF se dá de maneira desigual, fazendo com que algumas delas apresentem dificuldades em proporcionar a prática extensionista a seus acadêmicos. Tal constatação trouxe à tona um problema a ser enfrentado, tendo em vista que o Conselho Nacional de Educação regulamentou que a extensão deve ser inserida na carga horária dos cursos de graduação até dezembro de 2021. A partir do cenário encontrado, esta pesquisa apresentou como objetivo central estudar os motivos que têm dificultado a implementação e o desenvolvimento de ações de extensão na UFJF. Os objetivos específicos foram: (1) apresentar o cenário atual da extensão na instituição, bem como suas características próprias; (2) identificar e analisar os motivos que levaram à baixa adesão particularmente em algumas unidades da UFJF; (3) propor ferramentas à Proex para assessorar as unidades acadêmicas no crescimento do número de programas e projetos de extensão, bem como na preservação de seus princípios qualitativos – culturais, sociais e políticos. Para isso, foram realizadas entrevistas e aplicado um questionário aos coordenadores de programas e projetos de duas unidades acadêmicas com situação distinta: uma com grande número de ações de extensão e outra com pequeno quantitativo. Por meio da aplicação dos instrumentos, foi possível identificar que a interpretação sobre o conceito de extensão na UFJF, apresentada pelos respondentes, proporcionou versões conflitantes. Entre os principais dificultadores identificados estão a menor valorização da extensão em comparação ao ensino e à pesquisa, o menor financiamento de suas atividades e a burocracia dos procedimentos. A partir de tal diagnóstico, foi desenvolvido um Plano de Ação Educacional. Foram propostas cinco ações, como realização de capacitação para os docentes, reunião com os gestores das unidades, melhoria dos trâmites e da divulgação das ações de extensão existentes e realização de edital de financiamento interno. Desta forma, espera-se reduzir o impacto dos entraves

identificados, fortalecer a extensão na UFJF e ampliar a prática extensionista na comunidade acadêmica.

Palavras-Chave: Extensão. Universidade. Adesão. Formação Acadêmica. Troca de Saberes.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the Professional Master in Management and Evaluation of Public Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation (CAEd) of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF). The management case studied analyzed the adherence to the extensionist practice in the academic units of UFJF and its main difficulty elements. The Pro-Rector of Extension of UFJF is responsible for registering the extension activities that should enable the transformative relationship between university and society, through dialogue and the exchange of knowledge. In the author's work context, it was found that the distribution of the extension actions occurs in an unequal way among the academic units of UFJF. This causes some of them have difficulties to provide the extensionist practice among its academics. This finding reveals a problem to be solved, because the National Council of Education determined that the university extension should be included in degree curriculum until December 2021. From the scenario found, this dissertation presented as general objective to study the reasons that hinder the implementation and development of extension actions in UFJF. The specific objectives were: (1) to present the current scenario of extension in the University, as well as its own characteristics; (2) to identify and analyze the reasons for low adhesion particularly in some UFJF units; (3) to propose actions to Proex to support the academics units to expand the number of extension programs and projects, as well as the preservation of its qualitative principles - cultural, social and political. For this, interviews were conducted and a questionnaire was applied to the coordinators of programs and projects of two academic units with different situation: the first with large number of extension actions and the other with small quantitative. Through the application of the research instruments, it was possible to identify that the interpretation of respondents about the concept of extension provided conflicting versions in UFJF. The main difficulty elements identified were the less appreciation of extension, when compared to teaching and research, the less investment in its activities and the bureaucracy of procedures. Based on this diagnosis, an Educational Action Plan was developed. Five actions were proposed, such as the provision of qualification moments for teachers, meetings with the units managers, improvement of procedures and the divulgation of extension actions and execution of internal financing public notice. In this way, it's hoped to minimize the impact of the identified obstacles to strengthen the extension in UFJF and expand the extensionist practice among the academic community.

Keywords: extension, university, adherence, academic formation, knowledge exchange.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão.....	49
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Respostas por unidade acadêmica	89
Gráfico 2 – Coordenação de programas/projetos	92
Gráfico 3 – Importância da extensão para a prática docente	94
Gráfico 4 – Importância da extensão para a formação dos acadêmicos	94
Gráfico 5 – Estímulo às ações de extensão.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Entrevistas realizadas	90
Quadro 2 – Extensão a partir da troca de saberes (questão aberta)	97
Quadro 3 – Extensão como cumprimento de papel social.....	99
Quadro 4 – Extensão como prestação de serviço (questão aberta).....	100
Quadro 5 – Extensão como mera transmissora de conhecimentos.....	105
Quadro 6 – Dificuldade na conceituação de extensão	109
Quadro 7 – Dificultador: Menor valorização da extensão (questão aberta)	118
Quadro 8 – Dificultador: Burocracia para submissão de projetos.....	122
Quadro 9 – Dificultador: Grade curricular da Medicina	125
Quadro 10 – Facilitador: Interesse dos estudantes	127
Quadro 11 – Facilitador: Conhecimento das demandas	128
Quadro 12 – PAE: Ações a serem implementadas	132
Quadro 13 – Questões da Metodologia 5w2h	133
Quadro 14 – Capacitação sobre extensão	134
Quadro 15 – Revisão e divulgação dos procedimentos da Proex.....	136
Quadro 16 – Reuniões com direções, chefias e coordenações	139
Quadro 17 – Planejamento de divulgação dos programas e projetos	141
Quadro 18 – Edital de financiamento de ações de extensão.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instituições parceiras mais recorrentes	52
Tabela 2 – Cenário extensionista nas universidades federais mineiras	54
Tabela 3 – Inserção da comunidade acadêmica da UFJF na extensão	54
Tabela 4 – Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFJF	55
Tabela 5 – Distribuição de programas e projetos por área temática.....	57
Tabela 6 – Ações de extensão por unidades da UFJF	58
Tabela 7 – Evolução do número de ações de extensão na UFJF	60
Tabela 8 – Ações de extensão da UFJF por duração.....	62
Tabela 9 – Envios do questionário eletrônico	88
Tabela 10 – Percentual de respostas em cada unidade	89
Tabela 11 – Relação do docente com a extensão atualmente.....	91
Tabela 12 – Coordenação de programas/projetos por unidade.....	92
Tabela 13 – Extensão a partir da troca de saberes (questão fechada).....	98
Tabela 14 – Extensão como prestação de serviço (questão fechada)	101
Tabela 15 – Extensão como prestação de serviço nas unidades.....	102
Tabela 16 – Extensão como serviço assistencial	106
Tabela 17 – Extensão como serviço assistencial (por unidade e vínculo).....	106
Tabela 18 – Extensão é tudo aquilo que não é ensino nem pesquisa	109
Tabela 19 – Dificultador: Financiamento da extensão (questão fechada).....	113
Tabela 20 – Estímulo às ações de extensão por unidade acadêmica	117
Tabela 21 – Dificultador: Menor valorização da extensão (questão fechada)	119
Tabela 22 – Dificultador: Desconhecimento dos trâmites.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS

Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Capex	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Centro de Atenção à Saúde
CCS	Centro de Ciências da Saúde
Cead	Centro de Educação a Distância
Cepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFJF
CES	Câmara de Ensino Superior
CGCO	Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conexc	Conselho Setorial de Extensão e Cultura da UFJF
Consu	Conselho Superior da UFJF
Crub	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
Crutac	Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
DCE	Diretório Central de Estudantes
Ebserh	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Enem	Exame Nacional de Ensino Médio
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
Facc	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Forproex	Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras
GAE	Gerência de Ações de Extensão
IAD	Instituto de Artes e Design
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICE	Instituto de Ciências Exatas
IES	Instituição de Ensino Superior
Intecoop	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

MCTIC	Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação
MEC	Ministério da Educação
PAE	Plano de Ação Educacional
PIT	Plano Individual de Trabalho
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
Proex	Pró-Reitoria de Extensão da UFJF
Proext	Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação
Progepe	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
Prograd	Pró-Reitoria de Graduação
Propp	Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Prouni	Programa Universidade para Todos
Reuni	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
Siga	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
Unifal	Universidade Federal de Alfenas
Unifei	Universidade Federal de Itajubá
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 UNIVERSIDADE E EXTENSÃO: ESPAÇO DE DIÁLOGO COM A SOCIEDADE	23
1.1 AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A TRIÁDE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO	23
1.1.1 A prática extensionista nas universidades brasileiras.....	31
1.2 A CRIAÇÃO DA UFJF E SUA CONSOLIDAÇÃO COMO UNIVERSIDADE....	41
1.2.1 A prática extensionista na UFJF.....	45
1.2.1.1 <i>A organização da extensão na UFJF</i>	<i>46</i>
1.2.1.2 <i>O panorama da prática extensionista na UFJF.....</i>	<i>53</i>
1.2.1.3 <i>A adesão à extensão nas unidades acadêmicas da UFJF: dificuldades enfrentadas</i>	<i>57</i>
2 A EXTENSÃO COMO FATOR DE LEGITIMIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA	64
2.1 CONCEITUAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	65
2.2 METODOLOGIA DE PESQUISA E A COLETA DE DADOS	83
2.3 ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA NA UFJF	96
2.3.1 Compreensão sobre o conceito de extensão universitária	96
2.3.2 Dificultadores e facilitadores para o desenvolvimento de ações de extensão	110
3 PLANO DE AÇÃO PARA POTENCIALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFJF	131
3.1 DISSEMINAÇÃO DO CONCEITO DE EXTENSÃO À COMUNIDADE DOCENTE DA UFJF.....	134
3.2 REVISÃO DOS TRÂMITES DE SUBMISSÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO....	136
3.3 REUNIÕES COM DIREÇÕES, CHEFIAS E COORDENAÇÕES	139
3.4 DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROMOÇÃO DA TROCA DE SABERES ENTRE EXTENSIONISTAS	141
3.5 PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE FINANCIAMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO NA UFJF	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICE A - Roteiro de Questionário: Faculdades de Medicina e Engenharia	158

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Faculdade de Medicina	162
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Faculdade de Engenharia	163
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Gestão da Extensão na UFJF	164
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	165

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o panorama da extensão universitária no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A extensão é a função institucional que busca viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, estimulando a troca de saberes entre a academia e a comunidade (FORPROEX, 2012). Conforme dados da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da UFJF¹, a instituição contava com 403 programas e projetos extensionistas no ano de 2018. Apesar desse quantitativo, é possível detectar que a distribuição dessas ações pelas unidades acadêmicas da UFJF se dá de maneira desigual. Enquanto alguns institutos e faculdades já difundiram a extensão na prática de seus servidores docentes e técnico-administrativos em educação e de seus graduandos, outras unidades ainda possuem baixa adesão².

O estímulo para a realização desta pesquisa se justifica pelo fato de o pesquisador atuar na Gerência de Ações de Extensão (GAE) da Proex, setor responsável por institucionalizar, acompanhar e fomentar os programas e projetos de extensão desenvolvidos no âmbito da universidade. O tema escolhido também se justifica devido ao fato de a extensão ser uma das funções acadêmicas que possibilita às universidades cumprirem seu papel social, isto é, a promoção de uma interação com a sociedade que transforma tanto a Instituição de Ensino Superior (IES), como também os setores sociais com os quais ela se relaciona, ao incorporar as demandas sociais a seus currículos e ações pedagógicas.

Além disso, a prática extensionista é fundamental para a formação dos estudantes do ensino superior. Isso se torna evidente quando a Constituição de 1988 determina a oferta do ensino, da pesquisa e da extensão pelas universidades à sua comunidade acadêmica (BRASIL, 1988). A participação da extensão na formação dos graduandos foi reforçada com a sanção da Lei Federal nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014 a 2024 (BRASIL, 2014), e com a aprovação da Resolução nº 07/2018, da Câmara de Ensino Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) (BRASIL, 2018). A partir de tais dispositivos legais, as universidades precisarão atualizar seus projetos pedagógicos até dezembro de 2021, direcionando obrigatoriamente 10% da carga horária dos cursos de graduação à participação em programas e projetos de extensão (BRASIL, 2018).

¹ Conforme dados obtidos pelo próprio autor junto à Pró-Reitoria de Extensão e detalhados na Tabela 6 (p. 58).

² Este panorama deve-se a diferentes fatores como a tardia consolidação da extensão como função acadêmica, o perfil profissional dos docentes, as particularidades de cada área de conhecimento e o menor financiamento.

Tendo em vista que apenas 7,4% dos estudantes de graduação da UFJF atuam em programas e projetos de extensão³, situação que também é percebida na maioria das universidades federais mineiras⁴, torna-se importante estudar a extensão para identificar formas de potencializá-la na UFJF e ampliar a adesão à prática extensionista.

Além da necessidade legal do cumprimento da carga horária, vale ressaltar que a extensão universitária é uma importante ferramenta para o desenvolvimento social dos acadêmicos e para a formação profissional destes. Conforme aponta Martins et al. (2015), é a partir da experiência dos estudantes com a realidade na qual a universidade está inserida, e da troca de saberes destes com a sociedade, que se torna possível promover uma visão ainda mais crítica, ética e cidadã de sua atuação profissional.

A partir do baixo percentual de estudantes de graduação da UFJF inseridos na extensão universitária e da necessidade de se potencializar a extensão para ampliar esta inserção, cumprindo assim o regulamentado pelo CNE, esta pesquisa apresenta como problema central a seguinte questão: Quais as principais dificuldades para a implementação e o desenvolvimento dos programas e projetos de extensão nas unidades acadêmicas da UFJF?

Com a constatação deste problema, foi proposto como objetivo geral desta dissertação estudar os motivos que têm dificultado a implementação e o desenvolvimento de ações de extensão nas unidades acadêmicas da UFJF. Para isso, tornou-se necessário descrever o panorama da extensão universitária no país, na UFJF e em seus institutos e faculdades, analisar os motivos que levaram à baixa adesão à extensão em algumas unidades, identificando elementos de resistências e dificuldades e, por fim, propor à Proex ferramentas para auxiliar e assessorar estas unidades acadêmicas no crescimento do quantitativo de programas e projetos e, conseqüentemente, da participação discente na extensão, sem que este crescimento represente perda da qualidade das atividades de extensão.

Para que fosse realizada uma análise da prática extensionista na UFJF, esta pesquisa partiu de referencial teórico sobre a extensão universitária. Com esse objetivo, foram apresentados diferentes conceitos e visões sobre o tema, a partir do princípio de que a extensão deva atender aos anseios sociais e não ao mercado produtivo (FORPROEX, 2012). Tal pressuposto é sustentado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), do qual a UFJF é signatária.

³ Conforme dados obtidos pelo próprio autor junto à Pró-Reitoria de Extensão e detalhados na Tabela 3 (p. 54)

⁴ Conforme dados obtidos por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (E-SIC) e expostos na Tabela 2 (p. 54), das 11 universidades federais localizadas em Minas Gerais, apenas duas apresentam percentual de participação de graduandos na extensão acima de 10%.

Esta pesquisa dialogou com autores como Paulo Freire, Maria Elisa Carbonari, Ana Luísa Sousa, Sueli Mazzilli, Alderlânia Maciel, Alcides Santos Júnior e Ana Maria Dias para tratar o conceito de extensão. Freire (1983) aponta que as ações de extensão precisam ser construídas e realizadas a partir do estabelecimento do diálogo entre os membros da universidade e da sociedade para que, desta forma, um novo conhecimento possa ser difundido. Carbonari (2007) e Sousa (2000) destacam a trajetória da prática extensionista no país e suas mudanças de concepção, impactadas pelos diferentes contextos sociais e políticos que o Brasil vivenciou. Mazzilli e Maciel (2010) e Santos Júnior (2013) destacam a necessidade de as universidades prezarem pela indissociabilidade da extensão em relação ao ensino e à pesquisa. Já Dias (2009) aponta a dificuldade de as IES conseguirem estabelecer o equilíbrio entre as funções acadêmicas.

A dissertação também discutiu a extensão universitária como importante mecanismo para a defesa e a legitimidade de uma universidade pública. Assim, autores que abordam tal tema, como Boaventura Santos, Marilena Chaui e Edineide Jezine, também fizeram parte do referencial teórico. Chaui (2003) e Jezine (2006) destacam que as universidades, compreendidas como instituições públicas e sociais, precisam se aproximar da sociedade e tornar seu ensino e sua pesquisa mais pertinentes às grandes demandas sociais brasileiras. Nesta mesma linha, Santos (2004) destaca que as universidades vivem uma crise de legitimidade perante a sociedade e enxerga na extensão uma das possibilidades de as IES começarem a reverter tal quadro.

Além da pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados na Pró-Reitoria de Extensão, esta dissertação utilizou como metodologia a pesquisa qualitativa, uma vez que foi necessário realizar uma pesquisa de campo para identificar possíveis causas que têm levado às dificuldades no desenvolvimento de ações de extensão pelos docentes, bem como comprovar ou não as hipóteses levantadas pelo autor. Para isso, foi aplicado um questionário junto a docentes da UFJF e foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a Pró-reitora de extensão e com professores coordenadores de programas e projetos da Faculdade de Engenharia, unidade em que a extensão possui baixa adesão, e da Faculdade de Medicina, na qual a prática extensionista é bastante difundida.

Esta dissertação foi estruturada em três capítulos. No primeiro, intitulado “Universidade e extensão: espaço de diálogo com a sociedade” foram apresentados o estabelecimento e o desenvolvimento das universidades públicas brasileiras, relacionando-os com a tríade ensino-pesquisa-extensão. Também foi destacada a trajetória da prática extensionista nas universidades brasileiras e a transformação da extensão ao longo do tempo.

Na seção seguinte, foi abordado o local de atuação do pesquisador. Para isso, foi apresentado o processo de criação da UFJF, sua consolidação como universidade pública e sua relação com a prática extensionista, abordando desde a organização da extensão e seu atual panorama até a sua adesão pelas unidades acadêmicas da instituição.

No segundo capítulo, intitulado “A extensão como fator de legitimidade da universidade pública”, foram analisadas as dificuldades encontradas pelas unidades acadêmicas da UFJF para a proposição e o desenvolvimento de programas e projetos de extensão. Para subsidiar tal análise, em sua primeira seção foi apresentado referencial teórico, a partir da exposição de diferentes conceitos sobre extensão e a importância da prática extensionista como ferramenta de legitimidade de uma universidade pública. Já a seção seguinte abordou a metodologia adotada para a realização da pesquisa de campo, os instrumentos de pesquisa, os critérios utilizados para recorte dos sujeitos e o perfil dos docentes que responderam o questionário e que participaram das entrevistas. O segundo capítulo é finalizado com a análise qualitativa sobre a prática extensionista da UFJF, realizada a partir de dois eixos: a compreensão do conceito de extensão pelos docentes e os elementos dificultadores e facilitadores para a execução de programas e projetos na instituição. Foi possível observar que a compreensão do conceito de extensão pelos docentes da UFJF ainda é difusa e contraditória. Também foi identificado que os professores apresentam maior facilidade em apontar elementos que dificultam a realização de atividades de extensão, em comparação aos facilitadores. Entre os principais entraves encontrados estão o baixo financiamento para a realização de programas e projetos, a menor valorização da extensão, em comparação às demais funções acadêmicas, a burocracia para o registro das atividades e a divulgação da extensão, que ainda é aquém da ideal.

No terceiro capítulo, intitulado “Plano de Ação para potencialização da extensão na UFJF” é apresentado um Plano de Ação Educacional (PAE), estruturado em cinco ações. Como um dos objetivos desse PAE, buscando consolidar o conceito de extensão, foi proposta a realização de capacitação para os docentes. Também foram previstas reuniões com os gestores das unidades acadêmicas para debater a necessidade de maior valorização da extensão na progressão docente e de iniciar o debate acerca de sua inserção nos currículos de graduação. Outro ponto, trata-se da revisão dos trâmites para registro de programas e projetos, com a finalidade de tornar os processos mais céleres. Para melhorar a divulgação da extensão, foi identificada a necessidade de elaboração de um plano de comunicação. Por fim, com o objetivo de dar continuidade à política da UFJF de investimento na extensão, foi planejada a realização de um novo edital de financiamento.

Tais propostas são direcionadas à Proex, com o objetivo de minimizar os efeitos causados pelos elementos dificultadores identificados. Com o PAE, espera-se que as atividades de extensão venham a ser potencializadas na UFJF, contribuindo para uma maior inserção de docentes, técnicos e estudantes em ações que tenham por objetivo promover a transformação social das comunidades em que a Universidade está inserida, por meio de uma relação dialógica.

1 UNIVERSIDADE E EXTENSÃO: ESPAÇO DE DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

Este capítulo tem por objetivo descrever o panorama atual da extensão universitária, com destaque para o contexto da UFJF. Em sua primeira seção, “As universidades brasileiras e a tríade ensino-pesquisa-extensão”, é contextualizado o desenvolvimento das universidades públicas no Brasil. Este cenário é apresentado sob a perspectiva do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, funções que devem compor, de forma indissociável, os objetivos de uma universidade. Em sua subseção, intitulada “A prática extensionista nas universidades brasileiras”, é apresentado o desenvolvimento de atividades pelas IES em prol da sociedade, desde suas primeiras experiências realizadas no início do século XX. A transformação da prática extensionista, associada ao contexto político e social que o país viveu no período também é destacada. Além disso, são abordados o conceito atual de extensão adotado pelas universidades públicas e suas diretrizes.

A segunda seção, intitulada “A criação da UFJF e sua consolidação como universidade”, apresenta o processo de criação da instituição, a construção de sua cidade universitária, os seus diferentes momentos de transformação e expansão e sua consolidação como universidade pública, a partir da apresentação de dados atualizados. Sua subseção, denominada “A prática extensionista na UFJF” aborda três elementos: a organização da extensão na instituição, o panorama da prática extensionista na UFJF e a adesão à extensão pelas unidades acadêmicas da universidade.

1.1 AS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS E A TRÍADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO

O processo de criação de universidades no Brasil ocorreu de forma tardia em comparação aos demais países da América Latina. Tal demora, segundo Fávero (2006), ocorreu devido à resistência de Portugal, que durante o período de colonização do país, pretendia que o Brasil mantivesse uma relação de dependência com a universidade portuguesa de Coimbra. Nesse sentido, a Coroa Portuguesa frustrou a tentativa dos jesuítas de criá-la ainda no século XVI na colônia. Segundo Ésther (2007), um grupo de jesuítas, em 1592, tentou instalar uma instituição de ensino superior na Bahia. No entanto, sua instalação não foi autorizada e nem reconhecida pelo papa e nem pelo então rei de Portugal. Assim, os estudantes concluintes dos colégios jesuítas, oriundos de famílias pertencentes à elite

brasileira, precisavam se deslocar para Coimbra ou para outras universidades europeias, para completarem seus estudos:

Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2006, p. 20).

Em paralelo a isso, ao adotar uma política diferente da Coroa portuguesa, a Espanha optou por começar a difundir as universidades em suas colônias. Segundo Ésther (2007), a mais antiga data de 1538 e foi criada em Santo Domingo, na República Dominicana. Posteriormente, foram instaladas universidades no Peru (1551), no México (1562), na Argentina (1611), no Chile (1624) e na Bolívia (1624). Assim, ao final do período de colonização, a América espanhola já contava com 26 instituições de ensino superior. Enquanto isso, no Brasil, segundo Ésther (2007), havia apenas algumas faculdades isoladas, criadas a partir da transferência da família real portuguesa para o Brasil. Essas instituições encontravam-se apenas em algumas cidades. Podemos citar o Curso Médico de Cirurgia da Bahia e a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, ambos criados em 1808, a Academia Real Militar, efetivada em 1810, e a Escola de Minas de Ouro Preto, estabelecida em 1832. Tais cursos apresentavam uma orientação meramente profissionalizante, a partir do ensino e da difusão de técnicas laborais, destinadas às elites brasileiras. Nesse sentido, Fávero (2006) aponta que, “mesmo como sede da Monarquia, o Brasil consegue apenas o funcionamento de algumas escolas superiores de caráter profissionalizante” (FÁVERO, 2006, p. 20).

Passado o período de colonização, no Império (1822-1889), outras tentativas de criação de universidades no Brasil foram realizadas, mas nenhuma delas obteve êxito. Segundo Teixeira (1989), durante o período monárquico, foram apresentados ao menos 42 projetos de universidades, todos recusados pelo governo e pelo parlamento. A última proposta deste período foi elaborada pelo imperador Dom Pedro II em 1889: “uma delas foi apresentada pelo próprio Imperador, em sua última Fala do Trono (1889), propondo a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do país, que poderiam constituir-se centros de alta organização científica e literária” (FÁVERO, 2006, p. 21).

Porém, foi apenas no período republicano que a universidade foi implementada no Brasil. Segundo Fávero (2006), no ano de 1920, o governo federal anunciou que iria reunir quatro escolas superiores localizadas no Rio de Janeiro, junção esta que seria implementada

efetivamente no ano de 1937, assegurando-lhes autonomia didática e administrativa. Assim, conforme Ésther (2007), podemos apontar a Universidade do Rio de Janeiro (1920), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1927) e a Universidade de São Paulo (USP) (1934), como as três primeiras universidades brasileiras. No entanto, vale ressaltar que há discordância entre os autores sobre qual seria realmente a primeira universidade do país, uma vez que a Universidade do Rio de Janeiro só teria sido estabelecida, de fato, em 1937.

Em 1931, foi criado o primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, consequência da Reforma Educacional de 1930. Segundo Ésther (2007), o estatuto definiu que o ensino ofertado pelas universidades deveria elevar o patamar de cultura do graduando, bem como estimular a intervenção científica, com o objetivo de preparar o futuro profissional para atividades técnicas e superiores. Além disso, permitia a gestão autônoma da instituição, por meio da nomeação de um reitor a partir de uma lista indicada pelo conselho universitário, e determinava que pelo menos três cursos deveriam compor qualquer universidade: Direito, Medicina e Engenharia, podendo um destes ser substituído por cursos na área de Educação, Ciências ou Letras.

Neste período, havia um questionamento em diversos países de qual deveria ser o papel de uma universidade. Segundo Ésther (2007), para alguns a instituição deveria ser presa à tradição do ensino superior utilitário, preocupado apenas com o ensinamento de técnicas necessárias para o exercício de uma profissão. Para outros estudiosos, a universidade deveria avançar em relação a este modelo, passando a voltar-se para os problemas modernos da ciência, da pesquisa e da transformação social. No entanto, o modelo predominante no Brasil nesta época ficou preso ao modelo utilitarista.

No início da década de 1960, o Brasil contava com pouco mais de 20 universidades, além de instituições isoladas de ensino superior. Uma das instituições inauguradas foi a Universidade de Brasília (UNB), em 1961. Segundo Ésther (2007), o estabelecimento da UNB deu-se de forma diferente ao das demais universidades da época. A instituição optou por não seguir o modelo europeu, “seguindo o modelo norte-americano, baseado em institutos, faculdades e unidades complementares, sendo o departamento a unidade didática básica, em substituição à cátedra vitalícia” (ÉSTHER, 2007, p. 13). Tal modelo, implantado pela UNB, ganharia espaço nas universidades públicas brasileiras apenas na década de 1970, impulsionado pela Reforma Universitária de 1968. Além disso, vale destacar que a instituição de Brasília foi a primeira a não ser implementada a partir da junção de faculdades já existentes e optou por se contrapor ao modelo de cursos profissionalizantes, apresentando graduações mais flexíveis.

O modelo da UNB caracterizou-se como exceção à época e o governo brasileiro, no mesmo ano da fundação desta universidade, promulgou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1961). Para Ésther (2007), tal lei não trouxe avanços para a educação superior:

Ao contrário, a Lei reforçou o modelo tradicional vigente, mantendo a cátedra vitalícia, as faculdades isoladas, a universidade composta da justaposição de escolas profissionais e a maior preocupação com o ensino, **sem focalizar a pesquisa** (ÉSTHER, 2007, p. 13, grifo nosso).

Assim, até a década de 1960, a pesquisa não recebia a devida atenção nas IES. Sobre este ponto, Hunger et al. (2014) observam que a universidade, até esta época, restringia-se a desenvolver apenas atividades inerentes ao ensino, focando principalmente na profissionalização dos estudantes e no preparo para o mercado de trabalho. “A Universidade Pública, até fins da década de 1960, configurava-se como uma instituição de ensino. A sala de aula, a relação professor e aluno, era o espaço por excelência dessa atividade acadêmica” (HUNGER et al., 2014, p. 336).

É neste período, de meados do século XX, que a preocupação com a função social que uma universidade deveria exercer começou a ganhar espaço na academia. Segundo Carbonari (2007), a partir das reformas sociais do início da década de 1960 que o Brasil vivenciava, professores e discentes passaram a discutir e refletir sobre como as IES poderiam contribuir para o desenvolvimento social da comunidade ao seu redor. Assim, começaram a surgir atividades de extensão nas universidades, preocupadas com a realidade socioeconômica e cultural do país, procurando atender às principais demandas sociais.

No entanto, apesar da expansão do número de universidades pelo país e da ampliação do debate em relação à necessidade de realização de atividades acadêmicas em prol da sociedade, ocorridas na virada para a década de 1960, cabe destacar que estas ações de extensão, até então, ocorriam de forma isolada e sem o devido reconhecimento no âmbito acadêmico. Até aquele período, conforme aponta Hunger et al. (2014), a prioridade no ambiente universitário eram as ações relacionadas estritamente ao ensino, priorizando as demandas do mercado de trabalho. A pesquisa e, principalmente, a extensão, não recebiam o devido reconhecimento como função acadêmica essencial para o ensino superior.

E o debate acerca da função social das universidades por meio da extensão universitária, que avançou em meados do século XX, foi interrompido com o Golpe Militar de 1964. O período compreendido entre 1964 e 1985 foi marcado por forte intervenção do

governo central nas universidades, com a presença de movimentos estudantis contra a repressão. Muitos professores, intelectuais e estudantes que combatiam a ditadura militar desapareceram ou foram mortos nesta época.

Paralelamente a isso, conforme aponta Ésther (2007), os governos militares fizeram consideráveis investimentos na educação superior pública, que vivenciou um crescimento quantitativo de cursos e universidades no país, tornando o sistema universitário brasileiro mais robusto.

No início dos anos de 1980, o país já possuía 43 universidades públicas e 22 privadas. As universidades foram equipadas com bons prédios, laboratórios e bibliotecas, profissionalizaram docentes e funcionários técnico-administrativos, e ofereceram salários razoáveis (ÉSTHER, 2007, p. 14).

A Reforma Universitária de 1968 estabeleceu o vestibular classificatório para acesso aos cursos, a criação dos institutos e dos departamentos, a valorização do magistério superior, com os regimes de dedicação exclusiva para os professores, o estabelecimento de colegiados para os cursos e a adoção do sistema de créditos. David (2009, p. 16) aponta que a Reforma Universitária de 1968 trouxe “sensível avanço na profissionalização da carreira acadêmica e na institucionalização da pós-graduação nacional”. Neste período, a pesquisa passou a ser a política central da prática universitária. “A pós-graduação e a pesquisa científica são expandidas e modernizadas” (ÉSTHER, 2007, p. 13).

A inversão do valor dado anteriormente ao ensino para a pesquisa durante os governos militares é destacada por Hunger et al. (2014, p. 336):

Entretanto, na segunda metade da década de 1960, com a Reforma Universitária (lei n.º 5.540/68) evidencia-se a inversão dessa tendência tradicional, convertendo-se a pesquisa em sua atividade principal. O corpo docente deveria exercer atividades inerentes ao sistema, articulando, de maneira indissociável, o ensino à pesquisa e esta à pós-graduação.

Com a redemocratização do país, no final dos anos 1980, e com a promulgação da Constituição de 1988, além do ensino e da pesquisa, a extensão passou a ser reconhecida como função acadêmica com sua inclusão no texto constitucional, que definiu em seu artigo 207 que as universidades deverão obedecer “ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, n.p.). O texto constitucional também estabeleceu que 18% da receita de impostos federais deveria ser aplicado no desenvolvimento da educação e a gratuidade da educação pública. Diante disso, cabe frisar que, com a Carga Magna de 1988, as

ações de extensão adquiriram um respaldo legal e obrigatório. Se, até então, as instituições as realizavam de forma isolada, devido à importância de se aproximarem da comunidade na qual estavam inseridas, desde então, a extensão tornou-se uma função acadêmica das universidades e sua realização passou a ser determinada pela legislação.

Segundo Mazzilli e Maciel (2010), a inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecida na Carta Magna de 1988 foi uma conquista de instituições acadêmicas, sindicatos, movimentos estudantis e de entidades sociais que integraram o Fórum da Educação na Constituinte, em 1987, afinal as universidades sempre foram palco de debate entre diferentes concepções de sociedade.

[...] a ANDES, juntamente com outras entidades sociais que integravam o Fórum da Educação na Constituinte (1987), formulou a ideia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como possibilidade de uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e socialmente relevante. O período de reabertura política constituiu-se em um solo fértil de debates e houve toda uma mobilização das forças de oposição, atuantes no campo da educação, que contribuiu decisivamente para a inclusão deste princípio no artigo 207 da Constituição Federal (MAZZILLI; MACIEL, 2010, p. 3).

Outra legislação importante estabelecida desde a redemocratização foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Conforme Ésther (2007), em relação ao ensino superior, ela estabeleceu as bases legais da educação a distância, modalidade estimulada pelo governo desde então, a avaliação sistemática do ensino superior, as regras para estabelecimentos de faculdades e centros de ensino superior privados e a dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para os estabelecimentos não universitários da rede privada.

Apesar de restringir a obrigatoriedade da extensão universitária, associada ao ensino e à pesquisa, somente às instituições classificadas como universidades, a LDB definiu a extensão como uma das finalidades do ensino superior. Em seu artigo 43, inciso VII, a lei aponta que a educação superior deve: “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, n.p.).

Nesse sentido, vale destacar que a definição contida na LDB destaca apenas a transmissão do conhecimento desenvolvido pela Universidade em benefício da sociedade e não menciona a perspectiva da construção de um novo conhecimento, resultado da troca de saberes obtido a partir da interação entre os ambientes acadêmico e popular. Tal concepção de

extensão e a restrição de sua obrigatoriedade apenas às universidades foram resultados do processo de debate e de elaboração de seu texto final, realizado durante um governo neoliberal que privilegiou as opiniões dos representantes de instituições privadas de ensino. Sobre esse ponto, Mazzilli e Maciel (2010, p. 7) destacam que:

A LDB nº 9394/96, que muito se distanciou do projeto construído pelos setores progressistas da Educação, não reafirmou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, entre outros motivos, porque foi aprovada ao sabor dos interesses muito mais do governo e dos setores que representam a educação privada do que pelos que defendem a escola pública de qualidade.

Outro ponto em que a LDB destaca a importância da extensão universitária está no inciso VIII do artigo 43, ao apontar que o desenvolvimento de atividades de extensão deve contribuir para a aproximação entre os níveis básico e superior de ensino (BRASIL, 1996). A partir do desenvolvimento de atividades de extensão destinadas à área de educação, as universidades poderão contribuir para a universalização e o aprimoramento do ensino básico.

Após a publicação da LDB em dezembro de 1996, o país foi marcado por uma forte expansão do ensino superior. Em 2005, o Brasil alcançou a marca de 2.260 instituições de ensino superior e o número de matrículas ultrapassou a marca de 3,8 milhões. No entanto, esta expansão se deu principalmente no ensino privado. Conforme aponta Cunha (2003), enquanto o ensino superior privado foi estimulado na época, a rede pública federal de ensino superior sofreu com a contenção de gastos proposta por FHC, que comprimiu os orçamentos das universidades e congelou os salários dos servidores docentes e Técnico-Administrativos em Educação (TAE).

A política para o ensino superior deveria promover uma “revolução administrativa”: o objetivo seria a administração mais racional dos recursos e a utilização da capacidade ociosa, visando a generalizar os cursos noturnos e aumentar as matrículas, **sem despesas adicionais** (CUNHA, 2003, p. 39, grifo nosso).

Isso refletiu no número de matrículas. Conforme Macedo et al. (2005), até meados dos anos 1990, 42% dos estudantes do ensino superior estavam matriculados em instituições públicas. Já no início da década de 2000, esse número havia recuado para 30%. Em relação às instituições federais, a proporção de matrículas também caiu. Em 1995, as universidades federais eram responsáveis por 20,8% das matrículas no ensino superior, proporção que caiu para 14,6% em 2003.

Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder em 2003, primeiramente com Luís Inácio Lula da Silva e, posteriormente, com Dilma Rousseff, as universidades públicas voltaram a receber atenção. Segundo David (2009), houve retomada de investimento na educação superior, com a reestruturação das universidades públicas, a ampliação do acesso e a recuperação salarial dos professores e servidores da educação superior. Vários programas destinados ao ensino superior foram lançados, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado com a finalidade de conceder bolsas de estudo em cursos de graduação em IES privadas, e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Este último, por exemplo, foi criado com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Segundo o site do programa, no período entre 2003 e 2011, o número de universidades federais saltou de 45 para 59 e o número de cidades com a presença de um campus saltou de 114 para 237 (BRASIL, 2010). Atualmente, segundo dados do Censo do Ensino Superior, o país conta com 63 universidades federais

No entanto, este período de investimento na educação superior pública brasileira ficou para trás a partir da crise econômica que o país atravessa desde o final do primeiro mandato de Dilma Rousseff e que permaneceu nas gestões seguintes. Em estudo solicitado pelo governo Michel Temer ao Banco Mundial no ano de 2017, a instituição internacional recomendou ao governo brasileiro a contenção de gastos no ensino superior público e a cobrança de taxas aos estudantes, como fica evidente nos trechos destacados do estudo “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”:

Limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes geraria uma economia imediata de 0,26% do PIB. As universidades que receberem menos recursos como resultado desta medida teriam de reconsiderar sua estrutura de custos e/ou buscar recursos em outras fontes [...] Uma opção para aumentar os recursos das universidades federais sem sobrecarregar o orçamento seria a **introdução de tarifas escolares** (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 137, grifos nossos).

E o reflexo da crise econômica brasileira na educação superior já se faz presente e ficam evidenciados na carta aberta direcionada à população brasileira, publicada em 01 de abril de 2019, por seis entidades acadêmicas e científicas nacionais, dentre elas a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino (Andifes), que representa os reitores das universidades federais. O documento critica o contingenciamento de recursos do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (MCTIC), anunciado pelo Governo Federal em março de 2019. Segundo a carta,

o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) já estava com um orçamento extremamente reduzido em 2019, devido aos sucessivos cortes que o vitimaram nos últimos anos. Por isso mesmo, o CNPq só conseguiria pagar bolsas até o mês de setembro. As novas restrições orçamentárias atingem a integridade do programa de bolsas, fonte da formação de novos pesquisadores desde a criação do CNPQ [...] Cortar gastos não é a única maneira de reduzir a relação entre dívida pública e PIB. Outros países já descobriram que existe uma alternativa: investir em pesquisa e desenvolvimento para aumentar o PIB (CORTE..., 2019, n.p.).

O corte de investimento presenciado nas universidades públicas também afetou a extensão universitária. A principal iniciativa de financiamento da extensão no âmbito federal, o Programa de Extensão Universitária (Proext) criado em 2003 pelo Ministério da Educação, teve seu último edital lançado em 2016 (BRASIL, s/d). No âmbito estadual, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) encerrou em 2014 o edital para financiamento de propostas de extensão que apresentassem interface com a pesquisa (FAPEMIG, 2014).

A descontinuidade dos principais programas de financiamento da extensão universitária é uma das principais preocupações apontadas pelo Forproex (2012) para o desenvolvimento das ações extensionistas no país.

O fortalecimento da Extensão Universitária depende também de mudanças em seu processo de financiamento, de forma a garantir não apenas o necessário aumento quantitativo dos recursos, mas também maior **estabilidade**, solidez e transparência destes, assim como sua focalização em áreas prioritárias (FORPROEX, 2012, p. 28, grifo nosso).

Desde então, o financiamento das ações de extensão passou a ficar ainda mais dependentes do orçamento anual das universidades, que vivem atualmente um momento de contenção de repasse por parte do Governo Federal.

1.1.1 A prática extensionista nas universidades brasileiras

A extensão universitária, ao longo de sua trajetória no ensino superior brasileiro, apresentou diferentes concepções. Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o conceito de extensão adotado pelo Forproex desde 2012:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo

interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

Ao estimular a troca de saberes entre a Universidade e a sociedade e ter como principal compromisso procurar respostas para atender aos anseios sociais e não ao mercado produtivo, esta será a concepção de extensão a ser adotada nesta pesquisa. Tal concepção está em consonância com o conceito de extensão previsto na Política de Extensão da UFJF, aprovada em dezembro de 2018 (UFJF, 2018a).

Em relação à trajetória da prática extensionista, esta começou a ser realizada no país no início do século XX, com o estabelecimento das primeiras IES com o nome de Universidade. Segundo Sousa (2000, p. 86), a partir deste período, “[...] começa a ser observada a existência de algumas tentativas, por parte das próprias IES, no sentido de exercitar alguma função que fosse diferente da prática do ensino e mesmo da pesquisa”.

Neste sentido, conforme aponta Coelho (2014), duas experiências realizadas em São Paulo/SP e em Viçosa/MG podem ser consideradas pioneiras no que se refere à extensão universitária no Brasil, ambas baseadas em atividades realizadas em prol da sociedade por universidades do exterior.

A primeira experiência ocorreu na Universidade Livre de São Paulo, em 1912, com o estabelecimento de uma Universidade Popular, inspirado no modelo de mesmo nome difundido em países europeus, como Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália. Segundo Sousa (2000), tal experiência tinha como atividade principal a oferta de conferências e cursos gratuitos à sociedade. Porém, tal prática não atraiu as classes mais populares, uma vez que a atividade oferecida não despertava o interesse dessa parcela da população. Assim, as atividades da Universidade Popular ficaram mais restritas à alta sociedade paulistana.

A segunda experiência brasileira foi promovida pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa – atual Universidade Federal de Viçosa (UFV) na década de 1920. A atividade oferecida foi inspirada no modelo norte-americano dos *Land Grant College*, que se dedicava à extensão rural. De acordo com Sousa (2000), a escola de Viçosa reproduziu uma extensão dedicada à prestação de serviços no meio rural, com a oferta de cursos de assistência técnica a agricultores e de programas de economia doméstica. “Durante um certo tempo, as ações rurais foram as que caracterizaram mais fortemente a Extensão no Brasil” (SOUSA, 2000, p. 88).

Diante disso, é possível constatar que, neste período, as práticas extensionistas no Brasil, ainda realizadas de forma isolada, foram inspiradas nos formatos estrangeiros. Sobre tal questão, Sousa (2000, p. 89) ainda observa que:

não se evidencia nenhuma preocupação no sentido de serem criadas novas práticas ou mesmo de concretizar a institucionalização da extensão. Tratou-se de um período em que, embora as IES permanecessem insensíveis aos seus compromissos sociais, a categoria discente já se manifestava, reivindicando a presença da universidade de forma efetiva junto à sociedade.

Apesar de tais experiências, conforme observa Coelho (2014), o termo “extensão universitária” só passou a ser incluído na legislação brasileira a partir da aprovação do Decreto-Lei nº 19.851/1931, que definiu o Estatuto das Universidades Brasileiras. Segundo o documento, a extensão universitária se resumia à “difusão dos conhecimentos úteis, à ajuda individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que atendam os altos interesses nacionais” (BRASIL, 1931, n.p.). Tal difusão seria efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário e devidamente autorizados pelo conselho universitário.

O Decreto mencionado foi elaborado durante o governo de Getúlio Vargas e vigorou por cerca de 30 anos. O documento, segundo Sousa (2000, p. 89), tornou a extensão universitária “legalmente componente dos objetivos do ensino superior, sendo legitimado o seu caráter de prestação de serviços, conforme os modelos copiados”. Assim como as experiências iniciais, a prática extensionista continuava sendo vista apenas como instrumento de mera transmissão de conhecimento acadêmico e de propagação de ideias à sociedade, sem prever a interação e o devido diálogo.

O debate sobre a extensão universitária só começou a ser ampliado no Brasil a partir de meados do século XX, quando estudantes e docentes começaram a refletir sobre o papel social que estas instituições poderiam desempenhar em favor da sociedade. Segundo Carbonari (2007, p. 24),

na década de 1960, marcada pela mobilização popular e pelas reformas sociais, as atividades de extensão passam do enfoque da difusão do conhecimento para o de inserção na realidade socioeconômica, política e cultural do país, procurando respostas que contribuíssem para a transformação social.

Porém, com o golpe militar de 1964, a extensão universitária sofreu modificação em seus rumos. Segundo Carbonari (2007), nesta época, o Ministério da Educação e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, orientados pela Lei de Segurança Nacional, passaram a reprimir os movimentos estudantis, prejudicando o debate acerca da interação dialógica entre as IES e a sociedade. Neste cenário, tais órgãos definiram a extensão como atividade sem diálogo com a comunidade: “extensão é a projeção da Universidade ao meio, com o oferecimento de conhecimentos teóricos e práticos para o consumo das comunidades, sob a forma de treinamento supervisionado, e simultânea prestação de serviços” (CRUB, 1976, p. 16 apud SOUSA, 2000, p. 91).

Nesta perspectiva, os pesquisadores e docentes passaram a ser vistos como portadores do conhecimento e da técnica, enquanto os membros da comunidade como incapazes de compreender tais conhecimentos. A partir de tal concepção, passou a predominar as ações de extensão de cunho assistencialista, caracterizadas pela única função de prestar serviços à sociedade. “Neste momento, a ação extensionista não expõe as contradições geradoras dos problemas enfrentados pela comunidade e desarticula sua capacidade de organização e transformação da realidade” (CARBONARI, 2007, p. 24).

No período da Ditadura Militar, dois tipos de ações extensionistas de prestação de serviços se destacaram: o estabelecimento de *campi* avançados do Projeto Rondon e a criação dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac). Sobre o Projeto Rondon, Sousa (2000) destaca que, ao aderir à iniciativa do Governo Federal, a universidade deixou de lado seu papel ideológico para apenas reforçar a nova ordem política proposta pelo antigo Ministério do Interior, responsável pelo projeto. No âmbito do Rondon, “as atividades de Extensão eram meros instrumentos para reforçar os planos governamentais” (SOUSA, 2000, p. 93).

Cabe ressaltar que a UFJF foi uma das universidades protagonistas do projeto Rondon, desde sua implementação. Conforme aponta Spiazzi (2011), a UFJF, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade do Estado da Guanabara foram as três primeiras instituições selecionadas no final da década de 1960 para participarem do programa. A instituição foi designada pelo Ministério do Interior para gerir as práticas acadêmicas do recém-criado campus avançado de Tefé, município localizado na região central do estado do Amazonas. Durante duas décadas, a UFJF desenvolveu atividades acadêmicas no município amazonense. Em pouco tempo, a proposta do governo federal ganhou adesão de outras universidades. Em 1989, ano em que a Fundação Projeto Rondon foi extinta e tal iniciativa

descontinuada, o projeto contava com 23 *campi* avançados, a maioria deles em cidades do interior das regiões Norte e Nordeste, com a participação de 55 IES (SPIAZZI, 2011).

Já o Crutac surgiu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e contava com apoio de órgãos governamentais, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O Crutac retomava o modelo de extensão rural norte-americano, adotado em Viçosa/MG, na década de 1920. Seu principal objetivo era o treinamento de acadêmicos do último ano de seus cursos para auxílio nas atividades de assistência oferecidas às comunidades rurais. Os centros rurais vivenciaram durante o período da ditadura militar grande expansão pelo país. Segundo Sousa (2000), em seu auge, havia 22 Crutac espalhados pelo Brasil. Ambas as iniciativas eram complementares. Enquanto no Projeto Rondon as IES atuavam fora de seus estados, em regiões estratégicas selecionadas pelo Ministério do Interior, no Crutac, as universidades atuavam em sua região de origem.

Sobre tais experiências durante o período militar, Silva (2016) observa que, se por um lado, a forte presença dos ideais da Ditadura Militar nos dois programas prejudicava a troca de experiências e o diálogo entre a academia e as comunidades, o Projeto Rondon e o Crutac, ao menos, permitiram a convivência dos acadêmicos com realidades diferentes das suas, o que promoveu transformações na prática dos atores envolvidos. Sobre tal ponto, o Forproex (2012) destaca que:

A despeito de sua subordinação à política de segurança nacional e de seu caráter cooptativo, esses dois projetos tiveram o mérito de propiciar ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, descortinando-lhe novos horizontes e possibilitando-lhe espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural (FORPROEX, 2012, p. 6).

No entanto, Sousa (2000) critica a prática extensionista realizada até aquela época, ao constatar que o envolvimento das universidades em atividades de extensão no período ficou restrito aos modelos impostos pelo governo, se distanciando de uma concepção dialógica da extensão, defendida pelos movimentos estudantis nos anos de 1960:

Não há nenhuma prática ousada, que possa significar uma identificação com a turbulência anterior, provocada pelo Movimento Estudantil [...] Esse foi um período em que a Extensão ainda era concebida dentro da IES, conforme os modelos importados e seguindo as diretrizes ditadas pelo Estado (SOUSA, 2000, p. 97).

Diante deste cenário, é possível destacar que, conforme aponta Coelho (2014), até a década de 1980, a extensão universitária no Brasil apresentou pouco ou até mesmo quase nenhum avanço, mesmo com o surgimento de algumas manifestações em sua defesa por parte dos acadêmicos. “Podemos caracterizar essa fase como um período de dormência” (COELHO, 2014, p. 13).

A extensão teria a sua importância retomada a partir da década de 1980, quando sua concepção foi modificada. Neste período, houve o fortalecimento dos movimentos sociais, a redemocratização do país, a promulgação da Constituição de 1988 e a criação de instâncias para o debate da extensão, como o Forproex, e a consolidação das pró-reitorias de extensão. Neste contexto, a prática extensionista volta a ser discutida, partindo dos princípios da interação transformadora entre a Universidade e os setores da sociedade, do diálogo e da troca de saberes. Sobre o período de redemocratização do país, Santos Júnior (2013) aponta que a extensão universitária, com a criação do Forproex,

ganha uma nova dimensão, passando a ser centrada na articulação do ensino e da pesquisa através de trabalhos interdisciplinares e/ou procurando estabelecer a relação entre Universidade e a sociedade numa perspectiva de entrelaçamento de conhecimentos (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 66).

Para a Pró-reitora de extensão da UFJF e atual presidente nacional do Forproex, o Fórum, apesar de não ser um espaço com registro formal no Governo Federal, é fundamental para discutir politicamente os rumos, a conceituação e a identidade da extensão universitária brasileira.

O Forproex é um espaço político. Ele não é um espaço com registro formal em alguma universidade ou em algum setor governamental. É um fórum que articula todos os gestores da extensão universitária no país no campo público. Todas as universidades federais, estaduais e municipais podem participar deste fórum. Ali, é um fórum em que procuramos criar a identidade da extensão universitária brasileira. E ao fazermos isso, estabelecemos um conjunto de princípios e procedimentos que são acordados politicamente e que as universidades públicas de ensino têm seguido. É um fórum de caráter político (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019)⁵.

Conforme definição do Forproex (2012), a extensão é compreendida como um processo acadêmico, multidisciplinar, político e cultural que tem por objetivo promover uma

⁵ Trecho de entrevista realizada pelo autor com a pró-reitora de extensão da UFJF em 19 de março de 2019. Os trechos provenientes da entrevista realizada pelo autor estão recuados e em itálico para, desta forma, diferenciar-se das citações bibliográficas.

relação transformadora e dialógica entre a Universidade e os diferentes setores sociais. Ou seja, é através da extensão, indissociável ao ensino e à pesquisa, que as universidades cumprem seu papel social, com a promoção de uma interação que transforma a instituição e também os setores sociais com os quais ela se relaciona.

Sobre esta interação, Santos, Rocha e Passaglio (2016, p. 24) destacam que a prática extensionista quando realizada pelas universidades proporcionam:

a entrada dos saberes do senso comum no campo da vida acadêmica. As ações extensionistas geram interferências significativas tanto no campo acadêmico quanto na sociedade. A extensão proporciona na academia a geração de novos conhecimentos, a criação de novas modalidades de pesquisa, além da integração entre teoria e prática. Já na sociedade permite uma melhor percepção dos problemas sociais, econômicos e políticos.

Para que tal objetivo seja alcançado, as ações de extensão devem estimular a troca de saberes entre a academia e a comunidade, permitindo a construção de um novo conhecimento, fruto do diálogo entre os saberes acadêmico e popular. Neste sentido, a Política Nacional de Extensão Universitária de 2012 aponta que:

a Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão (FORPROEX, 2012, p. 21).

Entre as principais modalidades de ações de extensão, podemos destacar duas delas, por serem contínuas e com atividades perenes durante seu período de vigência: os programas e os projetos. Há também a existência de outras modalidades de extensão, que são de curta duração, com datas de início e fim bem definidas: os cursos de extensão⁶ e os eventos⁷.

De acordo com o que define o Forproex (2007), programa de extensão é um conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão, como cursos e eventos, que apresentam indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa. Tem caráter orgânico-institucional,

⁶ Conforme definição do Forproex (2007), curso de extensão é uma ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada e organizada de modo sistemático, com conteúdo programático e critérios de avaliação definidos e direcionada à sociedade.

⁷ Conforme definição do Forproex (2007), evento é uma ação que implica na apresentação pública, livre ou com público específico do conhecimento ou produto cultural, artístico, científico e tecnológico desenvolvido e reconhecido pela Universidade. Congresso, Seminário, Ciclo de Debates, Exposição e Festival são alguns exemplos de evento.

clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum. Na UFJF, o “Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o processo de envelhecimento”, por exemplo, é o programa mais antigo da instituição. Desenvolvido há mais de 20 anos e coordenado por uma docente da Faculdade de Serviço Social, o referido programa, além de suas próprias atividades, conta ainda com ações de diversos projetos de extensão voltados para a terceira idade, como cursos de línguas estrangeiras, suporte psicológico, oficinas de arte, atividades de orientação nutricional, curso de preparação para a aposentadoria e atividades de informática e culturais, além de um projeto específico para atender aos idosos do bairro Dom Bosco, vizinho ao campus da UFJF.

Já projeto de extensão, conforme o Forproex (2007), é uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico com objetivo específico e prazo determinado. O projeto pode ser vinculado a um programa de extensão, no qual faz parte de uma nucleação de ações, ou não vinculado, conhecido também como projeto isolado.

Nos últimos 15 anos, algumas iniciativas foram lançadas para fortalecer a extensão nas universidades brasileiras. Uma delas foi a instituição da Política Nacional de Extensão Universitária, lançada pelo Forproex em 2012, estabelecendo diretrizes a serem seguidas pelas IES. Visando ao fortalecimento da extensão nas universidades públicas, tal política tem entre seus objetivos reafirmar a extensão como processo acadêmico, definida e realizada em função das exigências da realidade e aliada ao papel indispensável na formação do estudante, conquistar o reconhecimento perante o Poder Público e a sociedade brasileira de que a extensão é uma dimensão relevante da atuação universitária, defender o financiamento público e transparente das ações de extensão e priorizar práticas voltadas para o atendimento das necessidades sociais (FORPROEX, 2012).

Também vale mencionar o PNE para o decênio 2014-2024, que definiu em sua meta 12.7 que até o término de sua vigência todos os estudantes de graduação tenham 10% de sua carga preenchida com a participação em programas e projetos de extensão (BRASIL, 2014). Outro avanço foi a regulamentação da extensão pela CNE do CES em dezembro de 2018. O documento estabeleceu diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e foi resultado de contribuições provenientes das instituições de ensino superior públicas e privadas. Além disso, regimentou a meta 12.7 do PNE, definindo que atividades de extensão deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos de graduação e reforçou a extensão como “processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade” (BRASIL, 2018, p. 1), em diálogo com o conceito definido pelo Forproex.

Para a pró-reitoria de extensão da UFJF e atual presidente do Forproex, a aprovação da Resolução pelo CNE foi uma conquista para a comunidade extensionista, pois, a partir de agora, o cumprimento dos 10% passou a ser um imperativo legal.

O PNE é uma política, não tem uma força de lei. É um conjunto de intenções para a educação brasileira. A Resolução sobre a extensão universitária, ela é que é o imperativo legal para que façamos a inserção da extensão nos currículos de graduação. Essa Resolução diz que até 2021 todos os cursos de graduação precisam estar com seus projetos pedagógicos concluídos [...] Eu penso que é um ganho, porque teremos que dar caráter curricular à prática extensionista, não vai ser mais uma opção do estudante participar, ele vai ter que participar efetivamente para poder cumprir as horas naquela atividade de intervenção (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

Além destes documentos, outro incentivo à realização de ações de extensão no cenário nacional foi a implementação do edital do “Programa de Extensão Universitária” a partir de 2003, pelo Ministério da Educação (MEC) e que contou com a parceria de outros ministérios na disponibilização de recursos para programas e projetos de extensão de variadas áreas e linhas temáticas e com ênfase na inclusão social (BRASIL, s/d). No âmbito estadual, vale destacar que, na mesma década, a Fapemig lançou edital que contemplava com apoio financeiro projetos de extensão que apresentassem algum tipo de interface com a pesquisa (FAPEMIG, 2014). As duas iniciativas representaram uma possibilidade concreta de financiamento externo para as atividades de extensão de forma complementar ao investido pelas próprias universidades. No entanto, com a escassez de recursos, a crise econômica e a mudança de governos, ambas as iniciativas foram encerradas.

Apesar dos desafios que se colocam para a extensão universitária, sua realização é importante para que uma universidade cumpra seu papel social. Para isso, torna-se necessário que sua comunidade acadêmica e a própria instituição valorize a extensão no mesmo patamar do ensino e da pesquisa. Segundo Nascimento (2012), a universidade que valoriza o ensino, a pesquisa e a extensão, dando-lhes o mesmo grau de importância,

consegue cumprir o compromisso social que lhe compete porque assimila as demandas sociais e as incorpora em seus currículos e ações pedagógicas. Assim, pode-se dizer que a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão é alcançada quando se observa que o conhecimento produzido tem o poder de transformar a realidade da sociedade na qual esta Instituição está inserida (NASCIMENTO, 2012, p. 23).

Conforme já visto, o artigo 207 da Constituição determina que as universidades brasileiras devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988). A inclusão desse princípio no texto constitucional, segundo Mazzilli e Maciel (2010) foi uma vitória de diferentes grupos sociais que defendiam uma universidade pública, gratuita e de qualidade e atenta aos anseios sociais.

Porém, essa indissociabilidade ainda não está consolidada no ensino superior. Com a expansão nos anos 1990 dos centros universitários e faculdades privadas, a partir da sanção da LDB de 1996, que definiu as diretrizes e bases da educação brasileira, o tripé (ensino, pesquisa e extensão) perdeu espaço no ensino superior (BRASIL, 1996). Desde então, as instituições desse nível de ensino, classificadas como centros universitários ou faculdades, não precisam necessariamente desenvolver atividades de pesquisa e extensão.

Segundo dados do Censo do Ensino Superior, publicados pelo Ministério da Educação em 2017, o Brasil contava em 2016 com 2.407 IES. Destas, apenas 197 são universidades, o que representa 8,2% do total (BRASIL, 2017). Ou seja, 91,2% das IES não são obrigadas a desenvolverem pesquisa e extensão. Além disso, Carbonari (2007), observa que as instituições privadas de ensino superior, quando optam por realizar ações de extensão, utilizam destas atividades como mecanismo para a sustentabilidade financeira da IES, oferecendo atividades remuneradas de prestação de serviços e de consultorias a empresas e a órgãos públicos, o que aproxima a extensão universitária da lógica do mercado. Para Mazzilli e Maciel (2010, p. 8), esse cenário permite constatar que “a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão realiza-se de forma muito limitada nas IES e que sua predominância concentra-se nas IES públicas”.

Mas, mesmo nas universidades públicas, a extensão encontra dificuldades também para ser valorizada, no mesmo patamar do ensino e da pesquisa. Essa dificuldade, segundo Dias (2009) pode estar ligada diretamente à política institucional adotada pela IES. É necessário que nessas políticas as três funções não sejam hierarquizadas, mas tratadas com igualdade. No entanto, segundo Moita e Andrade (2009), essa hierarquia ainda é bem presente nas universidades:

se a graduação tornou-se o lugar do ensino, a pós-graduação tornou-se o da pesquisa, sendo que tanto a extensão quanto o ensino são considerados tarefas inferiores à pesquisa. Na pós-graduação, a extensão é relegada, como se não pertencesse àquela indissociável articulação sobre a qual se fundamenta a universidade brasileira (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 277).

Assim, torna-se necessária que a política institucional de uma universidade defenda a indissociabilidade e trate seus três componentes de forma igualitária. Porém, a extensão não pode ser vista apenas como uma atividade obrigatória por estar prevista no texto constitucional. Ela precisa aproximar os saberes científico e popular.

Insistimos que a extensão não seja tratada como uma tarefa compulsória, mas antes, à semelhança do que ocorre com a pesquisa, uma atividade que decorre naturalmente desse compromisso social de uma instituição orientada pela superação das distâncias entre os saberes científico e popular. Assim, enquadradas pelo princípio da indissociabilidade, a extensão e a pesquisa tornam-se consequências naturais da docência, referências para que o ensino não se torne abstrato nem desligado das realidades locais (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 273).

Apesar da extensão e da pesquisa serem consequências naturais da prática docente, isso não tem sido regra nas IES. Segundo Dias (2009), a exigência, cada vez mais frequente, feita às universidades para ter um corpo docente mais qualificado e com maior titulação, tem estimulado as instituições a contratarem profissionais que apresentam habilidades inerentes a pesquisadores, em detrimento à formação pedagógica para o exercício da docência no ensino superior. A necessidade de produção investigativa pelos docentes, incentivada pelas agências de fomento, também tem contribuído para essa busca por um perfil de professor mais voltado à pesquisa.

A indissociabilidade e o equilíbrio entre ensino, pesquisa e extensão são fundamentais para a formação integral do aluno, pois permite o desenvolvimento de habilidades como autonomia, criatividade, independência, proatividade, criticidade e capacidade de fazer análises e resolver problemas. Para Dias (2009), quanto mais integrados estiverem o ensino, a pesquisa e a extensão na formação do ensino superior, mais preparado para o mercado de trabalho e para a solução de problemas da sociedade o profissional estará.

1.2 A CRIAÇÃO DA UFJF E SUA CONSOLIDAÇÃO COMO UNIVERSIDADE

A Universidade Federal de Juiz de Fora foi criada em 23 de dezembro de 1960 pelo presidente Juscelino Kubitschek, que sancionou a lei nº 3.858. De acordo com o artigo 2º da referida lei, a instituição foi resultado da federalização de cinco escolas de ensino superior existentes em Juiz de Fora.

A Universidade de Juiz de Fora (UJF) será constituída dos seguintes estabelecimentos de ensino superior, já reconhecidos e que são federalizados

por esta lei: a) Faculdade de Direito de Juiz de Fora; b) Faculdade de Medicina de Juiz de Fora; c) Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora; d) Escola de Engenharia de Juiz de Fora; e e) Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora (BRASIL, 1960, n.p.).

Nesse sentido, de acordo com o *site* da UFJF (2019a), os primeiros cursos ofertados pela instituição foram Medicina, Engenharia, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia. Ainda na década de 1960, cursos de licenciatura passaram a ser oferecidos, como Geografia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História. No ano de 1966, segundo Yazbeck (1999), a UFJF passou a oferecer os cursos de Filosofia e de Letras, a partir da incorporação de uma sexta instituição: a Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.

Segundo Ésther (2007), o modelo de criação de universidades a partir da aglutinação e federalização, visto na UFJF, era o mais comum no Brasil até então:

Durante os anos da década de 1940, outras universidades públicas e privadas vão sendo criadas, frutos de reunião de faculdades [...] No início da década de 1960 o país possuía mais de 20 universidades [...] A Universidade de Brasília foi a primeira universidade brasileira a não ser criada a partir da aglutinação de faculdades preexistentes (ÉSTHER, 2007, p. 13).

A criação da instituição conferiu prestígio ao município de Juiz de Fora em âmbito nacional, pois, de acordo com o *site* da UFJF (2019a), a instituição foi a segunda universidade federal de uma cidade interiorana a ser criada no país, atrás apenas da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Apesar de seu estabelecimento ser efetivado apenas em 1960, o processo de criação da universidade em Juiz de Fora começou anos antes. Segundo a reportagem “UFJF completa 50 anos nesta 5ª, promovendo inovação e desenvolvimento econômico de JF e região”, publicada no *site* da UFJF em 2010, o Diretório Central de Estudantes (DCE), que representava os estudantes das faculdades da cidade, promoveu no final da década de 1950, palestras, debates e programas de rádio sobre o tema. Para a campanha de criação da instituição, foi preparado um dossiê que reuniu dados sobre as faculdades existentes e sobre o município de Juiz de Fora. Tal documento foi encaminhado a deputados e senadores, na tentativa de receberem apoio para um projeto de lei de federalização. No entanto, foi no ano de 1958 que o projeto de criação da UFJF começou a sair do papel. Ainda segundo a reportagem, durante a colação de grau da primeira turma da Faculdade de Medicina da cidade, o presidente Juscelino Kubitschek anunciou que tinha a intenção de criar uma universidade pública na cidade (UFJF, 2010a),

Em 1958, na colação de grau da primeira turma da Faculdade de Medicina, pelo discurso do orador, José Carlos Barbosa, o paraninfo convidado, o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, foi questionado em público sobre as reais condições para a federalização das faculdades. Foi então que, surpreendendo os presentes, o presidente incluiu em seu discurso, de forma improvisada, o anúncio da criação de uma Universidade Federal em Juiz de Fora, ainda naquele mandato (UFJF, 2010a, n.p.).

Conforme o *site* da UFJF (2010a), até o final de sua primeira década de funcionamento, as faculdades federalizadas, que já cumpriam requisitos apontados como básicos, como reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação e patrimônio prévio, que foi incorporado à União, continuavam funcionando cada uma com certa autonomia.

Com a Reforma de 1968, a UFJF passou por transformações. Segundo Ésther (2007), a Lei nº 5.540/1968 determinou a organização das universidades por meio de institutos básicos e de departamentos. A reforma também estabeleceu o vestibular classificatório como sistema de ingresso. Diante disso, segundo o *site* da UFJF (2018b), no segundo semestre de 1968, foram criados os ciclos básicos e profissionalizantes de ensino. A Reforma possibilitou,

na Universidade, a criação do Instituto de Ciências Humanas e Letras (antigo ICHL), do Instituto de Ciências Biológicas e Geociências (antigo ICBG), e do ICE. Desta forma, em março de 1969, os alunos aprovados nos vestibulares realizados pelas faculdades foram matriculados nos três institutos básicos (UFJF, 2018b, n.p.).

Além da integração dos cursos por meio da criação dos institutos, outro fator que colaborou para o desenvolvimento de uma identidade para a UFJF foi a criação da cidade universitária, no bairro Martelos. O projeto do campus foi desenvolvido pelo engenheiro Arthur Arcuri no final da década de 1960. Conforme Nascimento (2012, p. 30), foi apenas em 1971, com a inauguração da cidade universitária, que “toda organização, planejamento e procedimentos foram padronizados e centralizados no campus, consolidando um sistema integrado de ensino”.

Posteriormente, segundo o *site* da UFJF (2019a), no ano de 1999, uma nova unidade foi criada, o Centro de Ciências da Saúde (CCS), onde os cursos de Enfermagem, Fisioterapia e Medicina passaram a ser lecionados. Já em 2006, foi criado o Instituto de Artes e Design (IAD), bem como erguido um novo hospital de ensino, o Centro de Atenção à Saúde (CAS), localizado no bairro Dom Bosco.

Em 2007, a UFJF passou por um novo período de transformação, ao aderir ao programa governamental Reuni, iniciativa do Governo Federal estabelecida pelo Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007). Segundo o Decreto em seu artigo 3º, o programa tinha por objetivo destinar às universidades federais recursos financeiros para o desenvolvimento de planos de reestruturação que atendessem a três princípios básicos:

I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessários à realização dos objetivos do Programa; II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação (BRASIL, 2007, n.p.).

A partir da adesão ao programa, a instituição viu seu número de cursos de graduação e de pós-graduação crescer, suas instalações físicas serem ampliadas e o número de bolsas aumentarem. No que se refere a bolsas de extensão, o quantitativo subiu de 373 em 2003 para 780 em 2014, conforme dados da Pró-Reitoria de Extensão. Segundo Eduardo Magrone, pró-reitor de graduação da UFJF no período de 2006 a 2014, no vídeo “A experiência do Reuni na UFJF” (2017), uma das principais implicações trazidas pelo programa foi a criação de cursos de graduação na UFJF, divididos em dois ciclos: o primeiro de formação geral e o segundo de formação mais profissional e específica. Neste cenário, foram criados os bacharelados interdisciplinares de Ciências Humanas, de Artes e Design e de Ciências Exatas, que são oferecidos até hoje pela instituição. Outro impacto sentido foi a ampliação do acesso à graduação na UFJF, visto que o número de vagas na instituição quase que dobrou (A EXPERIÊNCIA..., 2017).

Apesar do investimento do governo federal, a implementação do Reuni enfrentou problemas na instituição, como o curto prazo para discussão das propostas, imposto pelo governo federal e que foi replicado na instituição. “Havia uma desconfiança da comunidade acadêmica que as coisas estavam sendo tocadas de forma muito acelerada, com pouca análise, pouca crítica e pouco planejamento” (A EXPERIÊNCIA..., 2017, n.p.).

Além disso, outros desafios, como atrasos e irregularidades nas obras, apareceram e prejudicaram o andamento de sua implementação. “Se a gente vai dobrar matrículas, a estrutura não pode ser a mesma. Não é apenas o dobro de alunos, mas muito mais professores, mais estrutura de dados, espaços de informática. Tudo precisou ser repensado” (A EXPERIÊNCIA..., 2017, n.p.).

O ensino a distância também passou a ser oferecido e estimulado pela UFJF. No ano de 2010, por meio da Resolução nº 2/2010 do Conselho Superior da UFJF foi criado o Centro

de Educação a Distância (Cead) como um órgão suplementar da Universidade. O Centro se tornou o responsável por coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação e pós-graduação a distância oferecidos pela UFJF (UFJF, 2010b).

Outro marco na história da Universidade foi a criação de seu primeiro campus avançado, implementado na cidade de Governador Valadares, na região do Vale do Rio Doce, região mineira que ainda não possuía uma instituição de ensino superior pública. A Resolução nº 1/2012, de criação do campus, foi aprovada pelo Conselho Superior em 16 de fevereiro de 2012 (UFJF, 2012a). Segundo o *site* do campus avançado de Governador Valadares, o campus entrou em funcionamento no dia 19 de novembro do mesmo ano e passou a oferecer nove cursos de graduação presencial: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição e Odontologia, todos eles também ofertados no campus sede. No ano seguinte, o curso de Educação Física passou a ser ofertado. Atualmente, são oferecidas 850 vagas anuais nos dez cursos de graduação presentes. Ainda sem sede própria, as aulas da UFJF em Governador Valadares são lecionadas em diferentes prédios da cidade (UFJF-GV, 2019).

Atualmente, segundo o *site* da UFJF, a Universidade possui dois *campi* e o Colégio de Aplicação João XXIII. São ao todo 21 unidades acadêmicas, entre institutos e faculdades, que oferecem 68 cursos de graduação de diferentes áreas, entre licenciaturas, bacharelados interdisciplinares e bacharelados nos turnos integral, diurno ou noturno e nas modalidades presencial ou a distância (UFJF, 2019a). Em março de 2019, a instituição contava com 3.320 servidores ativos, sendo 1.735 docentes e 1.585 técnico-administrativos (UFJF, 2019b). São 20.294 alunos, sendo 18.122 na graduação. Destes, 16.703 estão matriculados em cursos presenciais e outros 1.419 em cursos a distância (UFJF, 2019c).

1.2.1 A prática extensionista na UFJF

Nesta subseção, primeiramente, é abordada a organização da extensão na instituição, apresentando a dimensão da gestão envolvida e o órgão gestor deliberativo vinculado às questões que envolvem as atividades de extensão e de cultura da UFJF. Posteriormente, é destacado o panorama da prática extensionista na UFJF, comparando-a ao ensino e à pesquisa e à realidade encontrada nas universidades públicas mineiras, bem como as principais políticas adotadas pela Proex para estimular a prática extensionista na instituição. Por fim, é apresentada como se dá a adesão à extensão nas diferentes unidades acadêmicas da UFJF, evidenciando como sua distribuição ocorre de maneira desigual na instituição.

1.2.1.1 A organização da extensão na UFJF

No que se refere à organização e à gestão das atividades em prol da sociedade realizadas no âmbito da UFJF, o ano de 1980 ficou marcado pela criação da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários na instituição. Segundo dados do Tribunal de Contas da União (2012), o professor da Faculdade de Medicina, José Limar de Oliveira, foi o primeiro pró-reitor da área na UFJF, tendo exercido o cargo de fevereiro de 1980 até agosto de 1981 (TCU, 2012). Antes disso, as atividades direcionadas à sociedade eram de responsabilidade da Reitoria, por meio de um departamento de assuntos comunitários. Até então, as ações se restringiam principalmente à oferta de eventos e cursos à sociedade, além do atendimento de demandas dos acadêmicos matriculados na instituição. Com a criação de uma Pró-Reitoria específica em 1980, a Universidade passou a desenvolver um programa institucional e estratégico à sociedade. Conforme publicação do portal *Acessa.com*, naquele ano, foi criado o programa “Ação em Medicina Comunitária”, nos moldes do atual Programa Saúde da Família (JOSÉ..., 2009).

Além destas atividades, vale destacar, como já visto na seção anterior, que a UFJF, entre 1969 e 1989, desenvolveu práticas extensionistas no âmbito do Projeto Rondon, vinculado ao extinto Ministério do Interior. Por meio do campus avançado em Tefé/AM, docentes e estudantes da UFJF tiveram a oportunidade de conhecer uma realidade bastante diferente da encontrada em Juiz de Fora e de contribuir para o processo desenvolvimentista dos governos militares naquela região.

Já projetos em prol da comunidade realizados em Juiz de Fora se resumiam a ações individuais de docentes da UFJF, que careciam de institucionalização. Um dos pioneiros da extensão na instituição foi o professor João Batista Picinini, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB). Em entrevista ao extinto informativo “Estendendo Extensão”, da Pró-Reitoria de Extensão da UFJF, de julho de 2012, o docente contou que passou a desenvolver ações em prol da comunidade, pois já enxergava a prática extensionista como fundamental para a formação dos acadêmicos:

Profissionais da área de saúde não podem ser somente teóricos. É necessário que os acadêmicos tenham contato com a população, pois só assim eles adquirem a consciência de um profissional. Eles passam a dominar a didática do ensino, a metodologia e os princípios fundamentais de como atuar na área. Um ensino de qualidade e voltado para pesquisa se faz com extensão.

A partir dela, alcançamos um ensino e uma iniciação científica eficaz (UFJF, 2012b, p. 3).

Sua primeira atividade nesta área surgiu em 1969 e consistia na orientação à comunidade sobre o uso de plantas como medicamento. “Nesse trabalho, nós nos orientamos pelo uso medicamentoso das plantas, posteriormente chamadas de plantas medicinais. Fizemos isso porque muitas espécies são tóxicas” (UFJF 2012b, p. 3). Apesar de naquela época não haver institucionalização desse tipo de atividade na UFJF, o docente optou por realizá-la, por acreditar que uma IES deve estar sempre próxima de sua comunidade. “Vimos na extensão uma oportunidade de trabalhar com ações que se dirigem, principalmente, às pessoas carentes” (UFJF, 2012b, p. 3).

A extensão na UFJF ganharia um novo impulso a partir da realização do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em Brasília, em novembro de 1987, no qual a UFJF se fez presente. Conforme aponta Sousa (2000), a então Pró-reitora de extensão da instituição, professora Maria José Féres, foi uma das docentes mais atuantes durante o processo de criação do Forproex. Com o estabelecimento de um debate nacional acerca da extensão e a promulgação em 1988 da Constituição Federal, que incluiu a extensão como uma das três funções acadêmicas, a UFJF precisou debater a organização e o estabelecimento de uma política própria para a área.

Em 1988, a extensão entrou em pauta no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFJF. Com o objetivo de institucionalizar as ações de extensão já existentes na UFJF e estimular a prática de novas atividades, o Cepe aprovou, ainda em 1988, as primeiras resoluções referentes a uma política de extensão na UFJF e à criação do programa de bolsas de extensão para acadêmicos. Nesse contexto, entraram em vigor as seguintes Resoluções:

- 51/1988: Dispõe sobre Normas Gerais para a Extensão Universitária na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, 1989a);
- 52/1988: Fixa normas sobre o Programa de Bolsas de Extensão (UFJF, 1989b);
- 53/1988: Regimento da Comissão de Extensão (UFJF, 1989c).

Segundo a Resolução nº 51/1988, a extensão na UFJF tem por objetivo “articular o Ensino e a Pesquisa, viabilizando as funções básicas da Universidade junto à sociedade, numa perspectiva de intercâmbio, interação, influência e contribuição mútuas e de complementariedade recíproca” (UFJF, 1989a, p. 1). Assim, é possível identificar que tal definição dialoga com a Constituição de 1988 e com as políticas de extensão do Forproex, que prevê a interação dialógica entre universidade e sociedade e sua intrínseca relação com o

ensino e a pesquisa. Tal documento também estabeleceu as modalidades de extensão a serem ofertadas pela instituição, como projetos, cursos e eventos.

Vale destacar que esta Resolução vigorou até novembro de 2018. Em 03 de dezembro de 2018, o Conselho Setorial de Extensão e Cultura (Conexc) aprovou a Resolução nº 4/2018, que atualizou as normas para a extensão na UFJF, tendo em vista a necessidade de adequar tal documento, diante das mudanças de conceito de extensão universitária e de realidade da UFJF e das sociedades brasileira e juiz-forana nos últimos 30 anos (UFJF, 2018a). O novo documento levou em consideração as contribuições feitas pela comunidade acadêmica da UFJF durante as duas edições do Congresso de Extensão da UFJF, realizadas em 2017 e 2018, e se pautou nos pressupostos da Política Nacional de Extensão Universitária, elaborada pelo Forproex em 2012. A partir de então, a UFJF passou a adotar a seguinte definição de extensão:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é atividade integrada ao currículo e à organização da pesquisa e constitui um processo interdisciplinar, transdisciplinar, cultural, social, científico, político, educacional e tecnológico, que promove a prática dialógica transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade, a partir da construção de uma prática dialógica de saberes e ações que visem à redução das desigualdades sociais e à emancipação dos atores envolvidos, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (UFJF, 2018a, p. 1).

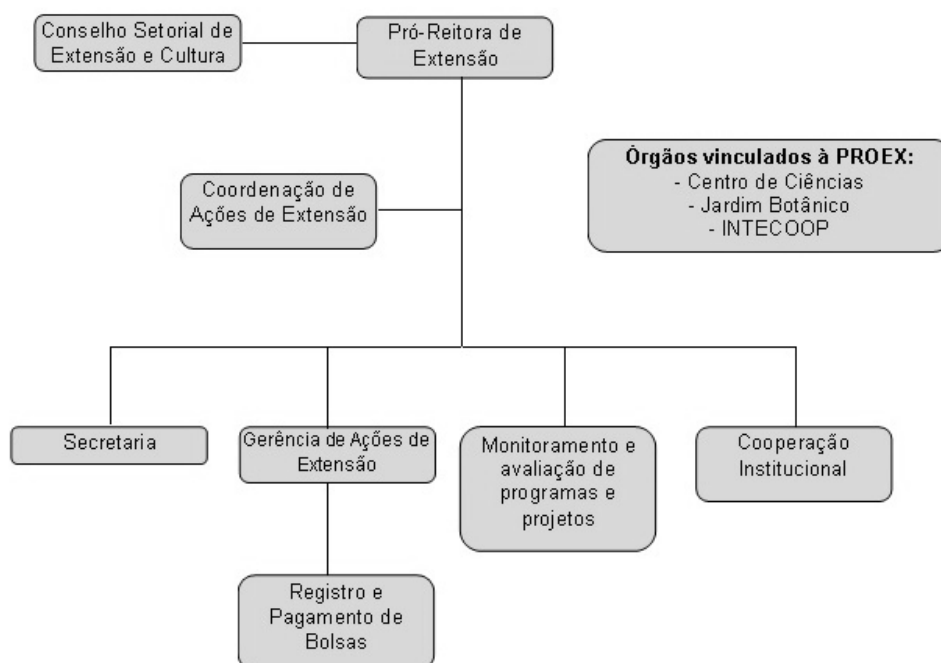
Já a Resolução nº 52/1988, que fixou as normas sobre bolsa de extensão na UFJF vigorou durante 30 anos e foi revogada em 2018, sendo substituída pela Resolução nº 1/2018, aprovada pelo Conexc. Se antes, apenas discentes de graduação poderiam atuar como bolsistas ou voluntários em atividades de extensão, a nova Resolução ampliou essa participação, incluindo a possibilidade de inserção de alunos de pós-graduação e de intercambistas. Outra novidade foi a criação da modalidade de voluntário de extensão júnior, que tem por objetivo inserir estudantes de ensino médio na prática extensionista, aproximando-os do ambiente acadêmico (UFJF, 2018c). Tal iniciativa favorece o cumprimento de um dos princípios básicos definidos pelo Forproex em 1987 e repactuados pela Política Nacional de Extensão de 2012: “A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania” (FORPROEX, 2012, p. 38).

Por fim, a Comissão de Extensão, estabelecida na Resolução nº 53/1988, tornou-se inoperante. Atualmente, as instruções sobre as atividades de extensão e sobre o programa de participação discente em ações de extensão são debatidas no próprio Conexc, enquanto as avaliações das propostas de programas e projetos são realizadas por pareceristas extensionistas da própria instituição, atendendo às regras definidas em cada edital de submissão de propostas lançado pela Proex.

No que se refere à estrutura, desde 1980 até os dias atuais, a Pró-Reitoria responsável pela relação da UFJF com a sociedade teve diferentes atribuições e títulos. Em 2006, a Pró-Reitoria de Extensão passou a ter uma Pró-Reitoria Adjunta de Cultura, que seria desmembrada da Extensão definitivamente em 2010. Desde então, a denominação de Pró-Reitoria de Extensão não foi mais alterada. Atualmente, cabe à Proex institucionalizar, financiar, acompanhar, monitorar, certificar e prestar contas das ações de extensão desenvolvidas em diferentes áreas de atuação, bem como realizar toda a tramitação necessária dos termos de cooperação não onerosos entre a UFJF e as outras instituições (UFJF, 2019d).

Em termo organizacional, a Proex tem a seguinte estrutura institucional:

Figura 1 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão



Fonte: UFJF, 2019e.

Atualmente a Proex é gerida por uma pró-reitora, que conta com a assessoria de uma coordenadora de ações de extensão. A Pró-Reitoria ainda é dividida nos seguintes setores,

conforme organograma a seguir: Gerência de Ações de Extensão, responsável por institucionalizar e dar suporte a todas as ações de extensão da UFJF; Setor de Cooperação Institucional, responsável pela tramitação de todos os termos de cooperação não onerosos entre a UFJF e as instituições externas; Setor de Acompanhamento e Monitoramento, responsável por acompanhar, monitorar e avaliar os programas e os projetos de extensão em desenvolvimento; e a Secretaria da Pró-Reitoria, responsável pelos trâmites internos da Proex, como agenda da Pró-reitora e requisição de viagens (UFJF, 2019e).

No âmbito da Proex, o autor desta pesquisa atua na Gerência de Ações de Extensão desde junho de 2014 e como gerente desde março de 2016. O setor, que conta atualmente com três servidores efetivos em seu quadro profissional, é o responsável pela realização das seguintes atividades:

- Institucionalização dos programas, projetos, cursos e eventos de extensão;
- Envio e recebimento das propostas de programas e projetos aos pareceristas extensionistas;
- Elaboração da folha de pagamento de bolsistas;
- Solicitação de termos de cooperação para as atividades de extensão;
- Apoio na organização da Mostra de Ações de Extensão, realizada anualmente,
- Solicitação de implementação de novas ferramentas na plataforma Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), chamada Siga-Extensão, junto ao Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO); plataforma pela qual as propostas são submetidas;
- Elaboração dos novos editais e propostas de resoluções, em trabalho conjunto com a Pró-reitora e com a coordenadora de ações de extensão;
- Emissão de certificados aos participantes das ações de extensão.

Em março de 2019, a Proex contava em sua equipe de trabalho, além da Pró-reitora e da coordenadora de ações de extensão, com oito servidores efetivos, distribuídos da seguinte forma: três na Gerência de Ações de Extensão, sendo um servidor exclusivo do Setor de Registro e Pagamento de Bolsas; um na Secretaria; um no Setor de Monitoramento e Avaliação; e três no Setor de Cooperação Institucional. Há também a atuação de uma profissional terceirizada que trabalha como apoio administrativo (UFJF, 2019e). Vale ressaltar que também é de responsabilidade da Pró-Reitoria os órgãos Centro de Ciências da UFJF, Jardim Botânico da UFJF, além da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intecoop).

Além de sua estrutura administrativa, vale destacar que as áreas de extensão e cultura possuem um órgão colegiado normativo, consultivo e deliberativo: o Conexc. Tal órgão foi estabelecido pelo Estatuto da UFJF, aprovado em setembro de 1998 pelo ministro da educação e do desporto, Paulo Renato Souza. Anteriormente, assuntos referentes a ensino, pesquisa e extensão eram tratados pelo Cepe. Com o novo estatuto, a UFJF buscou estabelecer conselhos setoriais para tratar de matérias específicas. Juntamente com o Conexc, foram criados o Conselho de Graduação, o Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa e o Conselho de Administração e Recursos Humanos (UFJF, 1998).

O Conexc possui regimento próprio, é subordinado às diretrizes do Conselho Superior da UFJF (Consu) e é o espaço democrático para debater temas relacionados à extensão e à cultura na instituição. Segundo o estatuto da UFJF, em seu artigo 19, compete ao Conexc:

- I – Propor ao Conselho Superior diretrizes da Universidade relativas a políticas nas áreas de sua competência;
- II – estabelecer normas gerais para a organização, funcionamento, implementação, avaliação e alterações relativas às atividades de extensão e cultura;
- III – deliberar sobre convênios da Universidade com outras entidades, na área de sua competência;
- IV – emitir pareceres solicitados pelo Reitor e pelo Conselho Superior;
- V – atuar como instância de recursos dos assuntos pertinentes à área de sua competência (UFJF, 1998, p. 6).

Apesar de sua relevância, o Conexc ficou inoperante por mais de dez anos, tendo seu funcionamento retomado em 2017, o que, em seu período de inatividade, levou a Proex a estabelecer políticas e procedimentos sem apreciação de um órgão colegiado. Um dos motivos para a inoperância era a falta de quórum, proporcionada pelo grande número de membros, tendo em vista que todos os coordenadores de programas de extensão deveriam fazer parte do Conexc como membro titular. Porém, em 2016, foi aprovada pelo Conselho Superior a Resolução nº 68/2016, de atualização do regimento do Conexc, que passou a qualificar a representação dos coordenadores de programas (UFJF, 2016a). Desde então, passou a ser eleito um representante dos coordenadores de programas de extensão para cada campus da UFJF (UFJF, 2016a). Atualmente, o Conexc conta com 18 membros titulares e 17 suplentes. Sua composição atual engloba docentes extensionistas, TAE, estudantes e membros da sociedade, que são beneficiários dos programas e projetos de extensão, com representação de ambos os *campi* da UFJF. As reuniões são realizadas mensalmente (UFJF, 2019f).

Por fim, vale destacar que, conforme estabelecido na Resolução nº 04/2018 do Conexc (UFJF, 2018a) e pelos editais da Proex de submissão de propostas, os programas, projetos,

cursos e eventos de extensão desenvolvidos na instituição devem estar em consonância com as cinco diretrizes definidas pela Política Nacional de Extensão Universitária do Forproex (2012). Assim, tais modalidades devem apresentar interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação discente, e impacto e transformação social.

A interação dialógica trata do desenvolvimento de relações entre a Universidade e os setores sociais, no qual deve haver diálogo e troca de saberes, superando a ideia da soberania acadêmica (FORPROEX, 2012). Cabe ressaltar que os programas e os projetos de extensão da UFJF são desenvolvidos em parceria com diferentes entidades, como órgãos públicos, escolas, hospitais, cooperativas, sindicatos e instituições beneficentes. Ao todo, são 176 parceiros externos indicados nos formulários de submissão das propostas. Dentre eles, os mais recorrentes são os municípios de Juiz de Fora e de Governador Valadares, conforme indicado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Instituições parceiras mais recorrentes

Instituição	Nº de programas / projetos vinculados
Município de Juiz de Fora	43
Município de Governador Valadares	23
Superintendência Regional de Ensino – Juiz de Fora	9
Instituto Profissional Dom Orione	6
Mitra Arquidiocesana de Juiz de Fora	6
Superintendência Regional de Ensino – Governador Valadares	5
Associação Municipal de Apoio Comunitário (Amac)	4
Obra Social Santa Catarina	3
Associação Espírita do Grupo Semente	3
Terceiro Comando Operacional dos Bombeiros	3
Associação Municipal dos Catadores de Papel de Juiz de Fora – Ascajuf	3
Centro de Estudos Teatrais	3
Hospital São Vicente de Paulo de MG (UPA de Juiz de Fora)	3

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM DADOS DA PROEX/UFJF, 2018.

Vale mencionar que as parcerias com os municípios de Juiz de Fora e de Governador Valadares desenvolvem atividades em diferentes instituições, como escolas, unidades básicas de saúde e órgãos vinculados aos dois municípios. Além das duas prefeituras, também são recorrentes programas e projetos de extensão desenvolvidos em escolas estaduais, em paróquias juiz-foranas e no Instituto Dom Orione, parceiro atendido pelo Programa Boa Vizinhança.

As ações de extensão também devem apresentar **interdisciplinaridade e interprofissionalidade**, tendo em vista que a atividade extensionista necessita da interação de

modelos e metodologias provenientes de diferentes disciplinas, cursos e áreas, o que requer parcerias intersetoriais e interprofissionais (FORPROEX, 2012).

A terceira diretriz prevê a **indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão**. A extensão, por se tratar de um processo acadêmico, adquire maior efetividade se estiver vinculada ao processo de formação profissional (ensino) e de investigação e geração de conhecimento (pesquisa) (FORPROEX, 2012).

Outro elemento necessário é o **impacto na formação do estudante**, tendo em vista que a atividade extensionista oferece acréscimos à formação do aluno, seja por ampliar o universo de referência do discente, seja pela oportunidade de contato com as questões contemporâneas, levando ao “enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abre espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários” (FORPROEX, 2012, p. 19).

Por fim, os programas e projetos também devem promover o **impacto e a transformação social**, uma vez que a extensão universitária é o mecanismo que estabelece a relação entre Universidade e os setores da sociedade. Assim, as atividades precisam estar voltadas para os interesses e necessidades da população, propiciando o desenvolvimento social e regional e contribuindo para a melhoria das políticas públicas (FORPROEX, 2012).

1.2.1.2 O panorama da prática extensionista na UFJF

Ao analisarmos o quadro de atividades de extensão desenvolvidas nas universidades mineiras no primeiro trimestre de 2018, exposto adiante na Tabela 2, detectamos que a UFJF é a terceira instituição com maior número de programas e projetos de extensão, ficando atrás apenas da UFMG, com 1.271 ações de extensão, e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com 425.

No entanto, a participação dos estudantes de graduação nas ações extensionistas não acompanha o número de programas e projetos desenvolvidos. Entre as 11 instituições apresentadas, a UFJF é a quinta no percentual de graduandos extensionistas, com índices bem abaixo do registrado pela Universidade Federal de Alfenas (Unifal) e Universidade Federal de Itajubá (Unifei), destacadas em azul na Tabela. As duas, mesmo com um menor número de programas e projetos, 188 e 267, respectivamente, apresentam mais graduandos extensionistas em números absolutos que a UFJF (1.335 e 2.269, respectivamente), alcançando o percentual de 22,1% e 28,2%, respectivamente, de participação de graduandos na extensão.

Tabela 2 – Cenário extensionista nas universidades federais mineiras⁸

Instituição	Programas e Projetos de Extensão em vigor	Graduandos participantes da extensão	Graduandos matriculados na instituição	Percentual de graduandos extensionistas
Unifei	267	2.269	8.052	28,2%
Unifal	188	1.335	6.046	22,1%
UFV	206	1.460	14.535	10,0%
UFMG	1.271	2.639	31.667	8,3%
UFJF	403	1.332	18.122	7,4%
Ufla	262	563	11.573	4,9%
UFSJ	235	468	11.767	4,0%
Ufop	239	484	12.643	3,8%
UFU	425	358	21.552	1,7%
UFVJM	119	119	9.131	1,3%
UFTM	43	70	6.587	1,1%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM DADOS DA PROEX/UFJF, E INFORMAÇÕES OBTIDAS VIA SISTEMA E-SIC, 2018.

Em contrapartida, a Tabela também evidencia que a UFU, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), destacadas em rosa na Tabela, apresentaram percentual de participação discente pouco expressivo (1,7%, 1,3% e 1,1%, respectivamente).

Quando analisamos o percentual de cada segmento da comunidade acadêmica da UFJF inserido em atividades de extensão no primeiro semestre de 2018, demonstrado adiante na Tabela 3, é possível detectar que o percentual de inserção ainda é baixo também entre professores e técnicos.

Tabela 3 – Inserção da comunidade acadêmica da UFJF na extensão

Vínculo	Total na UFJF	Extensionistas na UFJF	Percentual
Docentes	1.768	549	31,1%
TAE	1.592	90	5,7%
Graduandos	18.122	1.332	7,4%
Total	21.482	1.971	9,2%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM DADOS CEDIDOS PELA PROEX E SIGARRH, 2017.

A participação mais expressiva é a de docentes. 549 dos 1.768 professores da UFJF participam das 403 ações extensionistas registradas na Proex, seja como coordenador, vice coordenador, colaborador docente ou coordenador de área. Isso indica que pouco menos de um terço dos professores da instituição desenvolvem a extensão em sua prática profissional.

⁸ Dados levantados no primeiro semestre de 2018, período dedicado no âmbito deste Mestrado ao desenvolvimento do primeiro capítulo da dissertação.

Já o percentual de discentes, composto por bolsistas e voluntários, é de 7,4%, baixo para uma instituição que precisa garantir que todos os graduandos tenham 10% de sua grade preenchida pela extensão universitária, conforme expresso na Resolução nº 7/2018 do CNE/CES (BRASIL, 2018). A categoria dos servidores TAE possui percentual de participação ainda menos expressivo. Apenas 5,7% dos TAE da instituição desempenham atividades de coordenador ou de colaborador técnico nas ações de extensão. No entanto, vale ressaltar que a possibilidade de TAE coordenar ações de extensão ainda é bastante recente. Essa possibilidade foi incluída nos editais da Proex a partir de 2015 (UFJF, 2015).

Outro fator a ser destacado é que, conforme Dias (2009), a política institucional de uma universidade deve tratar o ensino, a pesquisa e a extensão com igualdade e equilíbrio e não de forma hierarquizada, na qual um dos pilares da instituição se sobressai sobre os demais. Quando analisamos o quadro de atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFJF referente ao primeiro semestre de 2018, exposto na Tabela 4, detectamos que esse equilíbrio ainda é uma realidade distante dentro da instituição.

Tabela 4 – Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão na UFJF

Tipo de programa/projeto	Número de programas/projetos	Bolsas financiadas pela UFJF	Vagas de voluntários	Graduandos participantes
Ensino	1.492	1.608	2.475	4.083
Pesquisa	736	530	523	1.053
Extensão	403	750	582	1.332

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM DADOS DA PROEX, PROGRAD E PRORH/UFJF E INFORMAÇÕES OBTIDAS VIA SISTEMA E-SIC, 2018.

Ao analisarmos a Tabela 4, percebemos que os programas e projetos de ensino apresentam número bem mais expressivo de graduandos inseridos em relação à pesquisa e à extensão. São 1.492 projetos de ensino, dentre as modalidades monitoria, treinamento profissional e educação tutorial, número bem maior que o total de ações de pesquisa (736), que englobam os projetos de iniciação científica, e de extensão (403). As atividades de ensino contam com a participação de 4.083 graduandos, sendo 1.608 destes com bolsa remunerada pela UFJF. Isso evidencia a diferença de investimento da instituição na oferta de bolsas. Como comparação, a extensão e a pesquisa apresentam 750 e 530 bolsas financiadas pela UFJF, respectivamente. No que se refere à pesquisa, vale mencionar que a UFJF também disponibiliza bolsas aos acadêmicos, por meio de financiamento externo, proveniente de agências como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Fapemig.

A partir desses dados, é possível constatar que somente o número de bolsas de ensino financiadas pela UFJF supera o quantitativo de discentes inseridos em atividades de extensão (1.332) e de pesquisa (1.053), seja como bolsista ou voluntário, o que reforça o desequilíbrio entre os três componentes do tripé, apontado por Dias (2009). Também vale destacar que a extensão, apesar de ter número menor de programas e projetos se comparado à pesquisa (403 contra 736), consegue inserir mais graduandos em suas atividades (1.332 contra 1.053).

Com o objetivo de ampliar as atividades de extensão na UFJF, desde 2015, a Proex tem buscado incentivar a institucionalização de programas e projetos a partir da realização de diferentes editais. Desde então, foram lançados editais para ações de extensão de demanda espontânea com solicitação de bolsas, realizado anualmente, e para ações de extensão sem solicitação de bolsas, cujo edital fica disponível a docentes e TAE durante todo o ano. Além disso, a partir de 2016, a Proex passou a oferecer novas modalidades de editais, até então inéditos no âmbito da UFJF. Podemos citar o edital para projetos de extensão em interface com a pesquisa, realizado a partir de 2016, que buscou aproximar pesquisadores da extensão e fortalecer a indissociabilidade entre extensão e pesquisa, e, a partir de 2017, os editais de demanda estimulada do Programa Boa Vizinhança. Para realização deste último, foram ouvidas comunidades e instituições da região Oeste de Juiz de Fora, considerada o entorno do campus, e de comunidades ribeirinhas do Rio Doce, em Governador Valadares, afetadas pelo rompimento das barragens de uma mineradora em Mariana/MG em 2015. As demandas apresentadas foram colocadas no edital e propostas de projetos foram apresentadas por docentes e TAE da UFJF para atender às solicitações. Em 2019, mais um edital de demanda estimulada foi implementando, desta vez com o objetivo de atender aos anseios de grupos sociais organizados. Ao ouvir as demandas da sociedade e apresentá-las à comunidade acadêmica por meio de editais, a Pró-reitora de extensão da UFJF destaca:

o edital de demanda estimulada para mim tem um caráter político importantíssimo [...] No edital de demanda estimulada, queremos uma ação incisiva da Universidade sobre os problemas sociais, ouvidos a partir do diálogo com a sociedade. Por isso, temos a valorização do programa Boa Vizinhança, que é uma relação com o nosso entorno (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

Outra novidade implementada foi a criação de um edital para financiamento dos programas e projetos de extensão. Até então, a Proex oferecia apenas bolsas para graduandos aos coordenadores de programas e projetos. No entanto, a partir de 2017, tendo em vista a escassez de editais de órgãos de fomento para financiamento da extensão, a Proex passou a

também financiar passagens, diárias, uso de veículo oficial e materiais de consumo. Em 2018, tal edital também incluiu a compra de equipamentos, que serão emprestados aos coordenadores durante a vigência de suas ações de extensão. Segundo a Pró-reitora de extensão da UFJF, é necessário financiar as ações de extensão para além do pagamento de bolsas aos acadêmicos. É importante fornecer subsídios para que tais ações possam ser concretizadas da melhor forma possível.

É necessário que haja recursos que não se limitem à bolsa. É imprescindível o pagamento de bolsa, porque o aluno vai se dedicar à extensão, ele vai ter condições de comprar livros e potencializar a prática de extensão que ele está inserido. Mas há dificuldades de materiais de consumo, determinados equipamentos ou produtos, que o coordenador precisa para trabalhar. Às vezes, ele precisa, por exemplo, de tatames para poder realizar atividades com crianças e tem dificuldade para comprar. Às vezes, ele precisa de lápis de cor, de pincel atômico, de revistas, de barbantes, de luvas, de um drone para mapear uma área de risco e ele não possui. Precisa disso no campo da execução direta (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

Assim, observa-se que a Proex tem buscado formas para ampliar o quantitativo e a qualidade da extensão universitária na UFJF, por meio do lançamento de novos editais, como o financiamento das ações extensionistas da UFJF. Porém, como veremos na próxima seção, a adesão à extensão em algumas unidades acadêmicas ainda é tímida

1.2.1.3 A adesão à extensão nas unidades acadêmicas da UFJF: dificuldades enfrentadas

A dificuldade encontrada para a implementação e o desenvolvimento de programas e projetos de extensão na UFJF também pode ser percebida quando estudamos os dados atuais sobre a distribuição da extensão universitária entre as diferentes áreas temáticas e unidades acadêmicas da UFJF.

Vale ressaltar que, em dezembro de 2017, a UFJF apresentava 403 ações extensionistas, entre programas e projetos. A maioria deles se concentrava nas áreas extensionistas da Saúde (179) e da Educação (98), destacadas em azul na Tabela 5, exposta adiante. Estas duas áreas juntas representam quase 70% das ações registradas, enquanto as outras seis áreas apresentam quantitativo bem menos expressivo.

Importante ponderar que a divisão de programas e projetos de extensão da UFJF, apresentada na Tabela 5, leva em consideração as áreas de extensão estabelecidas pelo Forproex, direcionadas às políticas sociais, e não as áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que são voltadas mais à pesquisa.

Na UFJF, as ações de extensão são classificadas por áreas temáticas da extensão, não sendo coletadas informações sobre as áreas de conhecimento. Além disso, a representação de coordenadores de projetos por área no Conexc da UFJF também se dá pelas áreas temáticas do Forproex.

Tabela 5 – Distribuição de programas e projetos por área temática

Área temática da extensão	Número de programas e projetos
Comunicação	19
Cultura	36
Direitos Humanos e Justiça	27
Educação	98
Meio Ambiente	21
Saúde	179
Tecnologia e Produção	9
Trabalho	14
Total	403

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM DADOS DA GAE/PROEXT, 2017.

Em um contexto em que as ações de extensão da UFJF estão concentradas nas áreas temáticas da Saúde e da Educação, enquanto outras, como a de Tecnologia e Produção, possuem baixo número de programas e projetos, também é possível detectar discrepâncias na adesão à extensão universitária nas diferentes unidades acadêmicas da instituição. Enquanto alguns institutos e faculdades já conseguiram difundir a extensão na prática de seus docentes, técnicos e estudantes, outros ainda apresentam baixa adesão, conforme dados de dezembro de 2017 da GAE detalhados na Tabela 6:

Tabela 6 – Ações de extensão por unidades da UFJF

(Continua)

Unidade Acadêmica/Setor Administrativo	Total de programas e projetos de extensão	Cursos de graduação ofertados	Comunidade Acadêmica		
			Prof.	TAE	Graduandos
Administração e Ciências Contábeis	6	3	48	11	1.331
Arquitetura e Urbanismo	8	1	29	8	720
Campus Governador Valadares	65	10	298	193	2.656
Centro de Ciências	2	-	1	9	-
Comunicação	11	2	35	12	474
Direito	11	1	54	10	980
Economia	5	1	26	10	439
Educação	16	2	69	12	942
Educação Física e Desportos	22	2	29	17	923
Enfermagem	22	1	45	8	352

(Conclusão)

Unidade Acadêmica/Setor Administrativo	Total de programas e projetos de extensão	Cursos de graduação ofertados	Comunidade Acadêmica		
			Prof.	TAE	Graduandos
Engenharia	7	9	141	57	2.551
Farmácia	7	1	29	36	490
Fisioterapia	4	1	21	6	204
Hospital Universitário	4	-	-	274	-
IAD	5	6	65	21	1.220
ICB	43	2	130	56	1.091
ICE	12	12	194	52	2.836
ICH	34	8	161	25	2.544
João XXIII	22	-	107	35	-
Letras	16	2	59	12	651
Medicina	55	2	174	38	1.040
Reitoria	4	-	ND	ND	-
Odontologia	11	1	50	54	455
Serviço Social	11	1	25	16	262
Total	403	68			

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM DADOS CEDIDOS PELA PROEX E SIGARRH, 2017.

Ao analisar os dados indicados nesta Tabela, é possível concluir que institutos como o IAD e o de Ciências Exatas (ICE), destacados em rosa, apresentam baixo número de programas e projetos, mesmo com elevado número de graduandos. O primeiro, com seis cursos de graduação e 1.220 alunos, possui apenas cinco ações institucionalizadas na Proex. Seu corpo docente é formado por 65 profissionais e seu corpo técnico por mais 21 servidores, o que representa uma equipe maior se comparada a unidades como a Faculdade de Educação Física (29 docentes e 17 técnicos), destacada em azul, que desenvolve número bem mais expressivo de ações de extensão (22).

O mesmo se repete no ICE, que tem um dos maiores quadros de servidores da Universidade. São ao todo 246 servidores, sendo 194 docentes e 52 técnicos. Mesmo assim, o instituto desenvolve apenas 12 programas e projetos para 12 graduações ofertadas e 2.836 discentes. Vale ressaltar que o ICE é a unidade acadêmica com o maior quantitativo de alunos da UFJF. O número registrado no ICE é baixo se comparado com institutos com equipes similares, como o ICB, com 43 ações de extensão, destacado em azul na Tabela.

A discrepância no número de programas e projetos desenvolvidos também é acentuada entre as faculdades. A Faculdade de Engenharia, destacada em rosa na Tabela, conta com apenas 7 ações extensionistas para 11 cursos de graduação oferecidos, todos eles presenciais. São ao todo 2.551 estudantes, um dos maiores quantitativos da UFJF. Sua equipe é composta por 141 professores e 57 TAE e também está entre as maiores da UFJF. Como comparação, a Faculdade de Medicina, destacada em azul, com 174 docentes e 38 TAE, possui 55 ações de

extensão, mesmo oferecendo apenas dois cursos de graduação e contando com um quantitativo menor de graduandos (1.040).

Outras faculdades que apresentam baixa adesão à extensão são a Fisioterapia (4 ações para 1 curso de graduação), Economia (5 ações para 1 curso de graduação) e Administração e Ciências Contábeis (6 ações para 3 cursos de graduação), destacadas em azul na Tabela. Vale destacar que estas três últimas unidades apresentam menos profissionais em seus quadros (27, 36 e 59, respectivamente), se comparadas a algumas faculdades. No entanto, estes números são bem diferentes dos registrados pelas faculdades de Educação Física e Desportos, e Letras, que apresentam, respectivamente, 22 e 16 programas e projetos de extensão, com quadro de profissionais parecidos em tamanho.

Outro dado que demonstra a dificuldade na ampliação da extensão nos últimos anos na UFJF é a série histórica (2003-2017), de programas e projetos de extensão desenvolvidos, contida na Tabela 7.

Tabela 7 – Evolução do número de ações de extensão na UFJF

Ano	Número de programas e projetos de extensão	Número de discentes bolsistas envolvidos
2003	298	373
2004	318	421
2005	281	387
2006	335	442
2007	266	362
2008	268	364
2009	239	338
2010	257	404
2011	325	464
2012	405	539
2013	574	617
2014	760	780
2015	685	723
2016	419	630
2017	403	750

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM DADOS CEDIDOS PELA PROEX, 2018.

De 2003 para cá, cinco diferentes gestões passaram pela Pró-Reitoria de Extensão, cada uma com estilos e formas diferentes para gerir as ações de extensão, o que impactou na configuração e na qualidade dos programas e projetos de extensão da Universidade e, consequentemente, no número de ações de extensão desenvolvidas. Também vale ressaltar que momentos de contenção de gastos nas universidades, devido à crise econômica, também afetaram o número de bolsas ofertadas pela Proex, sobretudo nos últimos anos.

Entre 2003 e 2010, período em que a Pró-Reitoria de Extensão apresentou duas diferentes gestões e não realizava editais para submissão de programas e projetos de extensão, o número oscilou entre 239 e 335 ações de extensão, não apresentando um crescimento contínuo. O número de bolsas direcionadas aos alunos também não apresentou crescimento constante, oscilando entre 338 e 442 bolsas.

Um grande crescimento no número de programas e projetos pode ser observado no período entre 2011 e 2015, quando um novo gestor assumiu a Proex. No entanto, tal incremento foi resultado da política adotada à época, em que apenas uma bolsa era alocada para as novas ações de extensão. Além disso, era estimulada a prática de dividir um projeto em vários para que um docente obtivesse maior número de bolsas, o que resultou em várias propostas similares. Também vale ressaltar que as ações submetidas à época não eram avaliadas, tornando frequente a presença de programas e projetos sem caráter extensionista. Além disso, as propostas nessa época eram reapresentadas anualmente, sem qualquer avaliação por parte da Proex, mediante a entrega de um relatório final quantitativo. Apesar disso, foi um período de expressiva expansão no quantitativo de bolsas, que saltou de 404 em 2011 para 780 em 2014, aumento de 93%.

As ações de extensão só passaram a ser avaliadas e submetidas a editais a partir do ano de 2015, quando uma nova gestão assumiu a Proex, prática ampliada com a atual gestão. Desde então, o número de programas e projetos de extensão recuou e se estabilizou em torno de 400. O número de bolsistas foi reduzido em 2016 para 630, devido ao corte de gastos realizado pela Universidade na ocasião. Na atual gestão, este número voltou a ser ampliado para 750, número próximo do registrado em 2014, quando a Proex atingiu seu maior número de bolsas. Vale ressaltar que, para ampliar a participação dos graduandos, a Proex passou a estimular a participação de discentes como voluntários nas ações de extensão, inclusive com a implementação, a partir de 2018, do cadastro de voluntários no Siga, assim como já ocorria com os bolsistas desde a década passada. Em 2018, os programas e projetos institucionalizados contavam com a atuação de 582 discentes voluntários, além dos bolsistas. Em um cenário em que a extensão universitária deverá estar inserida na grade curricular dos cursos de graduação e com a escassez atual de recursos que assola as universidades públicas, devido à crise econômica, o que tem inviabilizado um crescimento mais expressivo na ampliação do número de bolsas na UFJF, a participação voluntária de graduandos em programas e projetos de extensão representa uma possibilidade para a ampliação do número de discentes extensionistas na instituição.

Além disso, os dados referentes à duração dos programas e projetos desenvolvidos no primeiro semestre de 2018 demonstram que a maioria dos programas e projetos foi criada há poucos anos. Apenas 162 ações, ou seja, 40% são desenvolvidas há, pelo menos, três anos, conforme detalhado na Tabela 8.

Tabela 8 – Ações de extensão da UFJF por duração

Unidade Acadêmica/Setor Administrativo	Total de programas e projetos de extensão novos (menos de 3 anos)	Total de programas e projetos de extensão antigos (mais de 3 anos em execução)	Total de programas e projetos de extensão
Administração e Ciências Contábeis	5	1	6
Arquitetura e Urbanismo	6	2	8
Centro de Ciências	1	1	2
Comunicação	4	7	11
Direito	7	4	11
Economia	3	2	5
Educação	13	3	16
Educação Física e Desportos	11	11	22
Enfermagem	9	13	22
Engenharia	2	5	7
Farmácia	4	3	7
Fisioterapia	3	1	4
GV – Setor Administrativo	2	0	2
Hospital Universitário	4	0	4
IAD	5	0	5
ICB	23	20	43
ICE	9	3	12
ICH	24	10	34
ICSA-GV	15	5	20
ICV-GV	36	7	43
João XXIII	6	16	22
Letras	7	9	16
Medicina	29	26	55
Reitoria	4	0	4
Odontologia	4	7	11
Serviço Social	5	6	11
TOTAL	241	162	403

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR COM BASE EM DADOS CEDIDOS PELA PROEX, 2018.

Isso demonstra que novas ações de extensão estão sendo criadas (60%), mesmo que essa distribuição ainda seja bem desigual entre as diferentes unidades acadêmicas. Institutos como o IAD e ICE, destacados em rosa na Tabela 8, são exemplos disso. Nos últimos três anos, o primeiro criou cinco novas ações de extensão, enquanto o segundo, nove. No entanto, o ICE apresenta apenas três programas e projetos realizados há mais de três anos e o IAD nenhum.

Apesar dessa situação se repetir na maioria das unidades acadêmicas da UFJF, há exceções. São os casos da Faculdade de Engenharia e do Colégio de Aplicação João XXIII, destacados em azul. Em ambas as unidades o número de programas e projetos desenvolvidos há pelo menos três anos é mais representativo. Na Engenharia, das sete ações extensionistas desenvolvidas, cinco foram criadas há mais de três anos. Já no colégio de aplicação, dos 22 programas e projetos, apenas seis foram criados mais recentemente.

Com o cenário da extensão descrito neste capítulo, foi possível identificar que a prática extensionista levou mais tempo para ser difundida nas IES, o que ocorreu de forma mais evidente a partir de sua inclusão no texto constitucional. Sua conceituação, baseada no diálogo e na construção de um novo conhecimento, ganhou espaço nas IES nas últimas três décadas. Conforme apontam Carbonari (2007) e Sousa (2000), tal concepção veio a ser desenvolvida numa tentativa de superar suas vertentes meramente assistencialista e de oferta de serviços ao mercado. Também foi possível constatar, a partir do panorama atual da extensão na UFJF, que sua prática se encontra distribuída de maneira bastante desigual entre suas unidades acadêmicas. Além disso, a participação de discentes em programas e projetos ainda é baixa, situação que precisa ser analisada, tendo em vista a necessidade de universalização da extensão até 2021, devido à sua inserção nos currículos. Neste sentido, esta dissertação pretende analisar quais os elementos dificultadores para o desenvolvimento da extensão na UFJF.

Assim, o próximo capítulo desta pesquisa busca debater, por meio de referencial bibliográfico, o conceito de extensão e suas principais características, além de refletir sobre sua importância para as universidades. A partir da definição de uma proposta metodológica, o texto analisa os dados obtidos nos instrumentos de pesquisa aplicados. A análise serviu de subsídio para a elaboração do PAE, apresentado no terceiro capítulo, que tem como finalidade propor estratégias que minimizem os impactos causados pelos entraves identificados.

2 A EXTENSÃO COMO FATOR DE LEGITIMIDADE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Neste capítulo, são apresentados e analisados os elementos dificultadores encontrados pelos diferentes institutos e faculdades da UFJF para a submissão e a execução de programas e projetos de extensão.

Para isso, na primeira seção, intitulada “Conceituação de Extensão Universitária”, são expostos os diferentes conceitos e interpretações sobre a extensão universitária, a partir do referencial teórico estudado. As cinco diretrizes definidas pelo Forproex também são debatidas. A partir da apresentação destes diferentes conceitos, torna-se possível observar que a prática extensionista se dividiu em três principais vertentes, que são detalhadas nesta seção: a assistencialista, a mercantilista e a acadêmica/dialógica. Por fim, esta primeira seção aponta que as universidades públicas, que devem ser compreendidas como instituições sociais e não como organizações, precisam cumprir um papel social. Nesse sentido, a extensão é apresentada como um mecanismo para que essa relação com a sociedade seja efetivamente realizada. Além disso, para superar a crise de legitimidade enfrentada por essas instituições perante a sociedade, esta pesquisa aborda a extensão universitária como um dos principais elementos para contribuir estrategicamente com a redução deste quadro.

Já a segunda seção, denominada “Metodologia de Pesquisa e a Coleta de Dados”, apresenta e justifica a metodologia de pesquisa usada para a realização da coleta de dados em campo. Também são apresentados os instrumentos de pesquisa aplicados, a justificativa para os recortes das unidades acadêmicas e dos sujeitos, aos quais foram aplicados os questionários e as entrevistas, o perfil dos docentes que participaram da pesquisa de campo e a impressão destes sobre a importância da extensão para a formação profissional dos estudantes e para o próprio desenvolvimento profissional.

Após a apresentação do referencial teórico sobre a extensão universitária e da indicação da metodologia de pesquisa utilizada, este capítulo finaliza com sua terceira seção, intitulada “Análise sobre a prática extensionista na UFJF”. Tal seção apresenta uma análise sobre a extensão na Universidade, a partir dos dados e informações coletados por meio da realização da pesquisa de campo, tendo como base o referencial bibliográfico discutido anteriormente. Desta forma, são expostos e refletidos os dados sobre como os docentes da instituição compreendem o conceito de extensão universitária. Além disso, são analisadas as informações referentes aos elementos dificultadores e facilitadores apontados pelos docentes ouvidos.

2.1 CONCEITUAÇÃO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A conceituação de extensão e a prática das atividades extensionistas sofreram modificações ao longo do tempo. Segundo Carbonari (2007), tais transformações foram motivadas pelas diferentes realidades políticas, sociais e culturais que o país vivenciou. Sobre tal ponto, Serrano (2007, p. 1) também destaca que:

O conceito de extensão universitária ao longo da história das universidades brasileiras, principalmente das públicas, passou por várias matizes e diretrizes conceituais. Da extensão cursos, à extensão assistencial, à extensão ‘redentora da função social da Universidade’, à extensão como mão dupla entre universidade e sociedade, à extensão cidadã, podemos identificar uma ressignificação da extensão nas relações internas com outros fazeres acadêmicos, e na sua relação com a comunidade em que está inserida.

Sousa (2000) aponta que, apesar de, no século XVI, o Brasil ainda ser uma colônia de Portugal e não possuir universidades e o conceito “extensão” sequer ter sido criado até então, já era possível perceber algumas atividades voltadas para a sociedade, oferecidas pelos cursos de teologia mantidos pelos jesuítas. Na época, a Companhia de Jesus oferecia à sociedade cursos de artes, com o objetivo de recrutar jovens para a Igreja.

Procurar um marco para a gênese da Extensão nas Instituições de Ensino Superior no Brasil é uma tarefa tão complexa quanto encontrar uma concordância sobre o nascimento da Universidade em nosso país [...] A presença da Extensão, neste momento, pode ser observada através do desenvolvimento de ações como cursos de artes abertos à população, ao mesmo tempo em que se procurava desenvolver vocações eclesiais. Esta era a preocupação fundamental da Companhia de Jesus, buscar os vocacionados para o ministério (SOUSA, 2000, p. 84).

As atividades realizadas em prol da sociedade pelas instituições jesuítas caracterizavam-se pela mera transmissão de conhecimento dos intelectuais para a sociedade, sem promover o diálogo e a troca de saberes com a comunidade. Além disso, tais atividades despertavam o interesse apenas das elites brasileiras. Tal perspectiva permaneceu enraizada em nossas IES em todo o período monárquico e nas primeiras décadas do período republicano. Sobre o período monárquico, Sousa (2000) destaca que as atividades realizadas em benefício da sociedade, pelas poucas faculdades existentes à época, se restringiam à mera capacitação de mão de obra para atendimento ao mercado.

As preocupações extensionistas no Ensino Superior desta época, se é que existiam, consistiam basicamente na formação de mão de obra para atender às necessidades de um mercado incipiente. A relação das IES com a sociedade acontecia unicamente através da preparação de profissionais para atuarem em seu meio. Por parte do ensino superior, não há registro de atividades extensionistas, entendidas como tal, neste período (SOUSA, 2000, p. 85).

A realização dessas atividades, bem como das experiências extensionistas da Universidade Livre de São Paulo (1912) e da Escola Superior de Agricultura de Viçosa (1926), ocorria de forma isolada e voluntária em algumas IES. Tais atividades eram inspiradas em modelos adotados por universidades europeias e estadunidenses. Vale destacar que, até aquela época, não havia nenhuma legislação que definisse o conceito de extensão universitária e sua obrigatoriedade no ensino superior. Segundo Carbonari (2007), a primeira definição de extensão aparece no Estatuto das Universidades Brasileiras, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 19.851/1931, que definiu atividade de extensão como sendo:

não só a realização de cursos e conferências objetivando a difusão de conhecimentos ‘úteis à vida individual e coletiva’, mas também a ‘apresentação de soluções’ para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional (CARBONARI, 2007, p. 23).

Porém, conforme observa Sousa (2000), mesmo com o estabelecimento do conceito de extensão pelo Estatuto das Universidades Brasileiras no governo de Getúlio Vargas e sua inclusão como componente dos objetivos do ensino superior, a extensão continuou sendo caracterizada pela oferta de cursos e conferências, que ocorreram de forma esporádica por mais de 30 anos.

Do Estado Novo até o Golpe de 1964, a extensão promovida pelas IES estará representada pelos cursos e conferências que aconteciam esporadicamente, não parecendo haver, neste momento, nenhuma preocupação, por parte das IES, quanto à formulação de um caminho próprio para a Extensão. Na verdade, essas instituições atuavam em função daquilo que era sugerido pelo Estado (SOUSA, 2000, p. 89).

Entre o final da década de 1950 e o início dos anos de 1960, houve um movimento liderado por professores e discentes que tentaram romper com o modelo de extensão praticado até então. A partir da reflexão sobre o papel social que as universidades deveriam desempenhar em benefício da sociedade, Carbonari (2007) destaca que, no início da década de 1960, período marcado pelas mobilizações populares e pelas reformas sociais, professores

começaram a estabelecer algumas ações de extensão que estivessem preocupadas com a realidade socioeconômica e cultural do país e com o objetivo de responder as principais demandas sociais.

Conforme destacam Sousa (2000) e Serrano (2007), uma das iniciativas mais marcantes daquele período foi desenvolvida pela Universidade do Recife, a partir do movimento de Extensão Cultural. A instituição, com a participação de docentes e discentes, desenvolveu atividades como alfabetização de adultos, campanhas de erradicação de doenças no campo e valorização da cultura popular. Para as autoras, tal iniciativa difere das anteriores, pois buscou aplicar as teorias do educador Paulo Freire à prática extensionista. Assim, foram incorporados elementos como o diálogo com a sociedade, a construção de um novo saber, fruto da relação entre os conhecimentos acadêmico e popular, e o atendimento aos principais anseios sociais, com o objetivo de tornar os sujeitos mais autônomos, emancipados e críticos. Segundo Sousa (2000), o movimento realizado em Recife partia do princípio de que “a preservação e a difusão da cultura popular eram consideradas como pontos fundamentais, assim como a conscientização das massas em relação às condições socioeconômicas e políticas em que viviam” (SOUSA, 2000, p. 42).

Nesse sentido, Martins et al. (2015) observam que, nesta época, docentes e discentes buscaram estabelecer uma atividade extensionista mais próxima da que as universidades buscam desenvolver nos dias atuais, ou seja, a partir do estabelecimento da troca de saberes, no qual a academia leva o conhecimento científico às comunidades e, ao mesmo tempo, traz os saberes e as experiências populares para dentro das universidades.

No entanto, tal concepção de extensão, que ganhava cada vez mais adeptos na comunidade acadêmica, foi reprimida a partir do golpe militar de 1964, que passou a perseguir integrantes da academia que não concordavam e resistiam às determinações do governo central. Nesse sentido, Carbonari (2007) aponta que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), orientados pela Lei de Segurança Nacional, definiram, em 1976, um novo conceito para a extensão universitária, ao restringir tal função acadêmica como um espaço para oferta de conhecimentos elaborados pela academia, com fins de treinamento e consumo pela sociedade.

Vale destacar que a definição de extensão estabelecida pelo Crub em 1976 destoou do conceito sobre a prática extensionista que foi debatido e construído na América Latina anos antes. Em 1972, a II Conferência Latino-Americana de Extensão Universitária e Difusão Cultural definiu a extensão como sendo um processo interativo entre universidade e

sociedade, que permitiria às IES cumprirem seu papel social e, além disso, colaborarem com a libertação e a transformação de sua comunidade. Segundo a Conferência,

extensão universitária é a interação entre Universidade e os demais componentes do corpo social, por meio do qual esta assume e cumpre seu compromisso de participação no processo social de criação da cultura e de libertação e transformação radical da comunidade nacional (GUTIÉRREZ, 1992, p. 5 apud COELHO, 2014, p. 14).

A preocupação de estabelecer formas de diálogo com a sociedade e colaborar para uma sociedade mais crítica foi inibida pelo Crub, uma vez que, durante o período da Ditadura Militar, o Conselho estabeleceu que as atividades extensionistas deveriam ser orientadas pelo Estado, prejudicando a autonomia conferida às universidades. Nesse sentido, Sousa (2000) aponta que, a partir de 1964, o “Estado assume a direção das atividades extensionistas. As IES estarão presentes, mas atuando sob o comando e a tutela do Estado” (SOUSA, 2000, p. 90). Assim, o que se observa nas universidades, durante os mais de 20 anos de governo militar, é o estabelecimento de programas como o Projeto Rondon e o Crutac. Suas ações estavam comprometidas com o projeto militar de integração nacional e desenvolvimentista do país. “O que se pode observar é que o envolvimento das IES junto à Extensão Universitária só vai acontecer sob as cores ditadas pelo modelo governamental do país” (SOUSA, 2000, p. 97).

Vale destacar que, além das ações de extensão de cunho nacionalista no período militar, conforme destaca Sousa (2000), percebe-se também o crescimento e incentivo ao desenvolvimento de outra vertente extensionista nas universidades: a de oferta e de produção de tecnologia para as empresas públicas e privadas, bem com o oferecimento de consultorias e assessorias, intensificando o financiamento privado das universidades, a chamada “prestação de serviços”.

A concepção de extensão volta a ser alterada a partir da redemocratização do país, na década de 1980. Com a promulgação da Constituição de 1988, que definiu a extensão como umas das funções acadêmicas de uma universidade, indissociável ao ensino e à pesquisa, e a criação do Forproex, em 1987, a extensão volta a ser debatida a partir do princípio da necessidade do diálogo e da troca de saberes entre a comunidade e a sociedade, prevendo a construção de um novo conhecimento, fruto da relação entre os saberes acadêmico e popular. Sob essa perspectiva, o Forproex define a extensão como um:

processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre

Universidade e Sociedade. [...] é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (FORPROEX, 1987, p. 11 apud COELHO, 2014, p. 14).

Com essa mesma perspectiva do Forproex, a pesquisadora Silvana Martins defende que as atividades de extensão precisam ter como princípio a via de mão dupla, a ser estabelecida na relação entre universidade e comunidade:

A extensão é o elo entre a academia e a sociedade que a cerca, e deve ser vista como uma via de mão dupla, que vai buscar em seu entorno as necessidades da população para a melhoria da qualidade de vida e depois levar, através de seus serviços e do conhecimento construído em seus intramuros, propostas de capacitação para a sociedade” (MARTINS, 2010 apud MARTINS et al., 2015, p. 204).

Apesar da adoção desse conceito pelo Forproex e pelas universidades públicas, a LDB de 1996, também destacou a extensão com uma das finalidades do ensino superior (BRASIL, 1996). No entanto, seu texto, diferentemente do Forproex, destaca a prática extensionista como sendo um mero processo de transmissão do conhecimento gerado pela pesquisa científica e tecnológica desenvolvida pela instituição. Sobre tal ponto, Serrano (2007) destaca que:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, não avança muito sobre o conceito e a forma, e apresenta a Extensão Universitária como mecanismo de acessibilidade ao conhecimento gerado nas instituições na forma de cursos, ou seja, uma via de mão única de disseminação do conhecimento (SERRANO, 2007, p. 11).

O mesmo é observado pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), de 2004, que estabeleceu outra conceituação de extensão, que, além de mencionar a mera transmissão de conhecimento à sociedade, aponta a necessidade que a prática extensionista esteja articulada com os setores produtivos e o mercado de trabalho, conforme aponta Carbonari (2007, p. 24, grifos nossos):

a extensão deve pautar-se em valores educativos, primando por sua integração com o ensino e a pesquisa, reforçando a necessidade da transferência do conhecimento produzido nas IES e sua interferência no desenvolvimento regional e nacional [...] É preciso que as ações extensionistas mantenham uma articulação entre os setores público,

produtivo e o mercado de trabalho, contribuindo para que o aluno desenvolva, no processo de aprendizagem, o espírito crítico próprio da formação cidadã.

O tratamento que o Sinaes dá à extensão universitária também é criticado por Santos Júnior (2013). Segundo o autor, o sistema de avaliação está estruturado apenas para levantar dados quantitativos da extensão, sem se preocupar com o real impacto da prática extensionista na realidade brasileira e sem avaliar a troca de informações entre Universidade e sociedade.

Vale lembrar que os indicadores de avaliação agora giram em torno do número de bolsas acadêmicas, valores de recursos destinados às ações de extensão, número de horas semanais do plano de trabalho docente com a extensão universitária, indicação de áreas temáticas e número de trabalhos acadêmico-científico decorrentes de atividades extensionistas. A preocupação parece focada numa visão de Universidade produtivista sem qualquer preocupação com a relação de troca de informações entre Universidade-sociedade (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 19).

Vale ressaltar que, em 2012, o Forproex atualizou o conceito de extensão, adotado atualmente pelas IES públicas signatárias do Fórum, dentre elas, a UFJF, definindo-a como uma atividade que deve ser interdisciplinar, política, cultural, educativa e científica, com a função de promover uma relação dialógica e transformadora entre a academia e a sociedade. Suas ações devem seguir o princípio da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa.

Este é o conceito de extensão que será abordado nesta pesquisa, tendo em vista que a política de extensão aprovada pela Universidade (UFJF, 2018a), bem como os editais da Pró-Reitoria de Extensão estão em consonância com esta definição. Além disso, a escolha por tal conceito também se dá pelo fato de ele priorizar o atendimento aos principais anseios sociais e não ao mercado produtivo.

Apesar da definição de tal conceito pelo Forproex ser adotado pelas universidades públicas, muitos de seus docentes ainda não o conhecem ou fazem confusão sobre o que seria de fato atividades de extensão. Essa dificuldade é constatada na pesquisa desenvolvida por Hunger et al. (2014), que detectou que vários professores entrevistados apresentaram compreensão diferente sobre o que é extensão.

Aqui está demonstrada a configuração atual da Universidade e da Extensão Universitária na visão dos professores universitários, que se apresentam confusos e indefinidos ao conceituarem essa função. Existe ainda uma confusão muito grande.

As pessoas às vezes confundem a Extensão com Serviço à Comunidade (professor 5 – U1)

É uma questão de muita controvérsia (professor 1 – U1)
 Acho que tudo que foge da graduação é Extensão (professor 6 – U2)
 Até uns tempos atrás, a própria unidade não tinha muito claro o que era esse trabalho de Extensão (professor 6 – U2)
 A Extensão era como se dissesse assim: é uma prestação de serviço. Hoje que se coloca mais a palavra Extensão em todas as prestações de serviço (professor 6 – U2)
 A prestação de serviço está sendo encarada como uma atividade à parte na Universidade, com contratos, e a atividade de Extensão está sendo uma atividade mais ligada à Educação (professor 7 – U2)
 Nós tivemos, agora, um estudo para tentarmos pontuar as atividades de Extensão aqui na instituição. Neste estudo nós percebemos que há uma confusão muito grande na questão da Extensão (professor 10 – U2)” (HUNGER et al., 2014, p. 350).

Essa dificuldade não está restrita apenas aos docentes. A comunidade discente também apresenta desconhecimento sobre o conceito de extensão, o que é evidenciado na pesquisa de Martins et al. (2015), que, ao estudar o impacto da extensão na formação dos graduandos, observou que, muitos destes só descobrem realmente o que é extensão quando participam efetivamente de suas atividades. Tal constatação fica evidenciada no trecho destacado:

Na verdade, eu não tinha muito contato com a extensão antes de virar bolsista. Depois que eu entrei no projeto que eu comecei a ver este lado da extensão, porque a gente pensa muito, no meu curso, na iniciação científica. Só que aí é que eu fui entender a importância da extensão, porque a extensão justamente é este contato que a Universidade tem com a comunidade em volta, com o mundo que cerca a Universidade (B4) (MARTINS et al., 2015, p. 200).

A partir dos diferentes conceitos de extensão universitária estabelecidos no Brasil desde a criação das primeiras IES, Jezine (2006) aponta que essas instituições brasileiras desenvolveram três modelos diferentes de realização de suas atividades de extensão: a extensão assistencialista, a mercantilista e a acadêmica, que, nesta pesquisa, será chamada de dialógica, uma vez que as duas primeiras também são realizadas no ambiente acadêmico.

Segundo a autora, o modelo assistencialista provém das atividades de treinamento e serviços oferecidos à sociedade, principalmente nas áreas de educação, saúde e agricultura. Ela parte do princípio de que a universidade deve levar seus conhecimentos às comunidades, que são desprovidas de saberes, contribuindo para o desenvolvimento social. Nessa perspectiva, não há o diálogo e a troca de saberes com a comunidade. Este modelo foi o mais usado pelas IES desde a sua criação até o período da ditadura militar, período em que a extensão rural, por meio do Projeto Rondon e dos Crutac, ganhou espaço.

O educador Paulo Freire, ao estudar a relação da extensão com o processo de comunicação, criticou o modelo de extensão assistencialista, realizado em larga escala no Brasil, por meio da extensão rural. Para ele, a extensão agrícola, que ganhou destaque na América Latina é falha, apesar das boas intenções daqueles que dedicavam seu trabalho a essa prática:

Percebemos que sua falta de resultados mais profunda se devia, no melhor dos casos, a uma visão ingênua da realidade e, no caso mais comum, a um claro sentido de superioridade, de dominação com que o técnico enfrentava o camponês inserido em uma estrutura agrária tradicional (FREIRE, 1983, p. 7).

Nesse sentido, o educador defende a necessidade de uma prática baseada no diálogo entre a universidade e a sociedade. Além disso, é importante que os acadêmicos tenham consciência de que o saber científico não é hegemônico e nem imutável. Sobre isso, Freire (1983) aponta que:

conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção (FREIRE, 1983, p. 7).

O segundo modelo apresentado por Jezine (2006) é o mercantilista. Esta prática extensionista, definida atualmente pelo Forproex como “prestação de serviços”, começou a ganhar espaço no ensino superior a partir da Ditadura Militar. Neste período, passou a ser incentivada a “venda de serviços” pelas IES ao mercado, o que representa uma iniciativa de privatização dos serviços ofertados pela universidade. São classificadas como prestação de serviços, atividades como consultoria, assessoria, contratos de transferência de tecnologia e realização de laudos técnicos, demandados por instituições públicas ou privadas.

Tal modelo é criticado por Sousa (2000), que vê nesse tipo de atividade um caminho para que seus realizadores defendam a universidade como um espaço empresarial, que deve ter seus objetivos estabelecidos pelo lucro e pela lógica do mercado:

Podemos perceber que a venda de serviços é uma questão de principal importância na Extensão Universitária, pois pode se transformar em um problema e não mais numa possível solução. Entendemos que a captação de recursos, via prestação de serviços, pode servir ao Estado como argumento para eximir-se da responsabilidade frente ao ensino superior público e à autonomia da Universidade [...] A Universidade não deve concordar em ser

um instrumento disponível ao uso de quem puder pagar mais, pois assim, mais uma vez, estará em dívida com a Sociedade, e uma dívida maior, ao vender-se para aqueles poucos que podem comprar seus serviços mantendo excluídos aqueles que também pagam pela existência da academia, mas nunca se utilizam dela. Isso seria a Universidade se eximindo na formação do cidadão a partir do indivíduo (SOUSA, 2000, p. 106).

Por fim, Jezine (2006) apresenta o modelo acadêmico, aqui tratado também como dialógico, uma vez que os dois modelos anteriores também foram disseminados no ambiente acadêmico. Este é o modelo que está relacionado ao conceito atual de extensão definido pelo Forproex em 2012. Segundo a autora, nesta concepção, a universidade é compreendida como um mecanismo de ligação com a sociedade. A extensão, indissociável ao ensino e à pesquisa, se estabelece a partir do equilíbrio entre os conhecimentos científicos e populares, por meio do diálogo.

Para Santos Júnior (2013), este é o modelo de extensão que as universidades devem priorizar. Para ele, a prática extensionista deve ser:

produtora de um conhecimento resultante das experiências nas quais os sujeitos se revezam nos papéis de autores e coautores de autonomia e interdependência e, quando são construídas numa relação dialógica, outros conhecimentos nascem a partir do entrelaçamento de visões de mundo semelhantes ou diferentes (SANTOS JÚNIOR, 2013, p. 18).

Ao partirmos do conceito atual de extensão universitária definido pelo Forproex em 2012, torna-se necessário apresentar e debater as cinco diretrizes que devem estar presentes em todos os programas e projetos para serem caracterizados como extensionistas. A primeira delas é a interação dialógica, definida como o desenvolvimento de relações entre a Universidade e os setores sociais, no qual deve haver diálogo e troca de saberes, superando a ideia de soberania acadêmica.

Neste sentido, Hunger et al. (2014) citam o plano de gestão da Universidade Estadual Paulista para o quadriênio 1997-2001 para destacar a importância desse diálogo permanente. “A Universidade não se integra, ela é parte da sociedade, formando com esta um só organismo que se caracteriza justamente pela comunicação entre os diferentes sistemas que a integram e compõem” (HUNGER et al., 2014, p. 352). Sobre tal diretriz, Nascimento (2012, p. 26) ainda destaca que:

ao mesmo tempo em que a comunidade acadêmica encontra campo para praticar o conhecimento adquirido no ensino, receberá um feedback que

permitirá novas reflexões sobre este conhecimento produzido e aplicado, permitindo, assim, um aperfeiçoamento das práticas acadêmicas.

Freire (1983), ao problematizar a terminologia da expressão “extensão”, apontando que esta pode induzir os pesquisadores a apenas “estenderem” seu conhecimento científico aos demais sujeitos da comunidade, destaca a importância do processo de comunicação, de forma horizontal, no desenvolvimento de atividades em prol da sociedade. Assim, segundo ele,

[...] além do sujeito pensante, do objeto pensado, haveria, como exigência (tão necessária como a do primeiro sujeito e a do objeto), a presença de outro sujeito pensante, representado na expressão de companhia. Seria um verbo “co-subjetivo-objetivo”, cuja ação incidente no objeto seria, por isto mesmo, coparticipada. O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. **Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário.** Esta coparticipação dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação (FREIRE, 1983, p. 44-45, grifo nosso).

Coelho (2014) também recorre a Paulo Freire para destacar que o diálogo entre o educador e o educando é fundamental para qualquer processo educativo, inclusive o da prática extensionista, pois não há indivíduo que saiba tudo e nem indivíduo que não tenha nenhum conhecimento:

educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 1977, p. 14 apud COELHO, 2014, p. 14).

A segunda diretriz é a interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Ela determina que uma ação de extensão precisa da interação de metodologias resultantes de diferentes disciplinas, cursos e áreas. Para Martins et al. (2015), a interdisciplinaridade permite ao graduando a ampliação do conhecimento, proporcionando uma visão geral e ampliada tanto do processo de atuação de sua profissão, quanto o de sua relação com os profissionais de outras áreas no contexto de trabalho:

[Os graduandos] reconhecem, depois da sua participação nos projetos de extensão, a importância de trabalhar e aplicar, na prática, a interdisciplinaridade. Essa compreensão foi relatada por B1: Pude pensar de

outra maneira o meu curso que até então as propostas de interdisciplinaridade não eram tão evidentes. A gente não pensava na saúde coletiva, a gente não conseguia pensar em uma UBS quais os profissionais que interagem. Então, o projeto me mostrou esta parte e isso é um ganho profissional que eu tenho e pessoal, que abriu mais olhares, mais portas para eu conseguir trabalhar nesta área, no futuro (B1) (MARTINS et al., 2015, p. 202).

Ainda em relação à importância do trabalho interdisciplinar e interprofissional, Santos, Rocha e Passaglio (2016) apontam que a atividade extensionista, quando possui a presença desta diretriz em sua concepção, favorece o trabalho em equipe, contribuindo para a formação dos estudantes e para uma intervenção mais completa e eficaz:

abre-se a possibilidade do trabalho em equipe, sobretudo, a experiência do trabalho interdisciplinar, como demarca os projetos com alcance mais amplo na comunidade. O trabalho em equipe contribui para a formação do aluno ao permitir o contato com outro profissional, às vezes de outra área, mas que pode traçar ideias e planos, no sentido de aprimorar e tornar a intervenção a ser realizada mais eficaz e produtiva (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016, p. 26).

Outra diretriz apontada pelo Forproex é o impacto na formação discente, isto é, a atividade extensionista precisa oferecer acréscimos à formação do aluno, ampliar o universo de referência do discente e oportunizar o contato dele com as questões sociais contemporâneas. A extensão deve levar ao “enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários” (FORPROEX, 2012, p. 19).

Nesse sentido, Fonseca (2017) cita a entrevista da Pró-reitora de extensão da UFJF, concedida em 9 de maio de 2017, para demonstrar a importância da prática extensionista para o desenvolvimento do acadêmico.

Os nossos estudantes vão estar no seu espaço formativo recebendo essa comunidade com todas as suas dúvidas e questionamentos e isso coloca para os nossos estudantes a possibilidade de resposta onde ele vai ter que vincular o conhecimento aprendido em sala de aula com a capacidade de lidar com o outro. Um outro aspecto que tem um impacto direto no ensino é você trabalhar metodologias, inclusive de explicar como as coisas funcionam. Você traz ali determinados questionamentos que podem se reverter em melhorias na qualidade de ensino dos nossos estudantes (FONSECA, 2017, p. 62).

No entanto, além da obrigatoriedade de cumprimento da carga horária com atividades de extensão, a prática extensionista é uma importante ferramenta para o desenvolvimento

social e profissional dos acadêmicos. É por meio da experiência destes com a realidade na qual a universidade está inserida e da troca de saberes com a comunidade, que é possível oferecer aos acadêmicos uma visão mais crítica, ética e cidadã de sua atuação profissional. Nesse sentido, Martins et al. (2015, p. 201) apontam que:

a extensão valoriza o esforço da comunidade em agir e pensar a partir de sua realidade local, e com isso alimenta nos estudantes a noção de participação social e mobilização comunitária. Podemos inferir que, quando as universidades assumem o papel da extensão como produtora de conhecimento, passam a alimentar a produção de uma consciência crítica, colaborando para o fortalecimento das estruturas coletivas de organização política que possibilitam o exercício singular da cidadania.

A mesma opinião tem Santos, Rocha e Passaglio (2016). Para os autores, a prática extensionista proporciona aos acadêmicos o estímulo à reflexão entre teoria e prática, o conhecimento de seu campo profissional, o desenvolvimento de uma postura ética e crítica e a oportunidade de uma atuação interdisciplinar.

[...] é imprescindível [ao aluno] sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar [...] O aluno atuante se depara com um grande número de tarefas novas e de situações que lhe cobram condutas de responsabilidade e autonomia no processo de formação profissional. A extensão aparece então como mecanismo que leva o aluno a participar e a buscar ações e soluções para o contexto social e, diante deste contexto, atuar, experimentar, conhecer e conviver de forma cívica e responsável (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016, p. 24).

A quarta diretriz refere-se ao impacto e à transformação social. Por meio dela, a extensão deve-se configurar como a ferramenta que estabelece a relação entre a Universidade e os diferentes setores da sociedade. As atividades extensionistas devem atender aos interesses da população, estarem atentas ao desenvolvimento social e contribuir para a melhoria das políticas públicas. Nesse sentido, Santos, Rocha e Passaglio (2016, p. 27) apontam a extensão com o principal caminho para as universidades contribuírem para a transformação social:

A extensão é, portanto, um espaço estratégico para se promover práticas interdisciplinares e aproximar diferentes sujeitos, potencializando o conhecimento e desenvolvendo o compromisso com o social. O conhecimento (pesquisa) da realidade social permite construir estratégias de trabalho capazes de contribuir para a transformação da sociedade.

Por fim, a quinta diretriz prevê a necessidade de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Para o Forproex (2012), a extensão, por ser de um dos três processos acadêmicos, só alcança maior efetividade se estiver vinculada ao ensino e à pesquisa. Para tanto, torna-se necessário que a extensão universitária seja valorizada no mesmo patamar das outras duas funções acadêmicas. No entanto, como vimos no capítulo anterior, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda é uma realidade distante nas IES, uma vez que, segundo Dias (2009), as três funções acabam sendo hierarquizadas nas universidades. E a extensão, na maioria das vezes, recebe menor investimento e atenção em relação ao ensino e à pesquisa.

Além disso, conforme apontado por Carbonari (2007), a indissociabilidade acabou ficando restrita às universidades públicas, tendo em vista que a LDB flexibilizou aos centros de ensino superior e às faculdades privadas realizarem ou não atividades de pesquisa e de extensão. Apesar deste panorama de dificuldade encontrado para a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior, Santos, Rocha e Passaglio (2016) apontam esta diretriz como fundamental para que uma universidade torne seu ensino e sua pesquisa reflexivos e vinculados às principais mudanças sociais:

a extensão não deve ser entendida somente como uma prática da universidade que visa colocar os alunos em contato com demandas sociais, de modo que o ensino e a pesquisa fiquem isentos dessa reflexão e de uma atuação promotora de mudanças nas condições sociais. Quando a extensão, em uma universidade, é a única responsável por colocar os alunos em contato com a sociedade, o ensino e a pesquisa se tornam alienados, desvinculando-se das condições sociais (SANTOS; ROCHA; PASSAGLIO, 2016, p. 24).

Outro obstáculo que se coloca para a efetivação da extensão universitária, conforme definição e diretrizes estabelecidas pelo Forproex em 2012 no texto de sua Política Nacional de Extensão, é o fato de as universidades nas últimas décadas terem se afastado de sua concepção como instituição social e se aproximarem do conceito de organização social. Segundo a filósofa Marilena Chauí, as universidades públicas devem se compreender com uma instituição social, cujas mudanças devem estar atentas às transformações sociais, políticas e econômicas do país. Elas não devem se isolar da sociedade. Nesse sentido, a autora destaca que:

a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são

favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas (CHAUI, 2003, p. 6).

A partir do entendimento de que as universidades devem ser instituições sociais, Sousa (2000, p. 119) aponta a necessidade de que a relação entre Universidade e Sociedade seja contínua, dialógica e permanente:

Na medida em que entendemos que a Universidade é uma instituição social, torna-se ilógico tentar tratá-la de forma dicotômica, como se a Universidade e a Sociedade fossem entidades autônomas. O contexto socioeconômico, político e cultural que circunscreve a academia também a perpassa, portanto Universidade e Sociedade evoluem, conjuntamente, em relações recíprocas e de maneira dialética.

Porém, o que se tem visto nos últimos anos é que as universidades brasileiras, impulsionadas pela reforma do Estado, que passou a entender a educação não mais como um direito, mas como um serviço que pode ou não vir a ser privatizado, se afastou do real conceito de instituição social. Para Chauí (2003), algumas IES têm se alinhado ao conceito de organização. Isto é, estão preocupadas com elementos gerenciais, como planejamento, controle e lucro, e se isolando das comunidades que a cercam. Sobre o conceito de organização, a autora aponta que:

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada de acordo com sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito (CHAUI, 2003, p. 6).

Assim, conforme aponta Chauí (2003), as universidades têm se afastado de sua aspiração à universalidade, no qual a sociedade deve ser seu princípio e sua referência valorativa e normativa. Ao se aproximarem do modelo organizativo, as IES passam a trabalhar a eficácia e o sucesso como elementos dependentes de sua particularidade. Ou seja, passam a ter apenas a si própria como referência. Nesse sentido, Chauí (2003) observa que as universidades na atualidade são regidas por contratos de gestão e avaliadas constantemente por índices quantitativos de produtividade. Para a autora, os reflexos da expansão dos

procedimentos gerenciais e de controle já são perceptíveis na rotina das IES: “o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc.” (CHAUI, 2003, p. 7).

Sob essa perspectiva, torna-se cada vez mais complexo que tais instituições consigam cumprir seu papel social e, assim, dar retorno à sociedade de todo o investimento público que é feito nela. Segundo Chaui, (2003), têm surgido com mais frequência nas universidades projetos e intervenções direcionadas às demandas das grandes corporações e distantes dos reais anseios da comunidade. Tais projetos podem levar as universidades a produzirem um conhecimento direcionado à apropriação privada, afastando-se de sua concepção como instituição pública.

Ao se afastar das demandas da sociedade e priorizar suas particularidades, as IES mergulham, segundo Santos (2004), numa crise de legitimidade. Tal crise torna-se evidente a partir da deterioração da confiança de diferentes segmentos da sociedade de que as universidades públicas são fundamentais na busca por respostas para as principais demandas sociais do país.

A legitimidade das universidades está em xeque, visto que ela deixou de ser consenso na sociedade. Conforme Santos (2004), o questionamento sobre a real função das IES é constante e torna-se evidente quando ainda se percebe a disseminação de discursos de que tais instituições, mantidas com recursos públicos, configuram-se em um espaço pouco representativo. Além disso, seu distanciamento em relação à comunidade ao qual está inserida fortalece esse tipo de questionamento.

Ademais, a massificação do acesso ao ensino superior, vivenciada nos últimos 15 anos no Brasil, ainda não conseguiu alterar de forma substancial as desigualdades sociais do país. No entanto, Santos (2004) ressalva que o Brasil deu um importante passo para a democratização do acesso, por meio das políticas de ações afirmativas, do estabelecimento de cotas e dos programas de apoio à permanência dos estudantes de baixa renda nas universidades, desenvolvidas a partir de 2003 pelo Governo Lula.

No Brasil, as políticas de ações afirmativas assumem hoje grande destaque e merecem uma referência especial. Em resposta à crescente pressão de movimentos sociais pela democratização do acesso ao ensino superior, especialmente do Movimento Negro, o Governo Lula lançou no primeiro semestre de 2004, o programa “Universidade para Todos” (Prouni) que preconiza uma ação afirmativa baseadas em critérios raciais e socioeconômicos (SANTOS, 2004, p. 51).

Svartman, Crochík e Massola (2016) apresentam a mesma constatação. Os autores destacam que os próprios mecanismos de ingresso nas universidades, com os vestibulares promovidos pelas IES e o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) ainda se revelam como fatores de exclusão para os alunos das classes mais pobres da sociedade. No entanto, destacam que, nos últimos 15 anos, o cenário de democratização do acesso ao ensino superior tornou-se mais favorável, devido ao desenvolvimento de programas de ampliação de vagas no ensino superior, de política de cotas, do estabelecimento de bolsas de permanência e do financiamento governamental de mensalidades no ensino superior privado.

É preciso levar em conta que o cenário em relação a este tema teve profundas mudanças nos últimos quinze anos, nos quais um conjunto de ações foi desenvolvido com o objetivo de enfrentar essa questão. Entre essas ações destacam-se a expansão de ofertas de vagas na rede pública, o sistema unificado de seleção, a implantação do programa Prouni, a expansão do crédito estudantil e o desenvolvimento de ações afirmativas, como reserva de cotas para estudantes negros e reserva de vagas para estudantes oriundos das escolas públicas (SVARTMAN; CROCHÍK; MASSOLA 2016, p. 161).

Mesmo assim, a crise de legitimidade, por vezes enfrentada pelas IES brasileiras perante a sociedade em função de determinada imagem que os governos passam a construir, como a que assistimos nos últimos tempos, dá margem para que organismos internacionais e neoliberais lancem documentos que questionem a eficácia dessas universidades e proponham soluções, baseadas no modelo gerencialista e econômico, o que fere a autonomia destas. Em troca, tais organismos oferecem vultuosos empréstimos financeiros para os mesmos governos implementarem políticas que sigam suas recomendações.

O caso mais recente e evidente de interferência desses organismos internacionais é o do relatório “Um Ajuste Justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, documento encomendado pelo governo brasileiro e elaborado pelo Banco Mundial em 2017. Vale mencionar que tal relatório foi publicado durante a gestão de Michel Temer (2016-2018) à frente da presidência da república, período marcado por uma forte política de contingenciamento de gastos, inclusive na área educacional, o que freou os investimentos na expansão das universidades públicas. A reportagem “Cortes já afetam estudos e pesquisas na UFJF”, publicada pelo Jornal Tribuna de Minas em setembro de 2017, exemplifica a redução dos investimentos no ensino superior público brasileiro. Segundo o texto, apesar de a UFJF conseguir fechar o ano de 2017 com as contas pagas, os gestores da instituição estavam preocupados com o corte de investimentos imposto pelo Governo Federal para conseguirem

fechar as contas nos dois anos seguintes e manter as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas até então (VALENTE, 2017).

Em meio a este cenário de crise econômica e de corte de investimentos públicos, o relatório do Banco Mundial propõe mudanças no ensino superior público brasileiro. O diagnóstico sugere a cobrança de mensalidades nas universidades públicas e justifica tal mudança devido ao fato de as instituições públicas de ensino serem menos eficientes se comparadas às faculdades privadas. Além disso, o texto do Banco Mundial destaca que as universidades públicas ainda são frequentadas por estudantes de classes mais elevadas, o que tem perpetuado a desigualdade no país.

Porém, o relatório ignora os avanços ocorridos nos últimos 15 anos em relação à ampliação e à democratização do acesso às universidades públicas. Neste período, foram desenvolvidas ações governamentais como o Reuni, que ampliou o número de vagas nas universidades públicas, o Sistema de Cotas, que reservou um percentual de vagas para negros, índios e estudantes de baixa renda provenientes de escola pública, e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), que teve por objetivo apoiar a permanência de estudantes de baixa renda nas IES públicas, ao oferecer assistência nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte e saúde, além de apoio pedagógico e psicológico aos discentes.

Santos (2004) teme que a perda de prestígio e legitimidade das universidades perante a sociedade torne cada vez mais árdua a tarefa das IES de resistir a tais documentos, tendo em vista que diagnósticos como este, do Banco Mundial, têm influenciado o desenho das políticas educacionais brasileiras.

Na tentativa de reverter este quadro de perda de prestígio e relevância das universidades, Santos (2004) destaca que é fundamental que a reforma universitária se dedique a recuperar a legitimidade das IES. “A luta pela legitimidade vai assim ser cada vez mais exigente e a reforma da universidade deve-se centrar nela” (SANTOS, 2004, p. 48). Para isso, as universidades precisam focar suas atenções em áreas acadêmicas que se relacionam diretamente com a população. Para Santos (2004), cinco áreas devem ser estimuladas:

- Continuidade e ampliação das políticas de democratização do acesso ao ensino superior;
- estímulo a atividades de pesquisa-ação, que envolva as comunidades e organizações populares, tornando as pesquisas mais próximas da realidade do país;
- estímulo à prática da ecologia dos saberes, a partir da promoção de eventos dialógicos, que permitam a troca de saberes entre a academia e a sociedade;

- aproximação da escola básica e pública, a partir de atividades de produção e disseminação dos saberes pedagógicos, de pesquisa educacional e de formação inicial e continuada de professores;
- promoção e intensificação das atividades de extensão.

Em relação às cinco áreas destacadas por Santos (2004) como fundamentais para as universidades tentarem reconquistar sua legitimidade, as três últimas estão intrinsecamente relacionadas ao conceito de extensão formulado pelo Forproex e adotado nesta pesquisa, que prevê o diálogo entre os saberes acadêmico e popular, a realização de atividades em prol da educação pública e a necessidade de potencialização das atividades de extensão nas universidades.

Na mesma perspectiva, Coelho (2014) aponta que a extensão passa a ser uma estratégia importante para superar a crise da legitimidade universitária, marcada pelo questionamento ao isolamento acadêmico:

A extensão passa a ser, portanto, uma estratégia de buscar ou justificar maiores investimentos e, ao mesmo tempo, promover uma legitimação do saber acadêmico na direção das demandas sociais, tornando-o mais aplicado e buscando sua validação em situações mais tangíveis (COELHO, 2014, p. 13).

Santos (2004, p. 53) também aponta que a extensão deve assumir uma nova centralidade nas universidades, o que permitirá com que as IES contribuam para a coesão social, o combate à exclusão social e a defesa da diversidade:

A área de extensão vai ter num futuro próximo um significado muito especial. No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.

Com base nesses pressupostos, assim como outros autores, como Carbonari (2007) e Sousa (2000), Santos (2004, p. 54) enfatiza que a extensão só conseguirá contribuir para a reconquista da legitimidade pelas universidades se ela estiver direcionada para atender às demandas sociais e não aos interesses do mercado:

Para que a extensão cumpra este papel é preciso evitar que ela seja orientada para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extra-orçamentários. Nesse caso, estaremos perante uma privatização discreta (ou não tão discreta) da universidade pública. Para evitar isso, as atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na Resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados.

Chauí (2003) também destaca a necessidade de as universidades irem além de seus muros para superarem os desafios que se impõem ao seu fortalecimento como instituição social. Para a filósofa, as atividades devem buscar atender a questões de relevância social.

Cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades do seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos (CHAUI, 2003, p. 14).

Diante do exposto, percebemos a existência de uma crise de legitimidade enfrentada pelas universidades perante a sociedade. E que para superá-la, a extensão universitária tornou-se uma das principais ferramentas. Também foi constatada a necessidade de tornar a extensão universitária uma prática natural do fazer acadêmico, isto é, sua comunidade acadêmica precisa encarar as ações de extensão como um processo necessário para a dinâmica entre instituição e comunidade, para que assim a IES possa cumprir sua função de transformação social. Com isso, a universidade afasta-se da visão utilitarista, isto é, da compreensão de que a IES deve ser apenas um espaço de formação de mão de obra para atender às demandas do mercado produtivo.

2.2 METODOLOGIA DE PESQUISA E A COLETA DE DADOS

Esta pesquisa tem por objetivo identificar e analisar quais os elementos dificultadores para o desenvolvimento de ações de extensão nas unidades acadêmicas da UFJF para que, assim, propostas interventivas pudessem ser elaboradas com o objetivo potencializar a extensão na instituição. A partir disso, foi apresentada uma contextualização da extensão

universitária no Brasil e na UFJF, bem como o panorama atual dessas atividades dentro da instituição. Além disso, foram visitados diferentes autores e conceitos sobre a extensão.

A abordagem adotada nesta dissertação foi a pesquisa qualitativa, mesmo que, em alguns momentos, este trabalho tenha apresentado dados quantitativos para evidenciar o problema. Para Godoy (1995),

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada (GODOY, 1995, p. 62).

Segundo André (2013), a investigação qualitativa vai além da quantitativa, ao considerar aspectos como hábitos, opiniões, valores e crenças e ao partir da perspectiva de que o conhecimento é fruto de um processo construído pelos sujeitos em suas interações. Ou seja, leva em consideração as particularidades e as experiências individuais e permite compreender o comportamento de determinados atores. Na pesquisa qualitativa,

os significados que atribui às suas experiências cotidianas, sua linguagem, suas produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores. Se a visão de realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Em relação à pesquisa, adotou-se o estudo exploratório que, segundo Bastos (2009), tem como finalidade ampliar o quantitativo de dados e as informações sobre determinado tema investigado, auxiliando na delimitação da questão-problema. Neste sentido, nesta pesquisa, antes de ir a campo, foram levantadas informações prévias sobre o histórico da extensão universitária no país, suas diferentes práticas difundidas e sua realidade no âmbito das unidades acadêmicas da UFJF, tema central deste estudo.

Neste sentido, Ludke e André (2013) destacam que o levantamento inicial das informações pode ter diferentes origens, como a bibliografia da área, a observação cotidiana, os depoimentos de especialistas, os documentos, as legislações pertinentes e os dados levantados. A pesquisa exploratória “se coloca como fundamental para uma definição mais precisa do objeto de estudo” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 25).

A presente pesquisa também se configura como um estudo de caso. A escolha de tal metodologia se deu devido ao fato deste trabalho buscar investigar em profundidade um

evento atual, delimitado a uma determinada área de uma instituição na qual o pesquisador atua. Segundo Yin (2001, p. 32), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Ou seja, o método de estudo de caso deve ser utilizado quando o pesquisador precisa lidar com situações contextuais, confiando que estas podem ser bastante pertinentes para o estudo da questão-problema da pesquisa. Nesta linha, Ludke e André (2013, p. 20), apontam que, no estudo de caso,

o caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem interesse próprio, singular. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso.

Ainda sobre essa metodologia, Godoy (1995) destaca que o estudo de caso tem conquistado espaço nos estudos da área de educação, pois é uma das principais ferramentas para identificar “por quê” e “como” determinadas situações ocorrem e, sobretudo, “quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real” (GODOY, 1995, p. 25).

Neste sentido, esta pesquisa atende a algumas das principais características do estudo de caso, elencadas por Ludke e André (2013). Uma delas é a busca por descobertas. Mesmo partindo de alguns pressupostos teóricos iniciais, no estudo de caso, torna-se fundamental estar atento a novas situações que surjam durante o estudo. Além disso, destaca-se a necessidade de apresentar uma multiplicidade de dimensões presentes num determinado problema. Por exemplo, para estudar a questão da baixa adesão à extensão em determinadas unidades acadêmicas, torna-se necessário analisar o conceito de extensão, como se dá sua institucionalização na UFJF, qual é o incentivo das unidades e dos departamentos para sua realização e qual o impacto esperado na formação dos estudantes. Para tal, o estudo de caso deve recorrer a uma variedade de fontes de informação, por meio da coleta de dados.

A partir da observação cotidiana do pesquisador em seu ambiente de trabalho na Gerência de Ações de Extensão, de relatos feitos por docentes extensionistas em atendimentos realizados na Proex pelo servidor nos últimos anos e do referencial bibliográfico estudado, possíveis hipóteses puderam ser levantadas e estudadas para a questão principal desta pesquisa. Uma delas é o desconhecimento por docentes e técnicos do conceito de extensão universitária e dos trâmites para registro de programas e projetos na instituição. O fato de a

extensão apresentar menor financiamento, se comparada às atividades de pesquisa, foi outra hipótese. A menor valorização da extensão pela comunidade acadêmica em relação às outras áreas, tanto na rotina da prática docente, como nos critérios para progressão profissional, também foi levantada

Com a definição da metodologia a ser aplicada e do levantamento de possíveis hipóteses para a questão-problema, tornou-se necessário delimitar em quais unidades acadêmicas da UFJF seriam coletados os dados referentes à extensão, tendo em vista que a Universidade possui 22 unidades, em seus dois *campi*. Como esta pesquisa tem por objetivo identificar elementos dificultadores para o desenvolvimento de ações de extensão na UFJF, optou-se por escolher duas unidades que apresentam situação inversa em relação à adesão à prática extensionista. Assim, foram escolhidas para a pesquisa de campo a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Engenharia.

A escolha pela primeira se deu pelo motivo de ser a unidade acadêmica com maior quantitativo de programas e projetos de extensão na UFJF. Eram ao todo 55 ações de extensão para dois cursos de graduação oferecidos e 1.040 graduandos matriculados. Seu corpo técnico era formado por 174 docentes e 38 técnico-administrativos (Tabela 6, p. 58). Assim, ao escolher tal unidade, foi possível, por meio da coleta de dados, identificar fatores que levaram tal unidade a ter uma ampla adesão à extensão.

Em contrapartida, a escolha da Faculdade de Engenharia se justificou por ser uma das unidades com menor número de programas e projetos de extensão na UFJF. Eram ao todo 7 ações extensionistas para 9 cursos de graduação e 2.551 alunos matriculados. Seu corpo técnico era formado por 141 professores e 57 TAE, um dos maiores quadros da Universidade (Tabela 6, p. 58). Apesar de haver outras unidades com menor quantitativo de programas e projetos de extensão, como as faculdades de Economia e de Fisioterapia, a baixa adesão da Faculdade de Engenharia era mais significativa, devido ao grande quantitativo de cursos e alunos matriculados na unidade. Ao coletar dados na Engenharia, buscou-se levantar os elementos dificultadores encontrados pelos professores daquela unidade para a submissão e o desenvolvimento de programas e projetos de extensão.

A partir da definição das unidades acadêmicas analisadas na pesquisa de campo, também se tornou necessário delimitar quais seriam os atores a serem abordados neste estudo. Primeiramente, consideramos que, na UFJF, a submissão de propostas de extensão pode ser efetuada por docentes e por técnico-administrativos, e que, no caso das propostas destes últimos, estas devem ter obrigatoriamente um vice coordenador docente, que será o responsável pela orientação dos discentes extensionistas durante as atividades do projeto. Em

segundo lugar, conforme destaca Moita e Andrade (2009), consideramos que a extensão universitária, assim como a pesquisa, devem ser consequências naturais do exercício da docência. Por tudo isto, optou-se por realizar a pesquisa de campo especificamente com os professores das faculdades de Medicina e de Engenharia, sendo eles extensionistas ou não. Foram abordados servidores docentes com qualquer tipo de vínculo com a UFJF, seja ele efetivo, temporário ou convidado, o que representava, em abril de 2019, um universo de 315 docentes, sendo 174 provenientes da Faculdade de Medicina e outros 141, lotados na Faculdade de Engenharia

Além deste recorte, também foi necessário coletar dados sobre a gestão da extensão na Universidade, para que fosse possível identificar as principais medidas que foram tomadas nos últimos anos para potencializar a extensão na UFJF, bem como identificar as principais dificuldades para a gestão da área na instituição. Desta forma, a fase de coleta de dados também contemplou a Pró-reitora de extensão da instituição.

Com os atores da coleta de dados escolhidos e justificados, foram elaborados os instrumentos de pesquisa adotados neste estudo. O primeiro foi um questionário semiestruturado (Apêndice A), aplicado aos docentes, extensionistas ou não, das Faculdades de Medicina e de Engenharia. Devido ao grande número de docentes nas duas unidades (315), optou-se por desenvolver um questionário eletrônico, que foi enviado a todos os professores destas duas unidades por *e-mail*.

No entanto, para que a pesquisa fosse além dos dados quantitativos gerados pelo questionário, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois docentes extensionistas da Faculdade de Medicina (Apêndice B), com outros dois docentes extensionistas da Faculdade de Engenharia (Apêndice C) e com a Pró-reitora de extensão (Apêndice D). Segundo Ludke e André (2013), uma das principais vantagens da entrevista é que ela permite identificar elementos que possam passar despercebidos em outros instrumentos de pesquisa.

Na entrevista, a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. Especialmente nas entrevistas não totalmente estruturadas, onde não há imposição de uma ordem rígida de questões, o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 39).

Além disso, Ludke e André (2013) destacam que a entrevista também pode ser utilizada para aprofundar pontos levantados em outros instrumentos, como o questionário, que

foi aplicado neste estudo. Vale destacar que André (2013) aponta que, apesar de a entrevista ser um dos instrumentos mais proveitosos numa pesquisa qualitativa, torna-se necessário elaborar um roteiro detalhado, para que possam ser captados os julgamentos pessoais do entrevistado:

o pesquisador deve elaborar um roteiro baseado nas questões ou pontos críticos, que podem ser mostradas ao respondente, acompanhadas do esclarecimento de que não se busca resposta do tipo sim e não, mas posicionamentos pessoais, julgamentos, explicações (ANDRÉ, 2013, p. 100).

Tanto o roteiro do questionário, quanto os roteiros das entrevistas foram elaborados a partir de dois principais eixos de análise:

- compreensão sobre o conceito de extensão;
- elementos facilitadores e dificultadores para o desenvolvimento de ações de extensão na unidade acadêmica;

O questionário foi aplicado aos docentes das faculdades de Engenharia e Medicina, por *e-mail*, no período entre os meses de fevereiro e abril de 2019. Conforme exposto na Tabela 9, a seguir, ao todo, 88 professores responderam o instrumento, o que representa 27,9% do quadro total de docentes das duas unidades.

Tabela 9 – Envios do questionário eletrônico

Envio	Data	Respostas
1º envio	11/02/2019	20
2º envio	25/02/2019	8
3º envio	11/03/2019	13
4º envio	25/03/2019	6
5º envio	31/03/2019	17
6º envio	08/04/2019	24
Total nos seis envios:		88

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Os dois primeiros envios se deram no período de férias acadêmicas da UFJF em 2019. Assim sendo, optou-se por reforçar o envio ao longo do mês de março e do início de abril, quando as aulas na instituição retornaram. Nas duas últimas tentativas, além do envio por *e-mail*, o pesquisador, com o objetivo de ampliar o número de respostas, reforçou a importância do preenchimento do instrumento, por telefone ou presencialmente, junto aos professores extensionistas. Tal estratégia ampliou o quantitativo de respostas, tendo em vista que as duas últimas tentativas alcançaram 41 respostas, 46,6% do total obtido durante todo o processo.

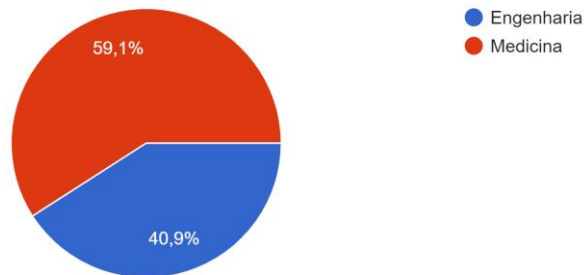
Ao aplicar o questionário eletrônico, foram detectadas algumas dificuldades no processo, relatadas por *e-mail* por professores que optaram em não preenchê-lo, tais como resistência por parte de um docente em informar dados sobre a extensão universitária por meio eletrônico, a existência de alguns professores da Faculdade de Medicina que estavam afastados para pós-graduação ou cedidos para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e que estavam contabilizados na listagem de professores ativos da instituição e até mesmo um caso em que o docente, por não ter opinião formada sobre a extensão universitária, optou por não respondê-lo, para evitar falsas conclusões para esta pesquisa.

Dentre os que responderam o questionário, a maioria das respostas foi proveniente da Faculdade Medicina, conforme expresso no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Respostas por unidade acadêmica

2) Unidade Acadêmica:

88 respostas



Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

A maior quantidade de respostas provenientes da Faculdade de Medicina era esperada, tendo em vista o maior quantitativo de docentes em seu quadro e o maior número de ações de extensão naquela unidade, em comparação à Faculdade de Engenharia. No entanto, vale destacar que, em ambas as unidades, o percentual de respostas ultrapassou a marca de 25%, conforme expresso na Tabela 10.

Tabela 10 – Percentual de respostas em cada unidade

Unidade	Respostas	Quadro de docentes	Percentual
Engenharia	36	141	25,5%
Medicina	52	174	29,9%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

No que se refere às entrevistas, elas foram realizadas presencialmente com cinco docentes da instituição entre os dias 18 de fevereiro e 03 de abril e tiveram duração entre 30 minutos e 69 minutos. Todos os encontros foram gravados com a devida autorização prévia do participante para que, assim, toda a conversa fosse transcrita, permitindo uma análise mais detalhada do material.

Os cinco entrevistados assinaram o termo de consentimento livre esclarecido (Anexo 1), que garantiu a eles o tratamento de sua identidade com padrões de sigilo. Desta forma, tanto no Quadro 1, a seguir, como também na análise dos dados, não foram revelados seus nomes. Ao longo da análise, os entrevistados foram citados conforme nomenclatura contida na primeira coluna do Quadro 1:

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

Entrevistado	Setor de atuação	Data	Duração
Docente Engenharia 1	Departamento de Transporte e Geotecnia/Engenharia	18/02/2019	39 minutos
Docente Engenharia 2	Departamento de Sanitária e Ambiental/Engenharia	19/02/2019	62 minutos
Docente Medicina 1	Departamento de Saúde Coletiva/Medicina	13/03/2019	48 minutos
Docente Medicina 2	Departamento de Clínica Médica/Medicina	03/04/2019	30 minutos
Pró-Reitora de Extensão	Proex	19/03/2019	69 minutos

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Todos os professores consultados aceitaram conceder a entrevista, de acordo com sua disponibilidade de horário e seu local de atuação. Assim sendo, não foi necessário realizar a troca de nenhum sujeito previsto nesta pesquisa. Optou-se também por entrevistar, em cada unidade, professores de variados departamentos, para assim fornecer diferentes visões sobre a prática extensionista dentro de uma mesma unidade acadêmica.

A partir das cinco entrevistas realizadas, foi possível identificar que os docentes ouvidos apresentaram uma característica semelhante: todos optaram por realizar atividades de extensão pouco tempo depois de ingressarem como professor na instituição. É o caso da docente do departamento de Clínica Médica, que integra a equipe de ações de extensão desde que entrou na instituição em 2013.

Enquanto aluna de graduação, tive experiência com a extensão e esse legado foi deixado por uma pessoa forte, uma professora recém-aposentada que foi quem idealizou o projeto de extensão que atualmente coordeno na

área de Diabetes Mellitus, que é um projeto que já tem 11 para 12 anos de existência (DOCENTE MEDICINA 2).

No entanto, nem todos tiveram a mesma oportunidade. O professor do departamento de Transporte e Geotecnia relata que, em seu curso de graduação na UFJF, nunca recebeu orientações sobre oportunidades de participação em ações de extensão. O que o motivou a realizar atividades em prol da sociedade, enquanto professor, foi o receio de se tornar um docente extremamente teórico. Na instituição desde 2013, ele passou a coordenar projetos em 2016, quando se tornou professor de dedicação exclusiva.

Meu medo era ficar uma pessoa extremamente teórica e se distanciar da prática. E é na extensão, e aí vem um interesse particular meu, a forma que nós temos de estar no ensino, mas sem sair da necessidade técnica [...] Para mim, enquanto professor, a extensão é uma forma de eu me manter dentro da realidade prática e conseguir levar para dentro da sala de aula (DOCENTE ENGENHARIA 1).

Já no questionário eletrônico, enviado aos docentes das Faculdades de Medicina e de Engenharia, é possível detectar que 38 professores (43,2%) responderam que não estão envolvidos com a extensão atualmente, conforme contido na Tabela 11.

Tabela 11 – Relação do docente com a extensão atualmente

Situação do docente na Extensão	Quantitativo	Percentual
Coordenam e integram atualmente	24	27,3%
Apenas coordenam atualmente	14	15,9%
Apenas integram	12	13,6%
Não coordenam e nem integram atualmente	38	43,2%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Das respostas obtidas, 24 (27,3%) professores coordenam e integram equipes de ações de extensão concomitantemente, 14 (15,9%) apenas coordenam e outros 12 (13,6%) apenas integram, o que totaliza um universo de 50 (56,8%) docentes extensionistas. O número obtido no questionário é superior ao percentual médio de professores de toda a universidade envolvidos com a extensão. Conforme Tabela 3 (p. 54), 31,1% dos docentes da UFJF coordenam ou participam de programas ou projetos. O elevado percentual de participação de professores extensionistas das faculdades de Medicina e de Engenharia, encontrado no questionário, demonstra que um número maior de docentes, sem envolvimento com a extensão, teve a tendência de não responder ao instrumento. Ao fazer a leitura e análise dos

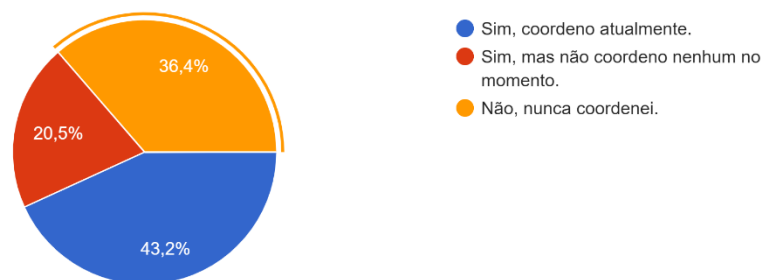
dados é importante ter em mente uma possível tendência da amostra no que diz respeito à relação com a extensão.

No que se refere especificamente à coordenação de programas e projetos de extensão, detectamos que 32 professores, ou seja 36,4%, nunca coordenaram programas ou projetos de extensão na UFJF, conforme contido no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Coordenação de programas/projetos

5) Coordena ou já coordenou programa ou projeto de extensão na UFJF?

88 respostas



Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Destes, 16 professores são da Engenharia, o que representa 44,4% das respostas daquela unidade e 16 da Medicina, 30,8%, conforme expresso na Tabela 12.

Tabela 12 – Coordenação de programas/projetos por unidade

Unidade	Coordenam?		Já Coordenaram?		Nunca coordenaram?	
	Número	Percentual	Número	Percentual	Número	Percentual
Medicina	25	48,1%	11	21,1%	16	30,8%
Engenharia	13	36,1%	7	19,4%	16	44,4%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Sobre este ponto, a Pró-reitora de extensão da UFJF procura relativizar o fato de muitos professores ainda não desenvolverem a extensão universitária. Para ela, há muitos docentes que, mesmo estando apenas no ensino ou na pesquisa, buscam incorporar a realidade a suas atividades. Além disso, a precarização do trabalho docente é outro fator que precisa ser levado em conta.

Não podemos criticar os docentes atribuindo apenas a ele a sua decisão de não participar de projetos de extensão. Nós temos nos últimos anos em nosso país, a precarização do trabalho docente. Em muitos departamentos, os docentes acumulam diferentes atividades, eles têm um acúmulo de atividades, que a extensão universitária torna-se mais um acúmulo [...]

Como gestora, eu tenho que criar condições para que ele tenha condições de realizar (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

Outro ponto observado foi a percepção acerca da importância da extensão para o exercício da prática docente. Os professores entrevistados convergiram suas respostas, apontando que a extensão universitária permite ao professor vivenciar uma experiência diferente daquela encontrada em sala de aula e adquirir novos conhecimentos. Para o professor do departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, a extensão proporciona ao profissional da docência um novo aprendizado, a partir do contato com a sociedade:

O que vejo é um ganho de experiência muito grande dentro da universidade. Porque abre as portas. Na pesquisa, você fica um pouco limitado a um projeto. Na extensão, você precisa sair do seu quadrado. Precisa estar envolvido com outras pessoas, gerando aprendizado e aprimorando seu conhecimento a partir das experiências obtidas junto da comunidade participante (DOCENTE ENGENHARIA 2, 2019).

Outro impacto das atividades de extensão na prática profissional foi observado pelo professor do Departamento de Transportes e Geotecnia. Segundo ele,

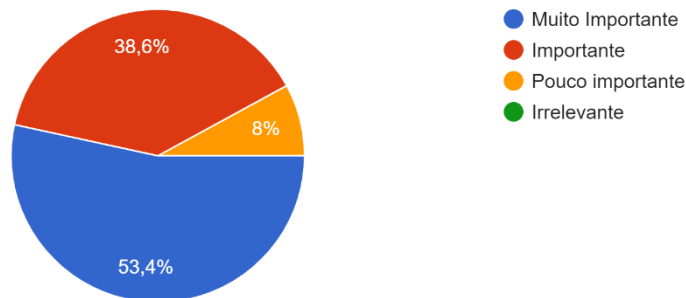
a extensão é indispensável para forçar o professor se atualizar profissionalmente. Várias vezes, por causa dos projetos, tive que estudar novos assuntos, novas normas, que até então, eu apenas no exercício da docência, não ia precisar. Isso força a minha aula ser melhor, me força a atualizar. Então, a extensão para o professor é tornar o profissional o mais atualizado possível e próximo da realidade (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

A importância da extensão para o exercício e desenvolvimento da prática docente também foi detectada no questionário aplicado. Dos 88 docentes que responderam a pesquisa, 81 apontaram a extensão como muito importante (53,4%) ou importante (38,6%) para o seu exercício profissional, conforme contido no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Importância da extensão para a prática docente

15) Como você avalia a importância da prática extensionista para o desenvolvimento de sua prática profissional como docente?

88 respostas



Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

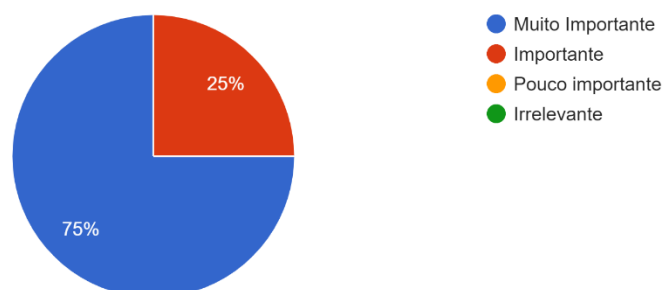
Apenas 8%, isto é, sete profissionais afirmaram que a extensão é uma atividade pouco importante para o exercício docente. Destes, cinco são professores da Medicina e dois da Engenharia. Os resultados obtidos nas entrevistas e nos questionários corroboram com o pensamento de Moita e Andrade (2009), que destacam que, ao realizar a extensão, o docente mantém-se atualizado nos conteúdos e, principalmente, conectado às transformações sociais mais recentes, tornando-os mais crítico e comprometido.

Em relação ao impacto da prática extensionista na formação dos graduandos, no questionário aplicado, todos os docentes responderam que a prática extensionista contribui para a formação dos acadêmicos. Conforme expresso no Gráfico 4, 75% dos ouvidos responderam que a extensão é muito importante para os discentes e os outros 25% apontaram-na como importante.

Gráfico 4 – Importância da extensão para a formação dos acadêmicos

16) Como você avalia a importância da prática extensionista para a formação e a atuação dos estudantes de graduação?

88 respostas



Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Assim como no questionário, em todas as entrevistas realizadas, os professores apontaram a prática extensionista como importante para o processo do desenvolvimento profissional dos acadêmicos. Em relação a estas respostas positivas, cabe problematizar que, devido ao fato de a extensão universitária ser uma função acadêmica prevista constitucionalmente e desempenhar o papel de retorno à sociedade daquilo que é investido nas universidades, seria difícil obter respostas negativas sobre a importância desta para a formação dos acadêmicos no questionário, e, ainda mais, nas entrevistas, estas últimas realizadas com docentes extensionistas.

Para o professor do departamento de Transportes e Geotecnia, a extensão é a oportunidade de o acadêmico vivenciar uma experiência do exercício profissional durante a formação e ser confrontado com a realidade do país.

Em nossas atividades, cada caso é um caso, o que força o aluno a refletir melhor o próprio processo de formação dele e essas informações que ele tem recebido ao longo das disciplinas [...] Quisera eu durante o meu processo de formação ter um professor do meu lado em uma situação fora da universidade diante de uma realidade e trabalhando a multidisciplinaridade. Isso para o aluno é fantástico (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

Segundo a Pró-reitora de extensão da UFJF, a extensão universitária permite ao estudante centrar sua formação na questão social e discutir soluções para cada problema a ser enfrentado.

O contato com a miséria, com a violência, com a falta de direitos, com a falta de educação, com a falta de transporte, com a falta de moradia... O estudante tem o contato com uma realidade muito dura e, a partir do contato com essa realidade, com as expressões da questão social, ele vai questionar o conhecimento que ele recebe em sala de aula. Isso em todos os campos [...] Ele vai articular o conhecimento para oferecer respostas. Ele é um aluno diferenciado (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

As opiniões apresentadas convergem com o discutido por autores como Martins et al. (2015) e Santos, Rocha e Passaglio (2016), que observam que a extensão amplia o universo de referência, fortalece as noções de participação social e de mobilização comunitária dos estudantes e proporcionam uma visão ampliada de sua atuação e o trabalho em equipe.

Os dados obtidos na pesquisa de campo revelam que a extensão universitária foi apontada como função importante para o desenvolvimento da carreira docente e de relevante

impacto na formação dos estudantes. Diante da percepção de tal importância e da constatação de que menos de um terço da comunidade docente da UFJF participa de programas ou projetos de extensão, conforme expresso na Tabela 3 (p. 54), torna-se necessário analisar quais fatores podem estar dificultando a execução de ações extensionistas por professores da instituição. Estes elementos são apresentados e detalhados na próxima seção deste trabalho.

2.3 ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA EXTENSIONISTA NA UFJF

Nesta seção, são apresentados e analisados os dados e respostas obtidos a partir da aplicação do questionário e das entrevistas realizadas, a partir dos dois eixos de análise, que nortearam a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Tal análise tem por objetivo responder à questão central deste estudo de caso, acerca dos entraves que têm dificultado o desenvolvimento de ações de extensão na UFJF.

O primeiro eixo tem por objetivo identificar como a comunidade docente da instituição compreende a extensão universitária e analisar se há conflito entre as interpretações apontadas e a definição adotada pela Proex. Já o segundo eixo busca analisar os elementos facilitadores e dificultadores, apontados pelos docentes nos instrumentos de pesquisa, para o desenvolvimento de ações de extensão no âmbito das unidades acadêmicas e da UFJF.

2.3.1 Compreensão sobre o conceito de extensão universitária

Em relação ao conceito de extensão universitária, foi possível identificar diferentes visões sobre a extensão e suas finalidades a partir das entrevistas realizadas e do questionário aplicado. Também houve casos em que ficou nítida a dificuldade de alguns sujeitos em conceituá-la.

A prática extensionista, interpretada como sendo uma via de mão dupla, no qual o conhecimento gerado na universidade é levado à sociedade e nela é transformado num novo conhecimento, a partir do contato com a comunidade e do conhecimento popular, apareceu com bastante frequência tanto nas entrevistas, quanto nas respostas do questionário.

Na visão da professora do departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina, a extensão é uma construção conjunta de um conhecimento entre academia e sociedade.

Aponto a extensão como sendo um processo que permite possibilidade de aprendizado na prática para docentes e discentes, troca de experiências com

a comunidade, onde vamos aprender também, e por fim, possibilitar a apresentação de um conhecimento acadêmico para uma população que não tem acesso formal a ele, contribuindo para que a comunidade construa seu próprio conhecimento (DOCENTE MEDICINA 1, 2019).

Opinião similar tem a professora do departamento de Clínica Médica, que desenvolve suas ações de extensão no Hospital Universitário da UFJF. Para ela, o conceito de extensão está ligado ao processo de troca de experiências da universidade com os sujeitos sociais.

Compreendo que seja essa interface entre a academia: o professor, o aluno, o processo de ensino, com o atendimento à comunidade, em geral, a comunidade local, a comunidade da redondeza. Essa troca tanto de experiências, como de informações e conhecimentos entre a universidade, no caso, e a comunidade (DOCENTE MEDICINA 2, 2019).

Tal percepção de que a extensão deve partir do princípio do diálogo com a sociedade, possibilitando a construção de um novo saber fruto desta interação, também foi bastante mencionada no questionário, na questão aberta que solicitava aos participantes apresentarem sua interpretação sobre extensão. Ao menos 13 docentes (14,8%) responderam nesta direção. No Quadro 2, destacamos algumas dessas respostas.

Quadro 2 – Extensão a partir da troca de saberes (questão aberta)

Respostas abertas
É uma ação/oportunidade de estar com os acadêmicos junto à comunidade, disponibilizando, ao público externo (assim como aos acadêmicos) uma prática de conhecimento que é adquirido com o ensino desenvolvido pela universidade. Tal ação nos traz a chance de se formar um novo conhecimento, associado ao trabalho e articulado de forma a atender possibilidades percebidas ou investigadas na comunidade, podendo ser, inclusive, objeto de transformação social.
A extensão é uma ação transformadora do ensino e da pesquisa e que tem o docente um importante papel de envolver a comunidade acadêmica com a sociedade para que possam vivenciar a relação dialógica dos saberes em prol de uma formação profissional consolidada dos envolvidos sendo apoiados por uma iniciativa institucional.
Creio que se trate de uma atividade acadêmica voltada, prioritariamente, para a comunidade externa à Universidade, e que também se reverta em benefícios para a comunidade interna. Na minha opinião, para se caracterizar como extensão, deve haver uma "troca".
Trata-se de atividade voltada ao estabelecimento de troca de conhecimentos entre a Universidade e a comunidade gerando crescimento e conhecimento em ambos e facilitando o desenvolvimento de propostas para avanços nos conhecimentos acadêmicos e melhorias na comunidade compartilhadas.
É uma oportunidade de concretizar e inserir a universidade na comunidade, favorecendo a troca de saberes, enriquecendo as oportunidades de aprendizado para ambos os lados.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Vale destacar que, no questionário, após ser solicitado ao docente que apresentasse sua visão sobre o conceito de extensão, foi pedido que eles analisassem cinco interpretações

diferentes sobre a extensão, sendo duas delas baseadas no diálogo e na troca de informações com a sociedade. Nestas duas questões, a grande maioria dos professores ouvidos apontou que concorda totalmente ou parcialmente com esta visão. Vale ressaltar que dentre as cinco afirmativas apresentadas no questionário, estas duas obtiveram o maior percentual de respostas “Concordo Totalmente”. Um total de 84,1% concordou que a extensão, a partir da troca de saberes, proporciona a criação de um novo conhecimento. Enquanto isso, 79,6% afirmou concordar totalmente de que a extensão é uma atividade que requer diálogo. Tais dados estão descritos na Tabela 13.

Tabela 13 – Extensão a partir da troca de saberes (questão fechada)

Afirmativa	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Extensão é um processo que requer diálogo permanente da Universidade com a sociedade.	79,6%	15,9%	3,4%	1,1%
A extensão, estabelecida a partir da troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade, proporciona a criação de um novo conhecimento, resultante da relação entre os saberes acadêmico e popular	84,1%	12,5%	2,3%	1,1%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Para a Pró-reitora de extensão da UFJF e atual presidente do Forproex, a extensão universitária

não é benemerência, não é assistencialismo, não é assistência! É parte constitutiva do fazer docente, da formação dos estudantes e é o lócus prioritário de relação da universidade com a sociedade. A extensão é uma intervenção dialogada com a sociedade na busca da construção de atividades profissionais que a universidade tem [...] Parte do ponto de vista que eu estou trocando saberes com aqueles sujeitos para os quais as ações de extensão são direcionadas (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

Essa visão de extensão apresentada é classificada por Jezine (2006) como extensão acadêmica/dialógica. Tal conceituação, baseada no princípio do diálogo, que oportuniza a transformação social, é proposta atualmente pela Política Nacional de Extensão, do Forproex (2012), e pelas universidades públicas brasileiras signatárias do Fórum, dentre elas, a UFJF. Nesse sentido, autores como Freire (1983), Sousa (2000) e Santos Júnior (2013) também defendem que a academia não pode acreditar que é proprietária de um saber hegemônico,

tendo em vista que o saber surge a partir de interpretações de mundo diferentes, obtidas a partir da troca de conhecimentos.

Além do diálogo com a sociedade, a importância de que as atividades de extensão sejam direcionadas prioritariamente às comunidades e contribuam para que a universidade cumpra sua função social também apareceu nas entrevistas e no questionário aplicado. Para o professor do departamento de Transportes e Geotecnia entrevistado, apesar de esta não ser uma visão muito difundida na Faculdade de Engenharia, ele aponta a extensão como uma oportunidade para que as comunidades, sobretudo aquelas desprovidas de melhores condições financeiras, possam ter acesso às atividades desenvolvidas pelas Engenharias e pela Arquitetura.

Não sei se na Engenharia, carregamos um senso de que sem dinheiro não se faz Engenharia, acredito que no fundo existe esse sentimento coletivo. Particularmente eu queria quebrar esse paradigma de que é possível promover um atendimento de qualidade, principalmente de acessibilidade à engenharia, que até então não teria condição de fazer. Acho que é neste ponto que entra o papel da universidade até para suprir a lei 11.888, de Engenharia Pública, de dezembro de 2008, que assegura o acesso gratuito (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

A importância de dar retorno à sociedade do recurso financeiro que é investido nas universidades públicas é destacado por 15 (17,0%) docentes que responderam ao questionário, conforme expresso no Quadro 3.

Quadro 3 – Extensão como cumprimento de papel social

Respostas abertas
Um dos pilares de sustentação da Universidade pública e uma forma de gerar conhecimento e devolver à sociedade parte do investimento feito por ela na instituição.
Uma maneira de retornar à sociedade o investimento feito no setor público de ensino. Além disso, constitui uma forma muito eficiente de complementar a formação dos futuros profissionais de forma a serem mais conscientes das responsabilidades para com a sociedade.
Extensão universitária ocorre quando a Universidade cumpre seu papel social, atendendo as demandas da sociedade através de ações específicas na Resolução de problemas diários.
Atividades que permitam a solução de problemas reais da sociedade.
A extensão é uma função social importante no desenvolvimento e fomento de políticas públicas e sociais e melhoria da qualidade de vida da população.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Tal interpretação dialoga com a posição de autores como Sousa (2000), Chaui (2003) e Santos (2004), que destacam que é função das IES estarem em contato contínuo e permanente com os problemas reais da sociedade e buscarem respostas para os principais anseios sociais.

Para eles, as atividades de extensão são o principal, mas não o único meio, para que essa relação entre academia e comunidade seja intensificada. Além disso, tal aproximação contribui para que as universidades reconquistem maior legitimidade perante a sociedade, principalmente, num momento em que tais instituições de ensino têm tido sua importância e seu investimento cada vez mais questionado por alguns setores da sociedade.

Porém, cabe destacar que há interpretações dissonantes sobre a conceituação de extensão no âmbito da UFJF em relação àquela adotada pelo Forproex (2012) e pela própria instituição. Para o professor do departamento de Transporte e Geotecnia, apesar de concordar que as atividades extensionistas podem ser gratuitas e oferecidas à sociedade civil, seja ela organizada ou não, a extensão também pode atender, por meio de consultorias e prestações de serviços com cobrança, às grandes corporações que demandem tais serviços.

Em relação à prestação de serviço ofertada às empresas, acredito que tem que ter o equilíbrio. Não adianta querer fazer uma extensão com atendimento exclusivamente gratuito e a Universidade não tem um foco para atender as empresas, por quê? Querendo ou não, você tem determinadas situações que não se caracterizam com uma pesquisa aplicada, mas você tem determinadas situações em que a iniciativa privada quer ter o aporte da universidade, tem o interesse em fazer determinados investimentos e, com isso, conseguimos manter o foco social aos atendimentos gratuitos, mas ter também um contato com essa coisa do dia a dia com a iniciativa privada. Acho que as universidades públicas se distanciaram muito disso. Você tem exageros, onde se tem o foco exclusivamente na prestação de serviço e nos benefícios diretos que isso traz. Mas também há casos em que há um foco muito grande na questão social e a prestação de serviço fica marginalizada (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

A percepção de extensão com a finalidade de atender ao mercado produtivo também apareceu na questão aberta do questionário sobre o conceito de extensão. No entanto, em menor escala. Apenas três (3,4%) docentes, conforme Quadro 4, a seguir, destacaram a prestação de serviço e a iniciativa privada como possível beneficiária de ações extensionistas.

Quadro 4 – Extensão como prestação de serviço (questão aberta)

Respostas abertas
Projetos que visam à prestação de serviço.
É um processo de abertura universitária onde docentes, discentes, comunidades, órgãos públicos e iniciativa privada podem se relacionar em busca de um benefício em comum [...] Órgãos públicos e iniciativa privada podem interagir com problemas da sociedade, agregando valor à ação destes, visto a participação com as universidades.
Vejo a extensão como uma oportunidade de colocar os conhecimentos e competências adquiridas na academia a serviço da sociedade em geral, do segmento privado ou público.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Cabe destacar que a oferta de serviços para atender ao mercado e aos interesses do Estado foi uma prática bastante difundida pelas universidades americanas, a partir de meados do século XX. Para Kerr (1982), tal movimento foi resultado de um processo que ele conceitua como “multiversidade”, no qual as instituições de ensino deveriam estar atentas ao contexto político, econômico e social, de forma integrada ao comércio, à indústria e à sociedade. Nessa direção, as instituições americanas voltaram-se para oferecer serviços que estimulassem o desenvolvimento industrial e agrícola do país, bem como pesquisas relacionadas à indústria bélica, temáticas com expressivo financiamento das agências e dos órgãos federais.

Vale ressaltar que, no Brasil, sobretudo no período da Ditadura Militar, conforme apontam Sousa (2000) e Carbonari (2007) houve iniciativas extensionistas nessa direção, com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento nacional e as políticas governamentais. No entanto, com a promulgação da Constituição de 1988 e o estabelecimento dos direitos sociais e da autonomia conferida às IES, o caminho seguido pela extensão universitária brasileira afastou-se, de forma vertiginosa, de tal concepção. Conforme o Forproex (2012), com a realidade social do país, marcado por expressiva desigualdade social, o debate acerca da extensão priorizou atividades dialógicas, que tivessem por objetivo impactar as comunidades, contribuindo para a transformação social dos sujeitos.

Ainda no que se refere à oferta de serviços pela IES, podemos perceber, por meio da questão fechada apresentada no questionário, que essa prestação de serviço e de consultorias às empresas privadas como possível conceituação de extensão não tem muita repercussão: somente cerca de 30% dos docentes ouvidos concordaram totalmente ou parcialmente com a afirmativa, e mais de 70% discordaram, conforme Tabela 14:

Tabela 14 – Extensão como prestação de serviço (questão fechada)

Afirmativa	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Extensão é prestação de serviço e de consultorias a empresas privadas.	2,3%	26,1%	36,4%	35,2%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

No entanto, foi possível detectar pelas respostas do questionário que a prestação de serviço ofertada ao mercado corporativo possui maior adesão na Faculdade de Engenharia em comparação à Medicina.

Tabela 15 – Extensão como prestação de serviço nas unidades

Afirmativa: Extensão é prestação de serviço e de consultorias a empresas privadas.	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Engenharia	5,6%	47,2%	22,2%	25%
Medicina	0%	11,5%	46,2%	42,3%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Enquanto, na Faculdade de Engenharia, 52,8% dos docentes ouvidos concordam totalmente ou parcialmente com a afirmativa, na Faculdade de Medicina, 88,5% afirmaram discordar parcialmente ou totalmente da caracterização dessa prática como possível conceituação de extensão universitária.

Segundo Jezine (2006), essas atividades voltadas para ao mercado produtivo, por meio da prestação de serviço e de consultorias, podem ser classificadas como extensão mercantilista, modelo que ganhou espaço no Ensino Superior durante o período da Ditadura Militar. Para ela e autores como Sousa (2000) e Santos (2004), a prática de “venda de serviços” ao mercado deve ser evitada pelas IES, pois representa uma iniciativa de privatização das atividades do ensino superior. Para eles, a extensão deve ser construída de forma alternativa ao capitalismo, contribuindo para a coesão social e para a luta contra a exclusão social. Chauí (2003) ainda adverte que tal proposta de captação de recursos junto ao mercado pode levar as universidades a produzirem conhecimento mais direcionado à apropriação privada, afastando-se de sua função social.

A crítica feita por Santos (2004), Jezine (2006) e Chauí (2003) vai além da comercialização de atividades de extensão sob a forma de serviço ao mercado, com o objetivo de gerar receitas próprias, tornando-se cada vez mais dependente dos interesses privados. Para eles, as universidades têm enfrentado um processo global de mercadorização e elas precisam resistir a isso, mantendo-se como um espaço de globalização e capitalismo contra hegemônico, aproximando-se do que se espera historicamente de uma IES. Caso contrário, conforme observa Santos (2004), as universidades se transformarão numa espécie de empresa ou agência, que além de priorizar o atendimento das demandas empresariais e industriais, “se produz a si mesma como mercado, como mercado de gestão universitária, de planos de estudo, de certificação, de formação de docentes, de avaliação de docentes e estudantes” (SANTOS, 2004, p. 8).

Para o professor do departamento de Transporte e Geotecnia, a extensão e sua efetividade varia de acordo com as unidades acadêmicas e com a área de atuação do professor.

Eu acho que a extensão universitária vai tendo vários entendimentos de acordo com a unidade em que você está. Eu vejo que, a nível Brasil, a extensão universitária na área de Ciências Sociais Aplicadas é muito mais efetiva do que na própria Engenharia (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

No que se refere à efetividade de determinada área em realizar ações de extensão em comparação a outras, a docente do departamento de Saúde Coletiva acredita que a área de saúde e o próprio curso de Medicina tendem a ter maior facilidade em desenvolver atividades junto à sociedade pela própria característica da profissão:

Nossa grande ferramenta de trabalho são as pessoas. E você só vai conhecer as pessoas, lidando com elas. Então, acho que isso acaba fomentando, de certa forma, que o campo da saúde tente fazer essa aproximação [...] Acho que isso fomenta que a gente tente fazer mais extensão. Por que não dá pra fazer isso dentro de sala de aula (DOCENTE MEDICINA 1, 2019).

Já o professor do departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental vê dificuldades em seus colegas da Faculdade de Engenharia em desenvolver atividades de extensão, pelo fato de a área de Exatas estar tradicionalmente muito direcionada à ciência e às pesquisas, sem estimular um contato mais permanente com a sociedade.

Uma dificuldade em desenvolver extensão ocorre nas áreas de Exatas e em Engenharia. Os profissionais da área de Humanas e da Educação apresentam uma formação pedagógica, possuem uma formação mais adequada para trabalhar com os estudantes e também com a sociedade. Na Engenharia e nas Ciências Exatas, temos uma deficiência, porque nos tornamos professores sem ter um conhecimento pedagógico [...] A Faculdade de Engenharia, que é onde estou inserido, precisa parar um pouco e passar a refletir sobre o fato de estarem formando profissionais que precisarão lidar com pessoas, comunidades e diferentes ambientes (DOCENTE ENGENHARIA 2, 2019).

Quando analisamos os dados da UFJF, percebemos que algumas áreas, como a de Saúde e a de Educação, apresentam maior quantitativo de programas e projetos de extensão. Conforme dados da Tabela 5 (p. 58), essas duas áreas representam quase 70% das atividades desenvolvidas na UFJF. Porém, como observa a Pró-reitora de extensão, tal constatação precisa ser relativizada, tendo em vista que há outras áreas, dentro das Ciências Humanas e da Saúde, que desenvolvem baixo número de atividades extensionistas. A Faculdade de Fisioterapia, por exemplo, desenvolve apenas quatro ações, conforme dados apresentados na

Tabela 6 (p. 58). Outros exemplos, mencionados pela pró-reitora, são os dos departamentos de Filosofia e de Ciência da Religião:

Nos projetos nas áreas de Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, na área de Humanas de uma forma geral, onde a mediação com o sujeito é evidente, o trânsito fica mais fácil de fazer extensão. Mas isso não é de toda verdade. Por exemplo, na área de Filosofia, dentro do Instituto de Ciências Humanas, na área de Ciência da Religião, ali também o número de projetos de extensão também é pequeno. Penso que desvendar esse problema, só dialogando com esses segmentos (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

Diante dos dados, não podemos atribuir exclusivamente à área de atuação do docente o motivo de maior ou menor adesão à extensão universitária em determinados departamentos ou unidades acadêmicas da UFJF. Para que as dificuldades enfrentadas por cada setor da instituição possam ser identificadas, torna-se necessário o estabelecimento de maior diálogo entre a Proex e as faculdades e os institutos. Desta forma, é importante que a extensão universitária seja trabalhada e debatida com os docentes das diferentes áreas. Para que a prática extensionista venha a ser mais efetiva na instituição, é fundamental de que a extensão seja compreendida e defendida como uma função acadêmica fundamental para uma IES por toda a universidade e não apenas por docentes que se identificam com tais atividades. Assim, ela não ficará limitada apenas às áreas temáticas, às unidades ou aos docentes que se voluntariam nessa frente.

Outra vertente de conceituação sobre a extensão universitária que apareceu de forma evidente nos instrumentos de pesquisa realizados foi a compreensão da extensão como mero instrumento de transmissão de conhecimento e de aplicação destes junto à sociedade. Para a professora do departamento de Clínica Médica, esta visão ainda é bastante presente na Faculdade de Medicina e no Hospital Universitário, onde a docente desenvolve suas atividades extensionistas. Segundo ela, é comum ouvir comentários depreciativos de seus pares de que extensão é mera assistência.

Ainda falam coisas do tipo: ‘Vocês ficam carregando o piano’, e apontam que estamos atendendo paciente como se tivéssemos fazendo só assistência. Não tem nem aquela concepção dessa interface, de atendimento multiprofissional, humanizado, de diálogo (DOCENTE MEDICINA 2, 2019).

A visão de extensão restrita à transmissora do conhecimento acadêmico à sociedade também apareceu de forma bastante expressiva nos questionários. Na questão aberta sobre o

conceito de extensão, ao menos 20 (22,7%) docentes responderam nesta direção. No Quadro 5, apresentamos algumas dessas respostas:

Quadro 5 – Extensão como mera transmissora de conhecimentos

Respostas abertas
Uma forma de facilitar o acesso da comunidade à produção que ocorre dentro da universidade.
Ação de uma Universidade junto à comunidade ao seu redor, disponibilizando o conhecimento.
É uma oportunidade ímpar de transferência de conhecimento e/ou atendimento da comunidade interna e/ou, principalmente, externa à UFJF.
Oportunidade de treinamento profissional e prestação de serviços de qualidade e excelência à comunidade.
É levar o conhecimento científico para a comunidade.
Aplicar conhecimentos universitários para a comunidade acadêmica e de minha cidade.
Uma oportunidade de levar conhecimento e assistência à população.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Ao analisarmos o Quadro 5, podemos perceber nas respostas abertas dos professores, a presença de verbos como “facilitar”, “disponibilizar”, “transferir”, “treinar” e “aplicar”. Todos eles apresentam característica unilateral, ou seja, a responsabilidade do conhecimento nessa relação é de apenas uma das partes em questão, neste caso, da comunidade acadêmica. Ou seja, enquanto um lado transfere o conhecimento, o outro tem a função de apenas recebê-lo. Para Freire (1983), este entendimento para a extensão é um processo equivocado, pois considera o saber acadêmico soberano em relação aos conhecimentos populares, enquanto tal relação de comunicação entre universidade e comunidade deve se dar no mesmo nível.

O conceito de extensão, interpretado como mecanismo de mera transferência de saber, de assistencialismo e de benemerência à sociedade, também se fez presente na questão fechada do questionário, conforme expresso na Tabela 16. Vale destacar que, no questionário, além das questões abertas, optou-se por apresentar aos docentes questões construídas a partir da Escala Likert, com a finalidade de que os respondentes pudessem especificar seu nível de concordância com cada afirmativa. Nesse sentido, foram estabelecidas pelo pesquisador diferentes afirmativas acerca do conceito de extensão, algumas delas com visões antagônicas, para que cada docente ouvido apresentasse sua opinião sobre elas. Desta forma, tornou-se possível analisar a interpretação sobre a extensão universitária dos respondentes, a partir de respostas que fugissem daquelas mais diplomáticas e usuais fornecidas para a conceituação da extensão.

Tabela 16 – Extensão como serviço assistencial

Afirmativa	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Extensão é prestação de serviço assistencial à sociedade.	17,1%	52,3%	20,4%	10,2%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Ao analisar os dados, podemos detectar que quase 70% dos professores ouvidos concordaram totalmente ou parcialmente de que a extensão pode ser caracterizada como prestação de assistência às comunidades ao seu redor. Percentuais parecidos também são observados ao analisamos esta mesma afirmativa, quando os docentes são separados por unidade acadêmica ou por seu atual vínculo com as ações de extensão na UFJF.

Tabela 17 – Extensão como serviço assistencial (por unidade e vínculo)

Afirmativa: Extensão é prestação de serviço assistencial à sociedade.	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Faculdade de Engenharia	8,3%	55,6%	19,4%	16,7%
Faculdade de Medicina	23,1%	50%	21,1%	5,8%
Coordeno programa ou projeto atualmente	13,2%	52,6%	26,3%	7,9%
Já coordenei programa ou projeto	11,1%	50%	16,7%	22,2%
Nunca coordenei programa ou projeto	25%	53,1%	15,6%	6,3%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Com os dados da Tabela 17, podemos perceber que tanto na Faculdade de Engenharia, quanto na Medicina, mais de 60% de seus docentes concordaram totalmente ou parcialmente com a afirmativa. Vale observar que na Faculdade de Medicina, unidade com o maior número de ações de extensão na UFJF, o percentual dos docentes que concordaram com a afirmativa foi ainda superior (73,1%). A concordância com a afirmativa, seja total ou parcial, também ultrapassou os 60% nos três tipos de vínculo do docente com as ações de extensão, o que demonstra que, tanto os docentes extensionistas, quanto os que nunca coordenaram ações, interpretam o serviço assistencial como uma possibilidade de conceituação de ação de extensão.

Para a professora do departamento de Saúde Coletiva, ações de extensão que não são construídas e desenvolvidas ouvindo a comunidade, em sua elaboração e execução, tendem a fracassar.

Nós temos uma ideia, quando começamos a desenvolver projeto de extensão de que iremos oferecer uma atividade para a comunidade. Também é! Mas mais do que isso. É uma contrapartida. É uma construção conjunta. Não dá para chegar na comunidade com uma ideia pronta [...] Ao longo dos

projetos, pelo menos nos três que já desenvolvi, eles foram mudando de acordo com a realidade que a comunidade apresentava [...] Essa história de que vou fazer um projeto e levar para a comunidade, acreditando que ele já está pronto, não funciona (DOCENTE MEDICINA 1, 2019).

Segundo Jezine (2006), ações que visem apenas à transmissão de conhecimento à sociedade podem ser classificadas como extensão assistencialista, pois partem do princípio de que as comunidades estão aptas apenas para receber informações e não levam em conta os saberes populares preexistentes. Já para Freire (1983), atividades com essa perspectiva tende a apresentar resultado aquém do esperado, devido a uma visão simplória e ingênua da realidade.

Com os dados do questionário sobre a conceituação de extensão, podemos detectar que a grande maioria dos docentes ouvidos concorda que a extensão pode ser caracterizada como uma atividade que requer diálogo (95,5%), e que se baseia na troca de conhecimento, o que proporciona a construção de um novo saber (96,6%). Porém, ao mesmo tempo, a maioria (79,4%) apontou que a extensão pode ser caracterizada como oferta de serviço assistencial à sociedade, cujo princípio está baseado na aplicação do conhecimento acadêmico nas comunidades. 28,4% também afirmaram que a mera venda de serviços e de consultorias a empresas também pode ser conceituada como extensão.

Diante destes dados, podemos constatar que tais interpretações são conflitantes. Partindo do princípio de que a extensão é baseada numa relação dialógica entre a universidade e a comunidade a partir de um mesmo nível de comunicação entre os sujeitos envolvidos – o que permite a construção de um novo conhecimento, por meio do contato entre os saberes acadêmico e popular – torna-se contraditório afirmar que o assistencialismo ou a prestação de serviço podem conceituar a extensão universitária. Estes dois últimos são caracterizados como a mera transmissão e aplicação do conhecimento acadêmico junto à comunidade ou às corporações, e não prevê o diálogo e nem a construção de um novo saber entre suas características. Resume-se à transferência de um saber, partindo do pressuposto de que o sujeito beneficiado não pode contribuir com seu conhecimento popular. Dessa forma, entendemos que a resposta positiva dada a essas três ou quatro afirmativas lançadas pode indicar a falta de aprofundamento e debate sobre o conceito de extensão na instituição, bem como de conhecimento do conceito e das normativas do tema adotados pela UFJF.

Por fim, além das conflitantes interpretações de extensão, também foi possível detectar nos instrumentos de pesquisa aplicados que há docentes que apresentam dificuldade em conceituá-la e, até mesmo, de identificá-la dentre as atividades previstas a serem desenvolvidas por uma IES. Na entrevista com um docente da Faculdade de Engenharia, após

repetidas tentativas de obter sua interpretação sobre o que é extensão universitária, foi perceptível sua dificuldade em conceituá-la, recorrendo sempre a sua experiência com a comunidade atendida por seu projeto, como observado no trecho abaixo.

Nós sabemos que na universidade temos que trabalhar com ensino, pesquisa e extensão. Mas o que é trabalhar com extensão? Percebo o efeito da extensão quando os professores conseguiram um rendimento melhor dos alunos, quando começaram a participar dos projetos. De repente, ir no Parque da Lajinha, conhecer Juiz de Fora, então isso melhora o rendimento no conteúdo de História. Ou quando estamos abordando a escassez de água. (DOCENTE ENGENHARIA 2, 2019).

Outro professor da Engenharia, entrevistado na pesquisa de campo, aponta que em sua unidade acadêmica há desconhecimento do que seja extensão, o que gera até marginalização acerca desta função acadêmica.

É preciso sentar na mesa com os professores e mostrar o que é extensão. É preciso a Proex fazer isso. Alguns não sabem o que é extensão. Muitos veem a extensão de maneira muito marginalizada. Já teve circunstâncias de ouvirmos professores dizerem coisas do tipo de que quem faz extensão não dá certo ou generalizando a extensão como mera prestação de serviço (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

Tal relato, bem como a contradição de interpretação sobre a conceituação de extensão universitária percebido nos instrumentos de pesquisa, indicam que o conceito e as diretrizes da extensão universitária ainda não estão consolidados no âmbito da UFJF. A não consolidação e difusão do conceito de extensão pela comunidade acadêmica da UFJF podem ser apontadas como um dificultadoras para o desenvolvimento e a ampliação de tais atividades. Assim, torna-se importante a oferta de capacitação, debate, formação e divulgação sobre a extensão a partir dos princípios estabelecidos pela política de extensão da UFJF, documento elaborado pela comunidade extensionista dos dois *campi* nas duas edições do Congresso de Extensão Universitária e aprovada pelo Conexc em dezembro de 2018.

Quando analisamos os dados fornecidos pelas respostas abertas no questionário, é possível identificar tal dificuldade em conceituá-la. Apesar da resposta à questão ser obrigatória, um docente optou por não respondê-la, colocando apenas um caractere no campo específico. Outro docente optou por não preencher o questionário e encaminhou *e-mail* ao pesquisador justificando a não participação na pesquisa por não saber definir o que é extensão. Além disso, 13 (14,8%) professores apresentaram conceitos abrangentes ou genéricos para defini-la. Algumas dessas respostas estão destacadas no Quadro 6.

Quadro 6 – Dificuldade na conceituação de extensão

Respostas abertas
Minha opinião neste momento é que qualquer atividade de ensino ou pesquisa que envolva uma parte da comunidade não acadêmica, desta e de outra universidade, constitui uma atividade de extensão.
É um programa desenvolvido na universidade com um foco específico nos estudantes e a comunidade que vive em nossa região.
Projeto de atividades práticas.
Expansão da atividade universitária para a comunidade fora da instituição.
O que ultrapassa os muros da UFJF.
Uma complexa relação entre universidade e sociedade, qualquer que seja ela.
Parte do tripé fundamental que rege a universidade.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Vale destacar que compreensões abrangentes para conceituar a prática extensionista a partir de atividades que não se encaixam nem em ensino, nem em pesquisa e acabem sendo abarcadas obrigatoriamente pela extensão, como apareceram no Quadro 6, é um caminho perigoso. Podemos citar atividades como viagens técnicas, incubação de empresas e registro de patentes, realização de shows, estabelecimento de parcerias, contratos e convênios não acadêmicos, manipulação e comercialização de medicamentos, atendimentos clínicos, oferta de serviços laboratoriais, entre outras ações que são realizadas por uma universidade. Caso todas estas ações fossem consideradas como extensão universitária, tal função acadêmica estaria enfraquecida, tendo em vista que ela poderia perder sua identidade, vinculada à intervenção dialogada junto à sociedade. Além disso, o investimento direcionado às atividades de extensão, que já é escasso, poderia se tornar ainda mais diluído.

Já na questão fechada, em que a extensão foi caracterizada de forma genérica e abrangente, como sendo toda atividade não caracterizada como ensino e pesquisa, apesar de a maioria dos docentes ouvidos ter discordado da afirmativa, uma parcela significativa de professores (21,6%) concordou parcialmente ou totalmente com esta definição, conforme contido na Tabela 18.

Tabela 18 – Extensão é tudo aquilo que não é ensino nem pesquisa

Afirmativa: Extensão é tudo aquilo que não é ensino nem pesquisa	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Medicina	1,9%	17,3%	25%	55,8%
Engenharia	0%	25%	22,2%	52,8%
Geral	1,1%	20,5%	23,9%	54,5%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Quando analisamos os dados nas duas unidades, detectamos índices similares. O desconhecimento de uma parcela do corpo docente e também da comunidade acadêmica de uma IES quanto ao conceito de extensão é apontado por autores como Hunger et al. (2014) e Martins et al. (2015) como um grande desafio para o desenvolvimento da prática extensionista no país. Para os autores, uma parcela de docentes e, principalmente, os discentes só passam a compreender o que é extensão e suas implicações quando são convidados a integrar uma ação de extensão ou a estudar tal função acadêmica.

Diante dos dados obtidos, é possível constatar que, no âmbito da UFJF, há conflitantes interpretações sobre extensão universitária pela comunidade docente. Duas delas apareceram de forma mais marcante: a extensão dialógica, mais próxima da atual concepção estabelecida pelo Forproex (2012) e pelo Conexc (UFJF, 2018a) da UFJF, bem como a extensão assistencialista, que se restringe à transmissão do conhecimento universitário à sociedade. Também foi perceptível constatar que, em menor escala, a extensão também foi conceituada como oferta de serviços e consultoria às empresas, sobretudo pelos professores da Faculdade de Engenharia. Além disso, alguns docentes demonstraram desconhecimento sobre o conceito.

Partindo do princípio de que a extensão não deve ser considerada assistencialismo e nem benemerência e que esta função acadêmica deve se pautar no diálogo para a construção de um novo conhecimento, fruto da troca de saberes, foi possível constatar que na UFJF ainda há uma forte presença da interpretação de extensão como atividade assistencialista. Tal percepção apareceu no questionário, principalmente na questão aberta, na qual os docentes tiveram maior liberdade de apontar sua compreensão sobre a extensão, ao não partir de afirmativas lançadas pelo pesquisador. O entendimento como mera transmissão e aplicação do conhecimento acadêmico foi a resposta mais citada, aparecendo ao menos 20 vezes.

A partir dessa multiplicidade de interpretações conflitantes acerca da conceituação de extensão, detectada nos instrumentos de pesquisa, é possível identificar que a compreensão de extensão ainda não está consolidada pela comunidade docente da instituição, o que requer planejamento e atuação da Pró-Reitoria de Extensão, na tentativa de reverter tal situação.

2.3.2 Dificultadores e facilitadores para o desenvolvimento de ações de extensão

Nesta segunda seção de análise, são apresentados os principais dificultadores e facilitadores para o desenvolvimento de programas e projetos de extensão na UFJF, identificados na pesquisa de campo realizada. Em relação aos dificultadores, um dos mais

destacados, tanto nas entrevistas quanto no questionário, foi o menor financiamento da extensão, em comparação à pesquisa. Para o professor do departamento de Transportes e Geotecnia, apesar de a Proex ter começado a realizar editais internos de financiamento para atividades de extensão, a ausência de investimento externo é um grande desafio para a comunidade extensionista:

quando você olha as chamadas públicas da FAPEMIG, FAPERJ, FAPESP, do CNPq, a pesquisa, apesar de ter críticas que o orçamento é pequeno, mas quando você olha esse pequeno orçamento e compara com a da extensão, o da extensão é quase uma miséria, desculpe o termo, mas é quase uma esmola se comparado ao da pesquisa. Acho que é isso que precisa mudar, até para os professores se sentirem motivados a realizarem mais extensão (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

Nessa mesma direção, a professora do departamento de Clínica Médica destaca que a ausência de editais de fomento, por órgãos externos, acaba limitando o número de atividades extensionistas.

Também aponto como dificultador a pequena quantidade de editais de fora da UFJF de financiamento da extensão, comparados com os de pesquisa. Acredito que se tivesse mais incentivo nesse aspecto, com mais recursos financeiros, com certeza a gente teria um maior número de ações de extensão (DOCENTE MEDICINA 2, 2019).

O baixo financiamento das atividades de extensão por órgãos externos, em comparação aos de pesquisa, relatado pelos dois professores entrevistados, pode ser identificado quando analisamos os editais oferecidos pelas principais agências de fomento no ano de 2018. A Fapemig ofereceu cinco chamadas de projetos de pesquisa e de iniciação científica durante o ano, enquanto nenhum edital foi aberto para ações de extensão interventivas junto à sociedade (FAPEMIG, 2019). Vale ressaltar que o único edital direcionado a projetos de extensão, que era oferecido pela Fapemig, teve sua última edição realizada em 2014. Já no que se refere ao CNPq, durante o ano de 2018, nenhum edital para financiamento de programas e projetos de extensão foi oferecido pelo órgão. Em contrapartida, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFJF lançou três editais para execução de projetos de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, que tiveram aporte do CNPQ (UFJF, 2019g).

Além das agências de fomento, cabe mencionar que o principal edital externo de financiamento da extensão, o Proext, era proveniente do MEC. No entanto, tal iniciativa teve

sua última edição realizada em 2016. Desde então, o financiamento da extensão universitária ficou restrito às políticas internas das próprias IES. A menor disponibilidade de recursos por órgãos financiadores externos para as ações de extensão, em comparação às atividades de pesquisa, torna-se um dificultador para a realização de ações de extensão, pois, para realizar uma atividade interventiva junto à comunidade, é fundamental que haja subsídios para sua execução, tendo em vista a necessidade de deslocamentos, de serviços gráficos e de aquisição de materiais de consumo e de equipamentos.

Nesta direção, o professor do departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental destaca que não se faz extensão apenas com financiamento de bolsas para estudantes.

Ter um apoio financeiro é importante para desenvolver qualquer trabalho. Tanto na pesquisa, como na extensão, precisamos de um material e muitas vezes precisamos desembolsar do próprio bolso um valor para comprar algum material. Na pesquisa, há maior disponibilidade de recursos. Assim, há necessidade sem dúvida nenhuma de ter uma disponibilidade de recursos para desenvolvermos nossas atividades de extensão. O fato de não ter recurso financeiro direcionado à extensão, faz com que alguns professores optem por realizar projetos de pesquisa, por ter acesso mais fácil aos recursos, por meio de órgãos de fomento (DOCENTE ENGENHARIA 2, 2019).

No âmbito da UFJF, até o ano de 2016, o financiamento interno das ações de extensão dava-se exclusivamente por meio da alocação de bolsas para os estudantes de graduação selecionados para os programas e projetos. Não havia qualquer subsídio por parte da Proex para a aquisição de materiais de consumo e de equipamentos, realização de viagens e de solicitações de serviços gráficos. Apenas, a partir de 2017, é que editais de financiamento para outros itens, além de bolsa, passaram a ser disponibilizados. No edital de 2018, por exemplo, foram disponibilizados R\$ 75 mil para financiamento de itens de consumo e R\$ 250 mil para aquisição de equipamentos. No entanto, se compararmos ao recurso disponibilizado em bolsas, este valor ainda é pequeno. As 750 bolsas oferecidas pela Proex na ocasião, conforme Tabela 4 (p. 55), totalizavam, ao longo de 12 meses, no valor unitário de R\$ 400,00, o montante de R\$ 3.600.000,00. O financiamento de bolsas aos acadêmicos é fundamental, pois permite ao estudante ter a possibilidade de se dedicar à extensão, adquirir livros e ser estimulado para a intervenção junto à sociedade. Mas se torna necessário também consolidar uma política de financiamento de outros itens, pois para a execução direta das atividades, recursos materiais e de deslocamento da equipe também são necessários. Sem este financiamento, ações que poderiam estar sendo desenvolvidas, acabam tornando-se inviáveis, levando os docentes a optarem por ações de pesquisa, que possuem aporte financeiro.

O baixo investimento na extensão universitária ficou bastante evidenciado no questionário. Pelo menos, 24 docentes, isto é, 27,3% dos entrevistados, responderam na questão aberta sobre o tema que a falta de recursos financeiros para a execução de ações de extensão é um dificultador na UFJF. Quando este item foi apresentado em questão fechada no questionário, mais de 70% dos docentes apontaram que o financiamento da extensão é um dificultador para o desenvolvimento de atividades, conforme dados contidos na Tabela 19.

Tabela 19 – Dificultador: Financiamento da extensão (questão fechada)

Afirmativa	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
O financiamento das ações de extensão, se comparada ao ensino e à pesquisa, é um dificultador!	48,9%	32,9%	15,9%	2,3%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

A Pró-reitora de extensão também concorda que o financiamento da extensão é um grande problema, tendo em vista que o recurso do Ministério da Educação não é direcionado diretamente para a área, mas para as reitorias, que alocam os recursos nas atividades que julgarem prioritárias.

Penso que deveríamos ter um recurso carimbado para as ações de extensão universitária. Penso que o MEC deveria reativar algo que foi muito produtivo, que é uma linha de financiamento de recursos exclusiva para a extensão, que era o Proext, um programa que possibilitava ao professor ter acesso não somente a bolsas, mas a outros serviços. Então, a inexistência de financiamento externo para a extensão universitária, não somente via MEC, mas também pelas fundações de apoio, que fazem isso pela pesquisa, é um dificultador (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

Cabe considerar que, conforme a estrutura administrativa das IES e a autonomia de gestão financeira concedida às universidades pela Constituição Federal em seu artigo 207, a responsabilidade pela priorização dos recursos cabe à gestão de cada universidade. Nesse sentido, a cada reitoria que assume uma IES, determinadas áreas e funções acadêmicas podem ser privilegiadas ou preteridas, conforme os aspectos defendidos pela política de gestão da chapa vencedora em cada processo eleitoral. Esse elemento torna-se desafiador, tendo em vista que não há garantia de um valor mínimo de recursos financeiros para a extensão universitária.

A partir de tal constatação, torna-se fundamental que a extensão universitária esteja consolidada e fortalecida no âmbito de uma IES, para que, assim, a comunidade acadêmica

possa defender o orçamento direcionado à extensão nos órgãos colegiados, independentemente de troca de gestões. Com uma prática mais consolidada e incorporada pela comunidade acadêmica, torna-se mais complexo para uma gestão conseguir reduzir o investimento na extensão para favorecer outras áreas. No entanto, também seria importante que o Ministério da Educação direcionasse um recurso específico para a extensão universitária, seja pelo estabelecimento de uma política de financiamento para a área ou por meio de editais. Assim, haveria a garantia de um valor mínimo a ser investido na extensão, independentemente do orçamento interno da IES.

Dentro desse contexto, é possível ponderar que a defesa do necessário investimento para a prática extensionista pela comunidade acadêmica de uma IES, bem como a existência de recursos específicos do MEC para o financiamento da extensão são mecanismos que poderão fortalecer a extensão. Não apenas no sentido de garantir a manutenção ou ampliação do quantitativo de recursos financeiros, mas, principalmente, para a estabilidade, a continuidade e a solidez de tal investimento.

Outro dificultador que foi bastante destacado nos instrumentos de pesquisa realizados foi o fato de a extensão universitária ainda não ser valorizada, da mesma forma que o ensino, a pesquisa e as atividades administrativas, nos mecanismos de progressão da carreira docente. Para a professora do departamento de Saúde Coletiva, é preciso que a UFJF reconheça e pontue as ações de extensão no Plano Individual de Trabalho (PIT) e nas avaliações para progressão, da mesma forma que as atividades de ensino e pesquisa.

Isso foi uma questão que coloquei no meu departamento, no momento em que as unidades acadêmicas estavam elencando quais seriam os critérios para progressão funcional. Eu bati na tecla e uma outra colega também de que a atividade de extensão deveria ter o mesmo peso que as outras atividades, mas fomos votos vencidos. Você ir para a comunidade, você articular com os parceiros, o que não é uma coisa fácil, realizar reuniões de estudos com os alunos para o atendimento na comunidade, produzir artigos sobre a experiência extensionista, participar de eventos de extensão também devem ser valorizados (DOCENTE MEDICINA 1, 2019).

A mesma preocupação tem a professora do departamento de Clínica Médica. Segundo ela, o professor, que opta por seguir uma trajetória mais extensionista, acaba encontrando dificuldades para progredir e, ao final da carreira, tornar-se professor titular.

Esses dias estava conversando com outros dois professores meus, um inclusive já se aposentou, que se dedicaram à trajetória acadêmica de uma maneira muito significativa à extensão universitária. E eles falam dessa

questão, de que quando foram organizar todas as etapas da carreira profissional para tornar-se professor titular, eles tiveram muita dificuldade (DOCENTE MEDICINA 2, 2019).

A diferença na valorização das funções acadêmicas nos mecanismos de progressão fica evidente quando analisamos os critérios para progressão para professor titular nas diferentes unidades acadêmicas da UFJF. No Instituto de Ciências Exatas e na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (Facc), por exemplo, as atividades de ensino, pesquisa e extensão possuem pontuações máximas diferenciadas. No ICE, as ações de pesquisa são privilegiadas em relação ao ensino e à extensão. Conforme regulamentação do instituto, as atividades de pesquisa podem pontuar até 5 pontos, enquanto as de ensino, até 4, e as de extensão, até 3 pontos (UFJF, 2017). Já na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, é a função acadêmica do ensino que é valorizada. Enquanto as atividades de pesquisa, extensão e produção intelectual somadas podem totalizar o máximo de 150 pontos, as atividades de ensino, sozinhas, podem totalizar a mesma pontuação (UFJF, 2016b).

Em outras unidades, as três funções acadêmicas apresentam a mesma possibilidade de pontuação máxima. É o caso das faculdades de Medicina e de Engenharia. No entanto, ao compararmos com as de pesquisa, algumas ações similares de extensão não são computadas. Por exemplo, na Faculdade de Engenharia, a participação em congressos só é computada em eventos científicos, não sendo considerada a participação em eventos extensionistas. Também há diferença na pontuação de atividades similares. Enquanto a atuação como editor de revista científica é computada como 0,5 ponto, quando tal atividade é desenvolvida em revista extensionista, ela é considerada 0,2 ponto. Vale destacar também que, entre as atividades passíveis de pontuação como extensão, também são considerados projetos cadastrados no âmbito da Faculdade, sem anuência e conhecimento da Pró-Reitoria de Extensão, prática não prevista para os projetos de pesquisa (UFJF, 2014a). Este último elemento indica que projetos desenvolvidos por docentes daquela Faculdade, sem registro na Proex, podem estar sendo computados como ações extensionistas, mesmo não sendo realizados conforme as diretrizes da política de extensão da UFJF.

Na Faculdade de Medicina, também é percebida essa discrepância. Enquanto artigos e capítulos de conteúdo científico são computados como ações de pesquisa, a publicação de artigos e livros na área de extensão não é pontuada. A regulamentação da Faculdade de Medicina ainda aponta que são passíveis de pontuação para a pesquisa 35 tipos de atividades. Em contrapartida, na extensão, são apenas 11. Dentre essas, três estão relacionadas ao

recebimento de premiações em virtude de trabalho acadêmico desenvolvido, este estando ou não relacionado à extensão (UFJF, 2014b).

Ao analisarmos tais dados, é possível detectar que a extensão ainda não é valorizada no mesmo patamar do ensino e da pesquisa para a progressão da carreira docente na UFJF. Assim, torna-se necessário debater com a comunidade acadêmica das diferentes unidades da UFJF a importância e a conceituação de extensão como função acadêmica, para demonstrar a necessidade de revisão de tais mecanismos de progressão na instituição, para que, assim, a prática extensionista possa ser mais bem reconhecida.

A menor valorização da extensão, em comparação ao ensino e à pesquisa, foi outro elemento bastante destacado nas entrevistas. Para o professor do departamento de Engenharia Ambiental, tal quadro ainda faz com que alguns de seus pares vejam a extensão como uma atividade menor.

A extensão ainda não é valorizada da mesma forma. Aqui na minha faculdade, eu era até mal visto por estar realizando extensão. Quando eu entrei na universidade e coloquei um bilhete na porta da minha sala informando que eu estava na escola para atividade do meu projeto eu fui advertido: Professor, você não pode deixar bilhete que você está indo em escola. Que escola? Como é que é? Você fica dando palestra? Você fica trabalhando com comunidade e como fica aqui dentro? (DOCENTE ENGENHARIA 2, 2019).

Relato similar fez a professora do departamento de Clínica Médica, da Faculdade de Medicina.

Ouvi, inclusive nesta semana, uma professora falar comigo que para eu ser respeitada na universidade eu tinha que publicar e inventar. Então, quer dizer, você fazer extensão não te gerava respeito. Olha só. Isso ainda é um conceito (DOCENTE MEDICINA 2, 2019).

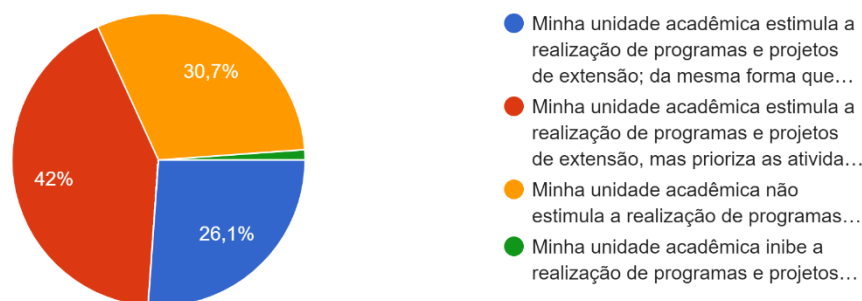
O não reconhecimento e, até mesmo, o questionamento das atividades de extensão de alguns docentes por seus pares indica um reflexo de que a conceituação e a importância da prática extensionista para a vida profissional e acadêmica ainda não está consolidada pela comunidade acadêmica da instituição. Tanto é que parte dos docentes ainda vê a extensão como uma atividade menor. Além disso, tal situação é reforçada pelos próprios mecanismos de progressão docente, que não pontuam as ações extensionistas da mesma forma que as atividades de ensino e pesquisa.

Essa desvalorização da extensão também foi percebida quando os professores foram questionados se suas unidades acadêmicas estimulam ou não a realização de ações de extensão, no mesmo patamar que as atividades de ensino e pesquisa. Conforme o Gráfico 5, 42% dos professores das faculdades de Medicina e Engenharia ouvidos afirmaram que suas unidades estimulam ações de extensão, no entanto, priorizam as de pesquisa e de ensino.

Gráfico 5 – Estímulo às ações de extensão

13) Marque abaixo a opção que melhor representa a sua opinião em relação ao estímulo ou não de sua uni...ara a realização de ações de extensão

88 respostas



Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Outros 30,7% destacam que o desenvolvimento de atividades de extensão não é estimulado em suas unidades. Apenas 26,1% afirmaram que suas faculdades estimulam a extensão da mesma forma que incentivam o desenvolvimento de projetos de ensino e pesquisa. Quando analisamos os mesmos dados separados por unidade, conforme Tabela 20, detectamos que o estímulo ao desenvolvimento de ações de extensão é mais baixo na Faculdade de Engenharia.

Tabela 20 – Estímulo às ações de extensão por unidade acadêmica

Afirmativa	Engenharia	Medicina
Minha unidade acadêmica estimula a realização de programas e projetos de extensão; da mesma forma que estimula as atividades de ensino e pesquisa	16,7%	32,7%
Minha unidade acadêmica estimula a realização de programas e projetos de extensão, mas prioriza as atividades de ensino e pesquisa;	44,4%	40,4%
Minha unidade acadêmica não estimula a realização de programas e projetos de extensão;	36,1%	26,9%
Minha unidade acadêmica inibe a realização de programas e projetos de extensão;	2,8%	-

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Apenas 16,7% dos docentes da Engenharia informaram que a prática extensionista é estimulada no mesmo patamar do ensino e da pesquisa. O percentual de professores que apontou que a extensão não é estimulada também foi superior, alcançando o índice de 36,1%.

Ao analisarmos tais dados, é possível identificar que o estímulo ao desenvolvimento de atividades de extensão ainda não está no mesmo patamar das demais atividades nas duas unidades pesquisadas. Isso evidencia que a extensão, seu conceito, importância e diretrizes ainda não foram apresentados, trabalhados e debatidos no âmbito das unidades acadêmicas, inclusive por seus gestores. Para Hunger et al. (2014) e Martins et al. (2015), a confusão sobre o conceito de extensão e sobre as possibilidades de atuação e, até mesmo, o desconhecimento por parte de alguns membros da comunidade acadêmica sobre tal função acadêmica, dificultam a criação de novos projetos e a consolidação de ações existentes. Para que tal quadro possa começar a ser revertido na UFJF, torna-se necessário trabalhar junto às unidades acadêmicas, seus departamentos e suas coordenações, a importância e a valorização da prática extensionista para o desenvolvimento acadêmico, bem como mecanismos para estimular a execução de programas e projetos.

Tanto a desvalorização da extensão nos mecanismos de progressão docente, quanto o não reconhecimento da extensão pela comunidade acadêmica, no mesmo patamar do ensino e da pesquisa, também apareceram com frequência na questão aberta do questionário aplicado. Ao menos, 18 (20,5%) docentes destacaram, espontaneamente, tais elementos como dificultadores. Algumas destas respostas estão destacadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Dificultador: Menor valorização da extensão (questão aberta)

Respostas abertas
A falta do reconhecimento e valorização do projeto, dos discentes e do docente de extensão em relação à pesquisa ainda é grande.
A não valorização no Plano Individual de Trabalho, da extensão em comparação com a pesquisa, não sendo valorizada para as progressões e promoções da carreira docente.
Acho que é a ênfase dada à pesquisa, em função de crescimento profissional, status de carreira e tendência de continuar as pesquisas da pós-graduação.
Falta de política da unidade em favorecer as atividades de extensão. Há um grande preconceito com os professores que tentam realizar atividades extensionistas.
O fato de que as atividades de pesquisa têm um peso maior quando se trata da pontuação em editais de agência de fomento.
A cultura da área, com menor valorização desta atividade em relação às demais atividades docentes.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Quando analisamos as respostas da questão fechada em relação aos dois temas, é possível detectar que a maioria aponta que o fato de a extensão ainda não ser reconhecida no

mesmo patamar do ensino e da pesquisa, inclusive para progressão da carreira docente, configura-se como um elemento dificultador, conforme dados da Tabela 21.

Tabela 21 – Dificultador: Menor valorização da extensão (questão fechada)

Afirmativa	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
A não valorização da extensão pela comunidade acadêmica, no mesmo patamar do ensino e a pesquisa, é um dificultador!	46,6%	37,5%	7,95%	7,95%
A valorização ou não da extensão universitária como critérios para minha progressão profissional é um dificultador!	25%	35,2%	18,2%	21,6%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Ao analisar os dados, podemos detectar que 84,1% dos professores apontaram que a não valorização da extensão, no mesmo patamar do ensino e da pesquisa, pela comunidade acadêmica, é um dificultador. Em relação à valorização ou não da extensão universitária para a progressão docente, 60,2% concordaram, totalmente ou parcialmente, que este é um entrave para a ampliação da prática extensionista na UFJF.

Sobre este último ponto, podemos ponderar que a contabilização da extensão para a progressão da carreira, em níveis similares ao ensino e à pesquisa, é um elemento importante para a potencialização da extensão, pois permitirá com que docentes, que atualmente não a desenvolvem como gostariam, possam praticá-la, sem a preocupação de que tais atividades não sejam computadas, o que os prejudicariam em suas carreiras. Além disso, poderá despertar maior interesse pela extensão naqueles docentes que optam por realizar apenas projetos de iniciação científica, pelo fato de estes serem melhor pontuados. Diante disso, torna-se necessário estimular as unidades acadêmicas a revisarem seus critérios de pontuação para progressão, reconhecendo a importância acadêmica da extensão.

Para o professor do Departamento de Transportes e Geotecnia, essa menor valorização da extensão pode estar ligada à hierarquização histórica que o MEC e as universidades dão ao ensino, à pesquisa e à extensão, no qual os dois primeiros pilares acabam sendo privilegiados tanto em organização administrativa, quanto em recursos financeiros.

Se você olhar a estrutura administrativa das universidades de uma maneira geral, você vai ver que grande parte dos profissionais que estão empregados nas pró-reitorias ou apresentam um cunho administrativo ou voltado à pesquisa [...]. Durante minha graduação na UFJF, não tinha conhecimento

de projetos de extensão. Na época, nós tínhamos duas pró-reitorias muito fortes. A própria Pró-Reitoria de Graduação, pela qual participei de vários projetos de treinamento profissional. E a Pró-Reitoria de Pesquisa, com os projetos de iniciação científica (DOCENTE ENGENHARIA 2, 2019).

Tal observação pode ser constatada quando analisamos as estruturas administrativas das pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão da UFJF. Segundo dados do módulo de Recursos Humanos do Siga da UFJF, enquanto a Proex possui nove servidores efetivos em seu quadro, a Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) apresenta 13 TAE. Já na Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), o número é ainda mais expressivo. São ao todo 31 técnicos lotados naquela pró-reitoria (UFJF, 2019h). Vale ressaltar que é natural a existência de diferenças no quantitativo de servidores alocados, tendo em vista que cada pró-reitoria tem suas especificidades, como, no caso da Prograd, que além das ações de ensino, também possui uma Coordenação de Estágio vinculada ao setor. No entanto, o número de servidores lotados na Prograd é mais de três vezes superior ao encontrado na Proex, o que demonstra a valorização da função acadêmica do ensino, em detrimento às demais atividades, no que se refere à alocação de recursos humanos. Tal situação reforça o apontado por autores como Dias (2009) e Moita e Andrade (2009), que observam a existência de uma hierarquização das atividades fins nas universidades públicas. Segundo eles, quando essa hierarquização apresenta desequilíbrio, uma determinada função acadêmica recebe maior atenção em relação a outras. Conforme observa os autores, na maioria dos casos, a extensão acaba estando em uma posição hierárquica inferior. É o que percebemos historicamente na UFJF, quando analisamos a valorização do ensino, da pesquisa e da extensão no que se refere ao investimento, aos critérios para progressão funcional e na alocação de recursos humanos.

Outro dificultador apontado foi o desconhecimento dos trâmites da Proex para a submissão de programas e projetos de extensão. No questionário aplicado, 69,3% dos professores concordaram totalmente ou parcialmente de que este elemento dificulta o desenvolvimento da extensão na instituição, conforme contido na Tabela 22.

Tabela 22 – Dificultador: Desconhecimento dos trâmites

Afirmativa	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
O desconhecimento dos trâmites para registro de programas e projetos na UFJF é um dificultador!	39,8%	29,5%	23,9%	6,8%

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Para a professora do departamento de Saúde Coletiva, o desconhecimento dos procedimentos necessários ainda é um problema que ocorre na UFJF, principalmente em relação aos professores mais novos. Segundo a docente,

levamos um tempo para conhecer os procedimentos. Esse é um problema na instituição e nas unidades. Acredito que deveria ter um trabalho acerca disso dentro da própria unidade. Os institutos e faculdades deveriam apresentar minimamente para o professor que está ingressando aquilo que ele pode desenvolver. Isso já melhorou nos últimos anos (DOCENTE MEDICINA 1, 2019).

Em relação aos trâmites adotados para a submissão e efetivação de ações de extensão na UFJF, vale mencionar que, de 2015 até os dias atuais, os procedimentos e formulários da Proex passaram por diversas reformulações. Se antes, as propostas eram renovadas automaticamente, a partir da apresentação de um relatório final, atualmente elas precisam ser submetidas a cada nova edição de edital específico, passando por nova avaliação de pareceristas. Apesar da mudança de procedimentos implementados pela Proex nos últimos anos, não houve, por parte da Pró-Reitoria, a implementação de uma iniciativa com o objetivo de apresentar os novos trâmites de registro para a comunidade acadêmica da UFJF, nem o desenvolvimento de uma ação específica para os docentes e TAE recém-ingressos na instituição. Atualmente, a única forma para esclarecimento de dúvidas sobre os trâmites e os editais se dá pelo contato dos interessados com a equipe de servidores da Gerência de Ações de Extensão. Neste cenário, torna-se importante que a Proex estabeleça alguma forma de capacitação da comunidade acadêmica para o conhecimento dos procedimentos, bem como a confecção de algum material de apoio, com os esclarecimentos das principais dúvidas.

Na questão aberta do questionário, além do desconhecimento dos trâmites, outro elemento dificultador, relacionado à submissão e aprovação de programas e projetos foi destacado. Desta vez, referente à burocracia do processo de registro de ação de extensão na Proex. Foram citados dificultadores nesse processo, como a necessidade de tramitação de processo físico, questionamento às avaliações das propostas e a burocracia para a tramitação de acordos de cooperação e convênios com instituições parceiras. Pelo menos 15 (17,0%) respostas espontâneas foram dadas nesta direção. Algumas delas estão destacadas no Quadro 8:

Quadro 8 – Dificultador: Burocracia para submissão de projetos

Respostas abertas
A burocracia. Muitos papéis para preencher e entregar. Poderia ser tudo eletrônico por Internet e menos papéis.
Burocracia para estabelecimento dos projetos (tramitação dos processos, avaliação jurídica, assinatura de convênios etc.)
Falta de agilidade no andamento de processos internos
Burocracia, exigência de assinaturas
Burocracia e avaliações com rigor, que oscila dependendo de quem avalia

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Sobre este aspecto, é importante destacar que, alguns procedimentos sofreram alterações nos últimos anos, o que aumentou a burocracia de alguns processos. No entanto, alguns destes trâmites foram criados para atender às exigências de órgãos jurídicos e de controle, tanto internos, quanto externos à UFJF. Por exemplo, a necessidade de realização de chamamento público para a seleção de parceiros externos, que se caracterizam como instituições privadas com fins lucrativos, foi uma recomendação da Procuradoria Federal. Outro ponto constante de reclamação dos coordenadores de ações de extensão em relação à burocracia, observada durante atuação do pesquisador na GAE/Proex, foi a cobrança de um relatório final, ao término do projeto, com maior detalhamento das ações, em comparação às versões anteriores. No entanto, o novo relatório foi criado justamente para atender às exigências da Auditoria Interna da UFJF, além de fornecer indicadores mais reais da extensão na instituição, conforme dados exigidos pelo MEC e pelo Forproex.

Apesar de alguns procedimentos estabelecidos não poderem ser alterados ou revogados pela Proex, por estarem cumprindo as exigências jurídicas ou legais, existem trâmites que podem ser aperfeiçoados e simplificados, tornando o processo mais célere. Podemos citar o formulário de cadastro de programas e projetos, que pode ser revisto e simplificado. Também é possível suprimir a necessidade de entrega de processo físico da ação de extensão, bem como aperfeiçoar os processos de avaliação das propostas. Assim, torna-se importante que os atuais procedimentos para efetivação de ações de extensão sejam reavaliados e possibilidades de melhoria dos trâmites possam ser identificadas e implementadas.

A dificuldade para alcançar a interdisciplinaridade, devido à falta de divulgação das ações de extensão desenvolvidas por outros professores, também foi outro fator destacado. Apesar desta falta de divulgação ter aparecido, espontaneamente, em apenas duas respostas da questão aberta do questionário, ela ficou bastante evidenciada em duas das quatro entrevistas realizadas com os coordenadores ouvidos. Optou-se por abordar tal dificultador nesta análise,

tendo em vista que ficou evidenciado nas entrevistas de que uma divulgação ainda aquém da esperada dos trabalhos extensionistas desenvolvidos na UFJF e a existência de poucos espaços de troca de saberes entre a comunidade extensionista na UFJF atrapalham diretamente o cumprimento da diretriz da interdisciplinaridade.

Para o professor do departamento de Transportes e Geotecnia, da Faculdade de Engenharia, ainda é difícil conhecer o trabalho dos demais docentes extensionistas da instituição, para que assim parcerias entre professores de diferentes áreas possam ser estabelecidas. Esse entrave foi encontrado pelo professor que só conseguiu dar encaminhamento a vários casos demandados pela sociedade, após descobrir um projeto na Faculdade de Direito, que trabalhava com uma temática que se relacionava com a do seu projeto.

Quando eu assumi o projeto de extensão, nós tínhamos uns 200 casos pendentes. Desses 200, posso afirmar que, pelo menos, uns 170 ou 180 dos casos careciam de uma assessoria jurídica para verificar determinadas questões de Direito. Enquanto a gente não descobriu isso e começou a ter uma parceria efetiva com o Núcleo de Práticas Jurídicas aqui, a coisa não começou a evoluir (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

Na mesma direção, o professor do departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental destaca que tal aproximação entre a comunidade extensionista é fundamental para se alcançar a interdisciplinaridade.

Eu de repente desenvolvo um trabalho similar a que um professor da Medicina ou da Odontologia desenvolve. Teríamos que pensar numa forma de integrar esses projetos. Seria importante estreitar relações e promover a interdisciplinaridade. Isso é uma dificuldade, é nato do ser humano. As pessoas acabam vivendo no seu quadrado, até mesmo pela questão da falta de tempo. Essa é uma dificuldade que a extensão ainda precisará vencer (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

A interdisciplinaridade, apontada no relato acima do professor, é uma diretriz necessária para o desenvolvimento de ações de extensão. Pois, conforme destacam autores como Martins et al. (2015) e Santos, Rocha e Passaglio (2016), é por meio do contato entre profissionais de diferentes áreas acadêmicas, que a atividade pode se tornar mais efetiva e alcançar melhores resultados. Além disso, a interdisciplinaridade proporciona uma visão mais ampliada de todo o processo, permitindo uma maior identificação de fatores que podem estar ocasionando algum problema. Partindo deste princípio, torna-se essencial que as ações de extensão desenvolvidas na UFJF possam ser mais bem divulgadas, para que a comunidade

extensionista tenha conhecimento das ações desenvolvidas por seus pares, possibilitando o estabelecimento de parcerias entre profissionais de diferentes áreas. Além disso, é importante divulgar as atividades de extensão para que a própria sociedade tenha conhecimento e possa integrá-las.

Vale ressaltar que, atualmente, a divulgação dos programas e projetos executados na UFJF é realizada pela Diretoria de Imagem Institucional da UFJF, setor responsável pela comunicação da instituição. Esta divulgação se dá por meio da elaboração de reportagens publicadas no *site* da UFJF, de vídeos institucionais publicados nas redes sociais da instituição e de envio de releases para a imprensa. No entanto, as matérias são elaboradas quando demandadas pela gestão da Proex ou pelos próprios coordenadores das ações, não havendo um planejamento ou regularidade definida para tal divulgação. Assim, é importante que a Proex, em parceria com a Diretoria de Imagem, estabeleça rotinas e critérios para a divulgação destas ações. Além disso, também seria válido estabelecer momentos que oportunizem a troca de experiências entre os extensionistas da instituição.

Por fim, um dificultador apareceu especificamente na Faculdade de Medicina, tanto nas entrevistas, quanto no questionário. Nas duas entrevistas realizadas com docentes daquela unidade, foi apontado que a engessada grade curricular do curso de Medicina ocupa uma grande parte dos horários dos estudantes, o que prejudica a realização de atividades extracurriculares. Para a professora do departamento de Clínica Médica,

os alunos têm essa dificuldade de compatibilizar a carga horária do curso de graduação, das disciplinas, com a das outras atividades, com a das atividades de extensão. Realmente existe um número de horas muito grande para as atividades teóricas, o curso ainda é muito teórico, em detrimento às atividades práticas. Isso realmente é uma dificuldade (DOCENTE MEDICINA 2, 2019).

A opinião é compartilhada pela docente do departamento de Saúde Coletiva, que destaca que, por algumas vezes, os discentes precisam faltar algumas aulas para poder realizar alguma ação de extensão fora do campus.

um grande dificultador é essa maldita grade curricular, que é uma grade mesmo, fica todo mundo enjaulado, o aluno que tem o interesse legítimo para fazer as atividades extracurriculares, ele fica muito engessado porque a Medicina tem uma grade horária muito grande. Para ele participar das atividades de extensão, muitas vezes, ele precisa matar aula. Ele precisa ficar faltoso em alguma atividade formal obrigatória (DOCENTE MEDICINA 1, 2019).

Tal percepção também foi detectada no questionário. Ao menos 11 professores, todos da Faculdade de Medicina, o que representa 21,2% daquela unidade, destacaram, espontaneamente, na questão aberta sobre dificultadores, que a grade curricular do curso atrapalha a realização de projetos e programas de extensão. Algumas destas respostas estão disponíveis no Quadro 9:

Quadro 9 – Dificultador: Grade curricular da Medicina

Respostas abertas
Grade horária da graduação, que ocupa tempo considerável dos alunos, fazendo que por vezes (e não raro) seja preciso proceder com reuniões e estudos noturnos.
Dificuldade de ajuste do horário formal do curso com as atividades extras.
Tempo escasso para alunos de Medicina no período de estágio.
A disponibilidade dos alunos de medicina é muito pequena devido ao projeto pedagógico que foi iniciado em 2002, com as DCN MEC que visavam ampliar a inserção dos discentes nos serviços de saúde.
A carga horária pesada da graduação dos estudantes de Medicina que dificulta o trabalho na comunidade.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Em relação à grade curricular engessada, a inserção da extensão nos currículos de graduação, prevista no PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) e regulamentada pelo CES/CNE em dezembro de 2018, será um novo elemento que poderá solucionar tal dificultador. Isso porque, ao estabelecer que 10% da grade curricular dos cursos de graduação seja preenchida com a participação em programas e projetos de extensão, os acadêmicos passariam a ter a obrigatoriedade em desenvolver a prática extensionista, sem precisar realizar tais atividades em horários não previstos na grade.

Sobre este ponto, vale observar que a inclusão da extensão nos currículos e nos projetos pedagógicos dos cursos até 2021 foi um elemento facilitador apontado por quatro dos cinco professores extensionistas entrevistados. No entanto, tal elemento não foi citado por nenhum docente na resposta aberta do questionário. Tal ausência pode ser creditada ao fato de o tema ainda não ter sido discutido no âmbito das unidades da UFJF, tendo em vista que, apesar de o PNE 2014-2024 orientar a inclusão da extensão nos currículos desde 2014, apenas em dezembro de 2018 tal disposto tornou-se obrigatório, a partir da Resolução aprovada pelo CNE. Assim, até o momento, a discussão ficou mais restrita às gestões da Proex e da Prograd, que estão debatendo uma minuta inicial de resolução, a ser apresentada e debatida posteriormente pela comunidade acadêmica.

Para a professora do Departamento de Saúde Coletiva, a inserção da extensão no currículo tende a favorecer e estimular o desenvolvimento de programas e projetos. No

entanto, é fundamental que a caracterização da atividade de extensão esteja bem clara e difundida, para evitar que atividades não extensionistas acabem sendo consideradas como tal:

Temos que ficar muito atentos para possíveis manobras que possam haver no sentido de camuflar esses 10% de obrigatoriedade com a extensão universitária, levando outro tipo de atividade acabar sendo contabilizada como sendo, mesmo não atendendo aos princípios da extensão universitária. Mas é um grande avanço, pois obriga de alguma maneira que as unidades acadêmicas repensem, elas vão ter que pelo menos parar para pensar sobre a extensão minimamente. A extensão deverá estar prevista no plano pedagógico. Os departamentos precisarão discutir isso. Foi um avanço sem dúvida colocar em pauta que a extensão é uma prioridade dentro da formação (DOCENTE MEDICINA 1, 2019).

O professor do departamento de Transportes e Geotecnia também acredita que a inserção da extensão nos currículos de graduação será um facilitador para o desenvolvimento desta prática pela comunidade acadêmica. Para o docente, tal regulação já está fazendo com que os professores estejam mais aptos a debaterem a extensão universitária.

Agora se for para apontar um facilitador para a extensão é a inserção da extensão nos currículos de graduação. Porque atualmente está tendo uma demanda induzida, ainda não muito aceita, mas como tem uma força legal, eu vejo os professores mais aptos e até mesmo a instituição mais propícia a promover a extensão. Mas é uma pena que essa lei só tenha vindo agora. Isso tinha que ter vindo há uns 15, 20 anos (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

Para a Pró-reitora de extensão da UFJF e presidente do Forproex, a incorporação da extensão aos currículos é o principal desafio para os gestores da extensão nos próximos anos e será uma tarefa árdua.

Primeiro, é um processo de convencimento em alguns campos, principalmente nos campos em que não se tem uma prática histórica de extensão universitária. Segundo, é a criação de um mecanismo institucional para propor e aprovar uma resolução. Qual é a dificuldade? Formar comissões, fazer fóruns de debates para elaborar uma resolução. Esse é um desafio imediato a ser realizado até 2021 (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

A partir da definição de inclusão da extensão como elemento obrigatório da grade curricular dos estudantes, torna-se necessário estabelecer um diálogo com as unidades acadêmicas, departamentos e coordenações de curso para que sejam identificadas as particularidades de cada graduação, para que estas possam ser consideradas no momento de

elaboração de Resolução específica para o tema. Assim, tem-se por objetivo evitar que o novo regramento atenda a alguns cursos e se torne inviáveis para outros. Além disso, é fundamental que o conceito, as diretrizes e as possibilidades de atuação na extensão universitária sejam dialogadas e definidas de forma clara. Desta forma, tem-se por objetivo evitar que atividades que não se enquadram nos princípios da extensão, sejam incluídas apenas para contabilizar carga horária.

Já na questão aberta do questionário, o elemento mais destacado como facilitador para o desenvolvimento de atividades de extensão foi o próprio interesse dos acadêmicos. Esta resposta apareceu ao menos 13 vezes (14,8%) e algumas delas estão destacadas no Quadro 10:

Quadro 10 – Facilitador: Interesse dos estudantes

Respostas abertas
O interesse dos alunos em participar de tais atividades.
Excelente recurso humano, na figura do aluno, que, de modo geral, é sempre atuante e determinado.
Penso que o maior facilitador seja o interesse dos alunos, que me procuram espontaneamente para ajuda-los a desenvolver uma proposta de extensão.
O maior incentivo é o grande interesse dos alunos nas atividades de extensão.
Os discentes engajados e motivados (para a efetivação do projeto e sua realização).

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

A professora do departamento de Saúde Coletiva destaca que, na Faculdade de Medicina, o interesse dos alunos pela extensão também é incentivado pelo fato de os editais de seleção dos principais programas de residência médica pontuarem de forma relevante a carga horária dos acadêmicos em atividades de extensão.

Acredito que a exigência da participação dos acadêmicos em programas e projetos de extensão pelos processos seletivos de residência médica no país, em parte, é um facilitador. O professor precisa [...] fazer com que eles entendam que a extensão não serve apenas para o estudante conseguir alguma pontuação para a residência. Mas eu vejo que os alunos têm o interesse, às vezes, primário, só pela pontuação, mas eles acabam buscando. E no buscar eles passam a entender melhor que a extensão também é momento de aprendizado (DOCENTE MEDICINA 1, 2019).

Neste cenário, é possível observar que a extensão, quando devidamente valorizada pelo currículo, como ocorre nos editais de Residência Médica, tende a despertar o interesse por parte dos discentes, tornando-se um facilitador para sua potencialização na instituição. Mesmo que, inicialmente, os estudantes sejam atraídos principalmente pela pontuação, cabe aos coordenadores das ações levarem os discentes a refletirem sobre a importância de tal

prática para sua formação profissional e social, durante as ações, bem como perceberem o impacto que seu trabalho pode proporcionar à comunidade.

Outro facilitador que foi destacado no questionário relaciona-se às demandas da sociedade que chegam à instituição e o interesse em atendê-las. Este facilitador foi apontado por pelos menos 15 docentes (17,0%) e algumas destas respostas estão destacadas no Quadro 11:

Quadro 11 – Facilitador: Conhecimento das demandas

Respostas abertas
A grande demanda da sociedade na área de saúde.
Elevada demanda de prefeituras e entidades públicas para apoio técnico em questões de saneamento e meio ambiente.
A grande necessidade do nosso entorno e a excelente intenção da UFJF de ampliar os projetos nesta área.
A vontade de colaborar em alguma demanda ou necessidade da sociedade.
A identificação de necessidades e as demandas da comunidade.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

A Pró-reitora de extensão da UFJF diz ser fundamental que, não apenas os professores, mas também a Proex busque identificar os principais anseios da sociedade, seja das comunidades do entorno ou de grupos coletivos sociais.

É ouvir o que a comunidade espera da universidade e, a partir do levantamento dessas demandas, estruturar um edital onde o proponente possa responder as demandas colocadas. Isso inverte a lógica de produção da extensão e dá mais sentido social ao que fazemos aqui na Universidade (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, 2019).

No que se refere ao levantamento de demandas da sociedade, apontado como um facilitador, vale destacar que, desde 2017, a Proex tem realizado editais para submissão de propostas de demandas estimuladas. Para isso, foram realizadas reuniões com entidades do entorno do campus de Juiz de Fora, e com comunidades ribeirinhas do Vale do Rio Doce, no campus Governador Valadares, para que as principais demandas fossem levantadas. A partir disso, tais solicitações foram listadas e incluídas em editais específicos e os professores e TAE puderam submeter propostas. Em 2019, tal modalidade foi ampliada, incluindo um edital específico para atendimento das solicitações levantadas junto aos movimentos e grupos sociais organizados presentes nas regiões de Juiz de Fora e de Governador Valadares.

Outra constatação que pode ser feita é que, devido ao fato de o questionário ter solicitado aos docentes a apresentação de elementos facilitadores em uma questão aberta e de

forma espontânea, houve bastante difusão no apontamento de fatores que favorecem o desenvolvimento de ações de extensão na UFJF. O interesse dos docentes em atender às demandas sociais; o estímulo da Proex por meio de editais contínuos; o contato do profissional de saúde com a população; e a concessão contínua de bolsas foram quatro facilitadores que foram identificados em cinco respostas. Já três docentes destacaram que o atendimento oferecido pela Proex, a possibilidade de atuação em diferentes cenários fora do campus universitário e a existência de convênios já estabelecidos com instituições externas também podem ser apontados como facilitadores.

Por fim, a partir das entrevistas realizadas e dos questionários aplicados, é possível detectar que os professores encontraram maior dificuldade em elencar elementos facilitadores, em comparação aos dificultadores. No questionário, no campo específico para indicar os elementos que incentivam o desenvolvimento da prática extensionista, 14 docentes não identificaram ou não souberam apontar facilitadores, o que representa 15,9% dos respondentes. Houve ainda cinco registros de professores (5,7%) que repetiram ou acrescentaram algum dificultador neste campo. Para o professor do Departamento de Transportes e Geotecnia, é mais complexo identificar facilitadores para a prática extensionista nas universidades brasileiras. Segundo o docente,

se colocarmos numa balança, as dificuldades são muito maiores que as possibilidades. Te falo uma percepção minha. Por várias vezes eu já fui para casa, fui deitar decidido que não iria mais fazer projeto de extensão, por questões internas, por questões externas, por falta de aporte. Mas eu tenho a extensão para mim como uma missão (DOCENTE ENGENHARIA 1, 2019).

Tal dificuldade em identificar facilitadores pôde ser percebida na observação das entrevistas realizadas pelo pesquisador. Quando perguntados sobre os dificultadores, os docentes ouvidos respondiam prontamente à questão, apontando mais de um elemento. No entanto, quando eram questionados sobre os facilitadores, os docentes levaram mais tempo para refletir sobre o tema.

A partir dos dados obtidos nos instrumentos de pesquisa realizados, foi possível elencar 6 principais elementos dificultadores para o desenvolvimento de ações de extensão na UFJF e no contexto brasileiro: (1) menor financiamento para as ações de extensão; (2) menor pontuação da extensão para a progressão docente; (3) menor valorização das ações de extensão pela comunidade acadêmica, em comparação ao ensino e à pesquisa; (4) desconhecimento dos trâmites para submissão de atividades de extensão; (5) burocracia dos

procedimentos; (6) divulgação aquém do ideal das ações desenvolvidas, o que prejudica a diretriz da interdisciplinaridade.

A pesquisa de campo também permitiu identificar dois principais elementos facilitadores para o desenvolvimento da extensão: (1) interesse dos discentes em participar de tais atividades e (2) identificação das demandas da sociedade e interesse em atendê-las. Além desses, a inserção da prática extensionista nos currículos de graduação foi apontado como um futuro facilitador para a potencialização da extensão na UFJF.

Após a apresentação da análise dos elementos dificultadores e facilitadores, vista nesta seção, e da constatação de que a conceituação de extensão pela comunidade docente da UFJF é conflitante, questão analisada na subseção anterior, o próximo capítulo desta pesquisa propõe um Plano de Ação Educacional (PAE). Tal plano tem a finalidade de propor intervenções à Proex, na tentativa de atacar os problemas encontrados, auxiliando as unidades acadêmicas na potencialização da prática extensionista na UFJF.

3 PLANO DE AÇÃO PARA POTENCIALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFJF

A presente pesquisa apresenta como questão central identificar quais os entraves para o desenvolvimento de ações de extensão nas diferentes unidades acadêmicas da UFJF. O primeiro capítulo deste trabalho teve por objetivo descrever o cenário da extensão universitária nas unidades acadêmicas da UFJF. Nesse sentido, destacou, por meio de referencial bibliográfico, legislações e dados institucionais, a consolidação das universidades brasileiras, dentre elas a UFJF, e sua relação com a tríade ensino-pesquisa-extensão. Foi possível identificar que a extensão universitária ganhou espaço nas IES a partir de meados da década de 1980, com sua inclusão no texto constitucional e com a criação do Forproex. Ainda no primeiro capítulo, foram destacados a organização da extensão no âmbito da UFJF e o panorama atual da prática extensionista na instituição, o que evidenciou a baixa inserção de graduandos na prática extensionista e a baixa presença de atividades de extensão em algumas unidades acadêmicas.

Já o capítulo 2 teve como finalidade identificar e analisar os motivos que levaram a esta baixa adesão à extensão em determinadas unidades. Com esse objetivo, o capítulo apresentou referencial bibliográfico sobre a extensão, suas diferentes concepções e sua relação com o contexto político do país. Também foi discutida a importância da extensão como instrumento para a transformação social e na tentativa de recuperar parte da legitimidade perdida pelas universidades públicas. A partir da pesquisa de campo realizada pelo autor, o capítulo também apresentou uma análise de como os docentes da UFJF avaliam a extensão universitária na instituição e sua importância para a prática profissional e para a formação dos alunos. Os dados foram analisados a partir de dois eixos. O primeiro deles abordou a compreensão do conceito de extensão pelos docentes da instituição. Já no segundo, foram elencados os elementos facilitadores e dificultadores para o desenvolvimento de ações extensionistas na UFJF.

A partir da reunião e análise desses dados, este capítulo tem como objetivo desenvolver um Plano de Ação Educacional (PAE). Para isso, são apresentadas estratégias interventivas a serem executadas pela Proex, com a finalidade de potencializar as ações de extensão na UFJF, sobretudo naquelas unidades acadêmicas em que a prática extensionista possui menor adesão. Vale destacar que as proposições apresentadas pelo PAE levaram em consideração os limites orçamentários e de recursos humanos da Proex, permitindo com que tais proposições possam ser viáveis em sua execução.

Assim, o PAE desenvolvido tem por objetivo reduzir o impacto dos entraves, apontados pela comunidade docente da instituição nos instrumentos de pesquisa realizados para oportunizar a ampliação da prática extensionista. Para Ferreira (2017), o desenvolvimento de estratégias de atuação permite “atingir certos objetivos, procurando maximizar oportunidades e minimizar adversidades” (FERREIRA, 2017, p. 2).

Ainda segundo Ferreira (2017), o desenvolvimento de um planejamento para atividades na área educacional é importante, pois tende a proporcionar intervenções de impacto mais profundo e duradouro em longo prazo. Nesse sentido, o planejamento proposto à Proex consiste no desenvolvimento de cinco estratégias interventivas, que visam atacar problemas como a menor valorização da extensão pela comunidade acadêmica, a burocracia dos trâmites e a dificuldade de financiamento das ações extensionistas. As ações propostas pelo PAE são apresentadas no Quadro 12.

Quadro 12 – PAE: Ações a serem implementadas

Questão de pesquisa	Eixo de análise	Dados da pesquisa	Ação interventiva	N.
Quais as dificuldades para a implementação e desenvolvimento de programas e projetos de extensão nas unidades acadêmicas da UFJF?	Eixo 1: Compreensão sobre o conceito de extensão universitária.	- Visão conflitante do conceito de extensão na UFJF e desconhecimento por parte de uma parcela.	Disseminação do conceito de extensão aprovado pelo Conexc à comunidade docente da UFJF.	1
	Eixo 2: Dificultadores e facilitadores para o desenvolvimento de ações de extensão.	- Burocracia e problemas nos trâmites. - Desconhecimento dos procedimentos da Proex.	Revisão dos trâmites de submissão de ações de extensão.	2
		- Desvalorização da extensão perante às demais atividades, inclusive para progressão docente. - Necessidade de inclusão da extensão no currículo.	Reuniões com direções de unidades, chefias de departamentos e coordenações de curso.	3
		- Divulgação aquém do ideal das ações desenvolvidas, o que prejudica a diretriz da interdisciplinaridade	Divulgação das ações de extensão e promoção da troca de saberes entre extensionistas	4
		- Menor financiamento da Extensão.	Publicação de edital de financiamento de ações de extensão	5

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

A ação 1 visa atender ao eixo “compreensão sobre o conceito de extensão universitária”, que, ao longo da análise realizada, apresentou versões conflitantes e até mesmo o desconhecimento por parte da comunidade docente. Já as outras quatro ações são específicas do eixo “dificultadores e facilitadores para o desenvolvimento de ações de extensão” e buscam propor intervenções para superar as principais dificuldades apontadas pela comunidade docente da UFJF.

Cabe destacar que, nesta dissertação, optou-se por utilizar, para o desenvolvimento do PAE, a metodologia de planejamento da ferramenta 5w2h. Segundo Ferreira (2017), tal instrumento permite resumir, de forma clara, qual resultado se pretende alcançar, a partir da descrição de sete questões principais. Para isso, é necessário que sejam apresentados pelo pesquisador, para cada ação proposta, os elementos descritos no Quadro 13:

Quadro 13 – Questões da Metodologia 5w2h

Itens	Descrição
What? (o quê?)	Definição de que ação será desenvolvida.
Why? (por quê?)	Destaque da importância para realização de tal ação.
Who? (quem?)	Órgãos e profissionais que serão os responsáveis pela execução da ação.
Where? (onde?)	Definição dos espaços e instalações onde a ação será realizada
When? (quando?)	Período ou cronograma para realização da ação.
How? (como?)	Métodos e técnicas que serão utilizados para a realização da ação.
How Much? (quanto?)	Previsão orçamentária para a execução da ação.

Fonte: FERREIRA (2017). ADAPTADO PELO AUTOR.

Tal formato, por ser de fácil visualização e compreensão, proporciona maior comunicação e entendimento das informações fundamentais de um processo estratégico entre os sujeitos, sejam eles gestores ou agentes, que atuarão na execução das atividades previstas. A ferramenta é adequada para o desenvolvimento deste PAE, pois fornece uma perspectiva ampla e acessível do conjunto de ações que está sendo proposto. Tal característica proporciona benefícios como um maior controle das ações, um acesso rápido ao detalhamento de uma determinada atividade, bem como uma visão geral dos prazos previstos e dos recursos necessários para sua completa execução. Assim, possíveis falhas durante a execução podem ser identificadas e corrigidas mais rapidamente. Desta forma, as possibilidades de ação propostas tendem a ser mais exequíveis.

A partir da escolha pela metodologia 5W2H, cada uma das cinco ações propostas neste PAE é apresentada por meio de uma tabela similar ao Quadro 13, separadas em seções

específicas. Desta forma, torna-se possível oferecer informações detalhadas de como será direcionado o trabalho de cada uma das cinco ações interventivas.

3.1 DISSEMINAÇÃO DO CONCEITO DE EXTENSÃO À COMUNIDADE DOCENTE DA UFJF

A partir da aplicação dos instrumentos de pesquisa, foi identificado pelo pesquisador que a conceituação de extensão e as diretrizes para sua execução ainda não estão consolidadas pela comunidade docente da UFJF. Pelo contrário, foram identificadas, tanto nas entrevistas, quanto nos questionários, interpretações contraditórias sobre seu conceito. Ao mesmo tempo em que docentes afirmavam que a extensão se baseia em uma prática dialógica e na construção de um novo conhecimento, a extensão também foi considerada como a mera transferência de um conhecimento acadêmico em benefício da sociedade ou do mercado. Para Hunger et al. (2014), tal confusão sobre o conceito torna-se um dificultador para a potencialização da prática extensionista nas IES.

A partir desta identificação, a primeira ação deste PAE propõe a realização de momentos de capacitação sobre a extensão universitária para a comunidade docente da instituição. Nestes encontros, serão apresentadas e debatidas informações sobre o conceito de extensão universitária aprovado pelo Conexc, suas principais diretrizes, suas áreas e linhas de atuação, suas modalidades e os procedimentos para institucionalização na UFJF.

Quadro 14 – Capacitação sobre extensão

Itens	Descrição
O quê?	Reuniões de capacitação com docentes da UFJF para apresentar e debater a extensão, suas diretrizes e possibilidades.
Por quê?	A interpretação sobre o conceito de extensão pelos docentes da UFJF se mostrou difusa e contraditória. Assim, torna-se necessário apresentar e debater o conceito e as diretrizes da extensão, aprovados pelo Conexc, junto à comunidade docente da instituição, de modo a consolidá-los.
Como?	Serão realizadas seis reuniões de capacitação direcionadas ao corpo docente das unidades acadêmicas destacadas de cor rosa na tabela 6 (p. 58), em que a extensão universitária ainda é pouco difundida. Além destas, também será realizada uma capacitação específica para os servidores recém-ingressos na UFJF, no âmbito do Seminário de Integração e Formação de Carreiras, oferecido pela Progepe.
Quem?	Gestores da Proex e equipe de técnicos da GAE.
Onde?	Em anfiteatros ou salas de aula a serem reservadas.
Quando?	Setembro a novembro de 2019
Quanto?	Tal ação não requer custo financeiro extra à UFJF. Serão utilizadas as horas de trabalho dos servidores da Proex, que irão planejar as reuniões e realizá-las.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Os conteúdos dos encontros serão planejados a partir do definido na Resolução 04 de 2018, do Conexc, que estabeleceu a Política de Extensão da UFJF. Ressalta-se que tal documento foi resultado das contribuições feitas pela comunidade acadêmica dos dois *campi* da instituição. Neste documento, a extensão é apresentada como mecanismo de transformação social, fruto de um processo dialógico que promove a elaboração de um novo conhecimento (UFJF, 2018a). Segundo Freire (1983), a extensão precisa partir do princípio de que o conhecimento construído na academia não é soberano e o diálogo entre universidade e sociedade deve-se dar do mesmo patamar.

O plano prevê inicialmente a realização de encontros, no segundo semestre letivo de 2019, nas seis unidades acadêmicas destacadas em rosa na Tabela 6 (p. 58), locais em que a extensão universitária apresenta menor adesão, a saber: (1) Faculdade de Administração e Ciências Contábeis; (2) Faculdade de Economia; (3) Faculdade de Engenharia; (4) Faculdade de Fisioterapia; (5) Instituto de Artes e Design; e (6) Instituto de Ciências Exatas. Porém, caso outras unidades ou departamentos demandem tais capacitações à Proex, elas poderão ser agendadas para datas posteriores a este período.

Os encontros deverão ser realizados nas próprias unidades acadêmicas, nos horários de contraturno das aulas, para que facilite a participação de um maior quantitativo de professores. O convite para participação deverá ser realizado de forma conjunta pela direção da unidade e pela Proex. As reuniões deverão ter duração aproximada de 1h30, sendo 40 minutos direcionados à exposição e aos esclarecimentos da Proex e os demais 40 minutos abertos para participação dos docentes, para debate sobre a temática e apresentação de dúvidas.

Além destas seis reuniões previstas inicialmente, também foi proposta uma capacitação específica para os servidores docentes recém-ingressos na UFJF. Para isso, a Proex deverá solicitar à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) a concessão de 1h30 de tempo, para desenvolvimento de uma capacitação, no âmbito do Seminário de Integração e Formação de Carreiras. Tal evento é realizado anualmente no segundo semestre e tem por objetivo apresentar o funcionamento da UFJF aos novos servidores docentes e técnico-administrativos da instituição.

Com a disponibilização deste espaço, a equipe da Proex poderá apresentar o funcionamento da extensão na UFJF, debater suas diretrizes e esclarecer as principais dúvidas dos servidores novatos em relação à institucionalização de programas, projetos, cursos e eventos de extensão, motivando-os a já realizarem ações de extensão desde o começo de sua trajetória profissional na instituição. Tal ação poderá ser replicada nas próximas edições do

referido seminário, no entanto, torna-se necessário que o conteúdo de cada capacitação seja sempre atualizado.

A partir da proposição desta ação, espera-se que os docentes participantes sejam levados a refletir sobre o conceito de extensão e sua importância, tanto para o exercício de sua prática profissional e para formação dos estudantes, quanto para a inserção da Universidade nas comunidades ao seu redor. Ao serem apresentados às principais possibilidades de realização de atividades de extensão na UFJF e seus principais procedimentos para efetivação, espera-se que tal ação favoreça a realização de novos programas e projetos e potencialize a extensão nestas unidades, que ainda apresentam menor adesão, e também entre os professores recém-empossados.

3.2 REVISÃO DOS TRÂMITES DE SUBMISSÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO

A segunda proposta interventiva prevista neste Plano de Ação foi elaborada para reduzir os impactos causados por dois dificultadores identificados nos instrumentos de pesquisa: a burocracia dos trâmites para registro de programas e projetos na Proex e o desconhecimento dos procedimentos necessários para a institucionalização destas ações.

Nos últimos cinco anos, os procedimentos para registro de programas e projetos passaram por várias mudanças. Algumas destas para atender aos órgãos jurídicos e de controle e outros na tentativa de aperfeiçoar os processos de submissão e avaliação das ações de extensão, de distribuição e alocação de recursos financeiros por proposta e de fornecimento de dados para o estabelecimento de indicadores da extensão na UFJF. Porém, com a identificação nos instrumentos de pesquisa, de que os trâmites e a burocracia do processo de submissão, avaliação e estabelecimento das parcerias externas têm dificultado a realização de programas e projetos nas unidades, esta segunda ação planejada tem por objetivo analisar e identificar aqueles trâmites e documentos que podem ser revistos pela Proex, com o objetivo de tornar os processos mais ágeis, transparentes e céleres.

Quadro 15 – Revisão e divulgação dos procedimentos da Proex

(Continua)

Itens	Descrição
O quê?	Revisão e divulgação dos procedimentos e dos formulários da Proex.
Por quê?	Há problemas nos trâmites de submissão de propostas à Proex e desconhecimento dos procedimentos por parte da comunidade acadêmica. Assim, torna-se necessário, revê-los e divulgá-los, para tornar o processo de registro mais acessível, ágil, transparente e eficiente.
Como?	Inicialmente, deverão ser analisados e revisados os formulários de submissão de

(Conclusão)

	ações de extensão, bem como os principais trâmites, identificando pontos que poderão ser simplificados. Com a definição das alterações necessárias, deverá ser aberto chamado para o CGCO, para implementação das melhorias no Siga. Por fim, os manuais de orientação aos pareceristas deverão ser atualizados, bem como deverá ser elaborado material online com a instruções para institucionalização de programas, projetos, cursos e eventos na Proex.
Quem?	- Gestores e equipes de técnicos da GAE e do Setor de Monitoramento e Avaliação da Proex para a revisão dos procedimentos e confecção de materiais. - Servidores do CGCO no processo de implementação das melhorias no Siga.
Onde?	Proex e CGCO.
Quando?	- Revisão dos procedimentos e trâmites: setembro de 2019 a janeiro de 2020. - Realização de alterações no Siga: fevereiro a julho de 2020. - Atualização do manual do avaliador e criação de material de suporte aos proponentes: abril a agosto de 2020.
Quanto?	Tal ação não requer custo financeiro extra à UFJF. Serão utilizadas as horas de trabalho dos servidores da Proex e do CGCO.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Para isso, a primeira etapa desta ação consiste na análise dos formulários de submissão de ações de extensão. Atualmente, os proponentes precisam preencher 15 campos descritivos, sendo 10 destes avaliados, para submeter uma proposta de projeto. Assim, nesta primeira fase, a equipe de gestores da Proex e os técnicos da GAE e do Setor de Monitoramento e Avaliação deverão analisar tais formulários e identificar possibilidades de redução e aglutinação de dados. No entanto, durante a elaboração dos novos formulários, torna-se necessário que o novo documento continue permitindo aos avaliadores identificar as principais características e diretrizes que devem estar presentes numa proposta de extensão.

Paralelamente a isso, serão avaliados, pela mesma equipe, todos os trâmites atuais da Proex, no sentido de identificar quais deles podem se tornar mais flexíveis, como, por exemplo, tornar todo o trâmite de submissão e de efetivação de um programa ou projeto *online*. Atualmente, apenas a submissão é eletrônica. Para a ação entrar em vigor, após sua aprovação, ainda é obrigatória a apresentação de todos os documentos em processo físico, o que acaba duplicando o trabalho dos docentes e dos próprios servidores. O cronograma estabelecido prevê que a revisão dos procedimentos e trâmites esteja redigida em forma de documento e concluída pela Proex até o mês de janeiro de 2020.

A partir de então, de posse do documento finalizado com a consolidação das mudanças identificadas, torna-se necessário implementar tais alterações no Siga-Extensão, plataforma na qual as propostas são submetidas e aprovadas, e que é gerenciada pelo CGCO. Para tal, é necessário realizar a solicitação das alterações por meio de chamado *online*. Assim, planeja-se que durante o mês de fevereiro de 2020 tal requisição seja encaminhada, para que possa ser realizada uma reunião da equipe do CGCO com os profissionais da Proex, para que sejam

esclarecidas as principais dúvidas. Todas as alterações no sistema devem ser implementadas num período de seis meses.

Enquanto as alterações são realizadas pelo CGCO, esta ação entra em sua terceira fase, que consiste na atualização dos manuais de orientação aos pareceristas das ações de extensão. Tendo em vista a modificação dos formulários, torna-se necessário adequar os manuais a nova estrutura destes. Além disso, é importante que, neste momento de atualização, os gestores e técnicos da Proex reavaliem todos os itens do documento, para que os critérios de avaliação tornem-se mais claros e objetivos para os pareceristas, tendo em vista que cada proposta de extensão é analisada por dois docentes e não é incomum haver grande discrepância de notas, o que acarreta no encaminhamento da proposta para um terceiro avaliador.

Por fim, propõe-se também a elaboração de um material *online* explicativo, a ser direcionado aos docentes e técnicos da UFJF, com as principais orientações acerca dos procedimentos e trâmites para efetivação de ações de extensão. Vale destacar que, apesar das várias mudanças de procedimentos realizadas pela Proex nos últimos anos, em nenhum momento, houve alguma ação direcionada no sentido de apresentar os trâmites necessários e de esclarecer as principais dúvidas dos proponentes. Tal ação, atualmente, ainda fica restrita ao contato dos docentes interessados com a equipe de servidores da Proex.

Devido a este motivo e à identificação de que o desconhecimento dos trâmites é um dificultador para a potencialização da extensão na UFJF, foi proposto o material *online* explicativo, que também deverá incorporar informações, como conceito de extensão, diretrizes, áreas temáticas e modalidades. Além disso, ao seu final, deverão ser apresentadas as principais dúvidas recebidas pela Proex nos últimos anos, com as respectivas respostas. Este material deverá ser disponibilizado no site da Proex e poderá ser encaminhado por *e-mail* aos docentes e técnicos. Além disso, este poderá ser utilizado em futuras reuniões e capacitações oferecidas pela Proex. Conforme cronograma, os dois materiais deverão ser finalizados até o mês de agosto de 2020.

Com o desenvolvimento desta ação, espera-se que a burocracia identificada pelos professores nos trâmites da Proex possa ser reduzida, dentro das possibilidades legais, tornando os processos mais ágeis, seguros e transparentes. Além disso, com a confecção de um material explicativo, direcionado aos docentes e TAE da UFJF, espera-se reduzir a dificuldade causada pelo desconhecimento dos trâmites pela comunidade docente, favorecendo a submissão de novas propostas de programas e projetos extensionistas.

3.3 REUNIÕES COM DIREÇÕES, CHEFIAS E COORDENAÇÕES

Um dos entraves para o desenvolvimento da extensão, identificado nas respostas concedidas nos instrumentos de pesquisa, foi a menor valorização desta função acadêmica, em comparação ao ensino e à pesquisa, tanto no que se refere ao estímulo dado pelas unidades para o seu desenvolvimento, quanto nos critérios de progressão da carreira docente. Dias (2009) e Moita e Andrade (2009) destacam que essa ainda é uma realidade presente nas universidades brasileiras e a extensão acaba ocupando um espaço de menor relevância em relação às demais.

Especificamente, em relação aos critérios para progressão docente, quando analisadas as resoluções das diferentes unidades acadêmicas da UFJF, foi possível identificar que as atividades de extensão, em vários casos, recebem pontuação inferior a atividades similares de ensino ou de pesquisa, ou até mesmo, não são pontuadas. Este é um problema identificado, pois prejudica docentes que se dedicam mais à extensão e que, assim, encontrarão mais dificuldades para alcançar a pontuação necessária em suas progressões. Além disso, ao não pontuar a extensão como as demais funções acadêmicas, tal mecanismo não estimula no corpo docente o interesse no desenvolvimento de ações de extensão.

Com a constatação deste cenário, torna-se necessário trabalhar junto às unidades acadêmicas e aos departamentos e coordenações de curso de graduação, vinculadas a estas unidades, o reconhecimento da importância acadêmica da extensão universitária para que, assim, tal prática possa vir a ser estimulada e também pontuada, da mesma forma que as atividades de ensino e de pesquisa. Nesse sentido, a terceira ação deste PAE propõe a realização de reuniões com a direção e com os chefes de departamento e coordenadores de curso das 21 unidades acadêmicas da UFJF, que oferecem graduações.

Quadro 16 – Reuniões com direções, chefias e coordenações

(Continua)

Itens	Descrição
O quê?	Reuniões específicas com as direções, chefias de departamento e coordenações de curso de cada unidade acadêmica sobre a importância da extensão universitária.
Por quê?	Tendo em vista que a extensão ainda não é amplamente valorizada, contabilizada e estimulada nas unidades, no mesmo patamar do ensino e da pesquisa, torna-se importante debater a necessidade de estimular a prática extensionista nas unidades e de rever os critérios referentes à extensão para a progressão docente. Além disso, com a obrigatoriedade de inclusão da prática extensionista na grade curricular dos cursos de graduação, também é importante debater o tema.
Como?	Como a instituição possui 21 unidades acadêmicas com a oferta de cursos de graduação, as reuniões serão realizadas durante os períodos acadêmicos de 2020.

(Conclusão)

	Por mês, deverão ser realizadas em média três reuniões, a serem agendadas em cada unidade.
Quem?	Gestores da Proex e equipe de técnicos da GAE.
Onde?	Em anfiteatros ou salas de aula a serem reservadas nas unidades.
Quando?	Março a novembro de 2020, durante os semestres letivos.
Quanto?	Serão utilizadas as horas de trabalho dos servidores da Proex, que irão planejar as reuniões e realizá-las. No caso das duas unidades acadêmicas do campus Governador Valadares, será necessária a requisição de veículo oficial e pagamento de diárias para o deslocamento de um gestor e um técnico da Proex ao campus avançado, proveniente de recurso dotado na Unidade Orçamentária da Proex, específico para realização de viagens.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Além de propor o diálogo e a reflexão sobre a importância da extensão e da necessidade de revisão dos critérios referentes à prática extensionista para a progressão docente, as reuniões propostas também abordarão outro fator importante, que deverá ser discutido pelas unidades nos próximos anos: a inserção da extensão em 10% da grade curricular dos cursos de graduação (BRASIL, 2018). Tal inserção poderá ser uma solução para outro dificultador identificado: a engessada grade de alguns cursos de graduação, como os de Saúde, que, ao ocupar grande parte do horário dos alunos com aulas e atividades em laboratórios, dificulta a participação destes em atividades de extensão.

Assim, torna-se importante que tal tema seja debatido no âmbito de cada unidade acadêmica. Desta forma, as possibilidades e particularidades para implementação de tal inserção em cada unidade ou curso, poderão ser apresentadas, debatidas e levadas em consideração na elaboração de Resolução da universidade específica para este fim.

Para a realização das reuniões propostas, foi estabelecido um cronograma mais extenso, tendo em vista o grande quantitativo de unidades acadêmicas existentes na UFJF. Assim, estas estão previstas para serem realizadas ao longo de todo o ano de 2020, especificamente durante os períodos letivos da UFJF e nos horários de contraturno das aulas, facilitando a presença da direção, dos chefes de departamento e dos coordenadores. Os encontros contarão com a presença de um gestor e de um técnico da Proex. Para que todas as unidades possam ser visitadas, conforme o cronograma, deverão ser realizadas, em média, de duas a três reuniões em cada mês.

Nesse sentido, ao propor um espaço para debate e reflexão sobre a extensão universitária nas diversas unidades, busca-se reforçar a importância desta função acadêmica junto aos gestores das unidades, dos departamentos e dos cursos. Assim, espera-se que as atividades de extensão possam ser mais estimuladas junto aos docentes vinculados a estas instâncias, os critérios de progressão possam ser debatidos e revistos em tempo oportuno e a

inserção da extensão nos currículos de graduação passe a ser discutida nos colegiados de cada curso, tendo como diretriz a Política de Extensão da UFJF.

3.4 DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROMOÇÃO DA TROCA DE SABERES ENTRE EXTENSIONISTAS

A quarta ação proposta neste PAE relaciona-se ao processo de divulgação das ações de extensão, tanto para a sociedade, quanto para a própria comunidade universitária. Este ponto foi um dos entraves apontados nesta pesquisa. A publicização aquém do ideal da extensão pode levar uma expressiva parcela da população a não ter o conhecimento das atividades promovidas pela UFJF, das quais poderia participar e interagir. Vale destacar que a sociedade deve ser a base da extensão universitária, cujas atividades devem ser realizadas com e para ela.

Além disso, um processo de comunicação ineficaz prejudica a interdisciplinaridade, pois, para que esta diretriz possa ser ampliada e mais bem desenvolvida, é necessário que a comunidade acadêmica, que desenvolve ou deseja desenvolver extensão, tenha conhecimento das atividades já desenvolvidas, para que, assim, parcerias entre profissionais de diferentes áreas possam ser estabelecidas.

Atualmente, a divulgação dos programas e projetos de extensão é realizada pela Diretoria de Imagem Institucional da UFJF. Ela é feita por meio da publicação de matérias e vídeos no *site* da instituição e nas redes sociais. Também são enviados releases para a imprensa, a partir dos textos publicados no *site*. Porém, não há uma periodicidade definida e esta divulgação é feita a partir de solicitações por parte dos coordenadores dos projetos.

Tendo em vista a importância de ampliar a publicização dos trabalhos extensionistas desenvolvidos na UFJF, esta ação propõe a elaboração de um plano de divulgação para as ações de extensão.

Quadro 17 – Planejamento de divulgação dos programas e projetos

(Continua)

Itens	Descrição
O quê?	Elaboração de planejamento para divulgação dos programas e projetos de extensão.
Por quê?	A partir da constatação de que a divulgação da extensão na UFJF ainda não é a ideal, torna-se necessário criar um planejamento de divulgação dos programas e projetos. Com isso, a sociedade terá maior conhecimento das ações desenvolvidas na UFJF, podendo integrá-las. A divulgação também permitirá à comunidade extensionista conhecer ações desenvolvidas por seus pares, favorecendo o estreitamento de contatos e a interdisciplinaridade.

(Conclusão)

Como?	Tal ação será dividida em três frentes: 1) Planejamento e cronograma de divulgação dos programas e projetos de extensão, a ser elaborado pela Proex em conjunto com a Diretoria de Imagem Institucional. 2) Realização de momentos de troca de experiências entre a comunidade extensionista no âmbito da Mostra de Ações de Extensão. 3) Implementação de catálogo anual online da Extensão da UFJF.
Quem?	Gestores da Proex, servidores da GAE e da Diretoria de Imagem Institucional e bolsista de comunicação a ser selecionado.
Onde?	Proex e Diretoria de Imagem Institucional
Quando?	- Planejamento e cronograma de divulgação dos programas e projetos: semestralmente, a partir do segundo semestre de 2019. - Momento de troca de experiências: anualmente, a partir da Mostra de Ações de Extensão de 2019. - Catálogo de programas e projetos de extensão: anualmente; a partir de 2020.
Quanto?	Serão utilizadas as horas de trabalho dos servidores da Proex e da Diretoria de Imagem Institucional. Será necessária também a alocação de um bolsista de extensão, do curso de Jornalismo, para atuar na Diretoria de Imagem Institucional, exclusivamente para a produção de conteúdos relacionados às ações de extensão, o que representa um investimento de R\$ 4.800 anuais. Além de um pagamento de pró-labore no valor de R\$ 3.000,00 em 2020, proveniente da Unidade Orçamentária da Proex, para contratação de serviço de revisão de textos do catálogo.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Para Costa e Talarico (1996), um plano de comunicação consiste no ato de redigir uma proposta, com a apresentação de ações de publicização e de comunicação, sejam elas direcionadas ao público interno ou externo, com objetivos a serem atingidos e cronograma definido: “É o conjunto de estudos, análises e estabelecimentos de objetivos que devem ser atingidos através das ações de comunicação, definição das formas existentes neste campo para atingir esses objetivos, ou seja, das estratégias específicas de comunicação (COSTA; TALARICO, 1996, p. 213).

O desenvolvimento de tal plano tem por objetivo melhorar e ampliar a divulgação da extensão na UFJF, bem como proporcionar momentos de diálogo e de troca de experiências entre a comunidade extensionista. Desta forma, propõem-se três estratégias principais: (1) planejamento e cronograma de divulgação de matérias relacionadas aos programas e projetos, elaborado pela Proex, em parceria com a Diretoria de Imagem Institucional; (2) promoção de rodas de conversa entre os extensionistas e (3) criação de catálogo *online* da extensão na UFJF.

Na primeira estratégia, pretende-se estabelecer um planejamento, que deverá prever a publicação de reportagens, produzidas pela equipe de jornalistas e de bolsistas de comunicação da Diretoria de Imagem, bem como envio de release sobre estas ações à imprensa, com a frequência de duas vezes por semana. Na ação proposta, a cada semestre, a Proex deve se reunir com a equipe de comunicação da Imagem e apontar cerca de 50

programas, projetos, cursos e eventos como sugestões de pauta. Além disso, as demandas de divulgação, apresentadas pelos coordenadores de extensão, espontaneamente, poderão continuar sendo atendidas. Para que esta ação se torne viável, a Proex deverá alocar uma bolsa de extensão, destinada a um estudante de Jornalismo, que deverá se dedicar exclusivamente à produção de matérias relacionadas à extensão, sob supervisão da equipe da Diretoria de Imagem.

A segunda estratégia de comunicação prevê a realização de momentos de troca de experiências entre docentes, discentes e TAE extensionistas, com o objetivo de estreitar relações e favorecer o estabelecimento de parcerias interdisciplinares. Diante da exiguidade de tempo da comunidade acadêmica, em meio a tantos compromissos acadêmicos já assumidos, a proposta de realização das rodas de conversa seria incorporada à Mostra de Ações de Extensão, evento no qual é obrigatória a participação de integrantes de todos os programas e projetos de extensão da UFJF. A proposta é que tal modalidade de participação seja incluída a partir da edição deste ano da Mostra, em ambos os *campi*.

A escolha por esta metodologia de participação deve-se ao fato de ela permitir uma comunicação dinâmica entre professores, técnicos e alunos e favorecer a aproximação e o diálogo entre os sujeitos num ambiente acadêmico. A participação se daria por meio de inscrição no evento e os participantes seriam agrupados pelas temáticas escolhidas. A partir do número de inscritos na modalidade, poderão ser realizadas até três diferentes rodas, que contariam, cada uma, com a mediação de um membro da Proex.

A última estratégia prevista consiste na elaboração de um catálogo anual *online* para a Extensão da UFJF. Vale ressaltar que esta iniciativa já é realizada em outras IES, como, por exemplo, na UNB⁹ e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹⁰. No catálogo proposto para a UFJF, cada programa e projeto de extensão da UFJF deve ser apresentado em uma página específica, agrupado por campus de atuação e área temática. Cada página apresentará informações como resumo do projeto, integrantes da equipe, descrição dos beneficiários, *e-mail* e/ou telefone para contato, bairros ou regiões onde a ação é desenvolvida e instituições parceiras. Vale destacar que todas essas informações podem ser geradas automaticamente por meio de relatórios do Siga-Extensão. Também poderá ser adicionada fotografia ou ilustração, caso o coordenador manifeste o interesse e encaminhe uma imagem à Proex. A diagramação do material deverá ser realizada pelo Setor de Criação Visual da

⁹ Catálogo da UnB, disponível no link: <http://www.dex.unb.br/catalogos-de-peacs?download=923:catalogo-peacs-2018>

¹⁰ Catálogo da UFSC, disponível no link: <http://proex.ufsc.br/files/2018/09/Cat%C3%A1logo-de-Extens%C3%A3o-2018-vers%C3%A3o-web.pdf>

Diretoria de Imagem. Desta forma, o único gasto extra para a UFJF seria a contratação, por meio de pró-labore, de um profissional para revisão ortográfica dos textos obtidos nos relatórios do Siga.

O planejamento prevê que o catálogo seja produzido anualmente pela UFJF, sempre após a realização dos principais editais da Proex. Ele deverá ser disponibilizado na página da Pró-Reitoria e no ícone Extensão, localizado na página principal da UFJF. Com isso, qualquer cidadão terá conhecimento das atividades de extensão que a Universidade oferece e entrar em contato com os programas e projetos, o que confere transparência ao serviço público. Além disso, o mecanismo proporcionará que a comunidade extensionista encontre ações que se relacionam a suas atividades, facilitando o estabelecimento de parcerias interdisciplinares.

Assim, a partir da execução de um planejamento de comunicação para a extensão na UFJF, busca-se ampliar a circulação de informações acerca do trabalho extensionista desenvolvido pela comunidade acadêmica, tanto para o público interno, quanto para a sociedade. Espera-se que, desta forma, a população tenha cada vez mais conhecimento e contato com os programas e projetos de extensão, bem como tal divulgação favoreça a interdisciplinaridade das ações desenvolvidas na UFJF.

3.5 PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE FINANCIAMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO NA UFJF

A última ação proposta neste Plano de Ação refere-se a outro entrave destacado nas respostas obtidas nos instrumentos de pesquisa aplicados: a escassez de financiamento para as atividades de extensão. Quando analisamos o investimento direcionado à extensão pelas principais agências de fomento, é possível detectar que este é bastante reduzido. Nos últimos anos, com a descontinuidade dos editais do Proex, oferecido pelo MEC, e de extensão em interface com a pesquisa, da Fapemig, tal financiamento tornou-se praticamente inexistente.

Com isso, o apoio financeiro às ações de extensão ficou mais restrito aos recursos internos das próprias IES. Neste sentido, a Proex, nos últimos três anos, procurou estabelecer uma política interna de financiamento de ações de extensão que fossem além da alocação de bolsas. Assim, foram realizados dois editais de financiamento nos anos de 2017 e 2018. Neste ano, novo edital foi lançado, desta vez para financiar cursos e eventos.

Porém, a possibilidade de investimento pela UFJF na extensão tende a se complicar a partir do corte anunciado pelo Governo Federal em maio de 2019, que contingenciou cerca de 30% dos recursos necessários para manutenção das universidades. Em nota, publicada em 13

de maio de 2019, a UFJF manifestou preocupação para a continuidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão:

O corte verdadeiro, que afeta a vida de toda a comunidade, na UFJF corresponde aos R\$ 28.000.000,00 e, se considerarmos apenas o recurso de manutenção da Universidade, supera a média nacional de 30%. Da mesma forma, somente por artifício e desonestidade intelectual pode-se vincular desbloqueio do orçamento das universidades à aprovação da reforma previdenciária. A educação é muito importante para ser submetida a tal expediente (UFJF, 2019i, n.p.).

O fortalecimento da Extensão Universitária passa pela necessidade do financiamento de suas ações, não apenas com o objetivo de angariar maior quantidade de recursos, mas, principalmente, de garantir estabilidade e solidez do investimento. Tendo em vista o cenário desfavorável para o financiamento da extensão, inclusive a partir de recursos internos da IES, e com o objetivo de não interromper a sequência de editais com tal finalidade, realizados pela Proex nos últimos três anos, esta ação propõe a realização de um edital de financiamento para programas e projetos de extensão, a ser realizado entre os anos de 2020 e 2021, com recursos financeiros oriundos de emenda parlamentar direcionada por parlamentares mineiros.

Quadro 18 – Edital de financiamento de ações de extensão

Itens	Descrição
O quê?	Edital de financiamento para programas e projetos de extensão da UFJF.
Por quê?	Necessidade de que o financiamento da extensão não se restrinja somente às bolsas aos acadêmicos, tendo em vista que também são necessários gastos com materiais de consumo e serviços gráficos para o desenvolvimento das ações. Tendo em vista a escassez de editais de agências externas para o financiamento da extensão, torna-se necessário a UFJF manter sua política de financiamento.
Como?	Elaboração e execução de edital de financiamento no valor de R\$ 150.000,00. Poderão ser solicitados por cada programa ou projeto até R\$ 2.000,00 nas rubricas de Almoxarifado, Diárias, Passagens Rodoviárias, Passagens Aéreas, Serviços Gráficos e Aquisição de Materiais de Consumo. Com isso, serão contemplados, no mínimo, 75 programas e projetos.
Quem?	- Solicitação do recurso financeiro e elaboração e acompanhamento do edital: Gestores da Proex e técnicos lotados na GAE - Requisição dos serviços no Siga: servidores requisitantes lotados nas unidades acadêmicas dos programas e projetos contemplados. - Acompanhamento e Aprovação das Requisições: Secretaria da Proex.
Onde?	Proex
Quando?	- Solicitação do recurso financeiro: primeiro trimestre de 2020. - Elaboração, publicação e resultado: segundo semestre de 2020. - Requisição dos itens contemplados: de fevereiro de 2021 a setembro de 2021.
Quanto?	R\$ 150.000,00, proveniente de recursos de emenda parlamentar, a ser solicitado a deputados da bancada de Minas Gerais.

Fonte: ELABORADO PELO AUTOR, 2019.

Vale destacar que, desde 2017, a Proex tem recebido recursos provenientes de emenda para execução de diferentes atividades, como acompanhamento e fortalecimento de grupos de economia solidária, financiamento de ações direcionadas à regularização fundiária urbana em Juiz de Fora e desenvolvimento de programas estratégicos, inclusive para atendimento de movimentos sociais.

Com este histórico recente de investimento direcionado à extensão por meio de emendas parlamentares, será solicitado, no primeiro trimestre de 2020, a deputados da bancada de Minas Gerais, o valor de R\$ 150.000,00, a ser direcionado para a publicação de um edital de financiamento. Como os recursos de emenda parlamentar são liberados geralmente no segundo semestre, a elaboração e a publicação do edital, bem como os prazos de solicitação de apoio, de análise e de divulgação do resultado final serão efetivados entre os meses de julho e dezembro de 2020. Com o recurso previsto, será possível apoiar, no mínimo, 75 programas e projetos de extensão, com o valor de até R\$ 2.000,00. A quantia total seria empenhada para o ano de 2021, desta forma, os itens contemplados poderão ser requisitados entre fevereiro e setembro de 2021.

Desta forma, os coordenadores das ações contempladas poderão utilizar os recursos para requisição de itens do estoque do Almoxarifado da UFJF, para compra de materiais de consumo, para solicitação de diárias, passagens rodoviárias e passagens aéreas e para a utilização de serviços gráficos. Cabe mencionar que, para descentralizar as requisições dos itens contemplados, foi proposto nesta ação, como já ocorreu em editais anteriores da Proex, que caberá aos servidores requisitantes lotados nas unidades acadêmicas efetuá-las. A Secretaria da Proex será a responsável por acompanhar e aprovar as requisições realizadas.

A partir da realização desta última ação, busca-se manter a continuidade e a estabilidade do investimento para a extensão universitária no âmbito da UFJF, numa perspectiva de que o financiamento da extensão não se resume apenas às bolsas alocadas para os discentes, mas também aos demais itens necessários para a execução das atividades. Com a consolidação da disponibilização de apoio financeiro aos programas e projetos de extensão, espera-se, cada vez mais, motivar novos professores e TAE a desenvolverem atividades que promovam o impacto social.

Por fim, vale mencionar que as cinco ações descritas neste terceiro capítulo não são de caráter obrigatório, mas são sugestões de estratégias interventivas direcionadas à Proex. Esse conjunto de ações foi elaborado na tentativa de proporcionar a potencialização da extensão universitária na UFJF e podem ser ajustadas, conforme as necessidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso de gestão apresentado surgiu da inquietação do pesquisador com a constatação de que a distribuição dos 403 programas e projetos de extensão desenvolvidos na UFJF dava-se de maneira bastante desigual entre as unidades acadêmicas da instituição. Desta forma, estudantes de unidades em que a extensão possuía menor adesão estariam tendo menos oportunidades de desempenhar a prática extensionista durante suas graduações. Além disso, o baixo percentual de acadêmicos inseridos na extensão (7,4%) despertou o interesse para que tal tema fosse estudado, tendo em vista que a Constituição de 1988 assegura que a extensão é um dos três pilares acadêmicos de uma universidade, ao lado do ensino e da pesquisa. Assim, torna-se desejável que a prática extensionista seja oportunizada à comunidade discente. O que se tornou ainda mais evidente com a determinação do CNE de que, na década que se avizinha, 10% da grade curricular dos cursos de graduação sejam preenchidas com atividades de extensão. A partir dessa constatação, esta dissertação procurou estudar os elementos que poderiam estar dificultando o desenvolvimento da extensão nas unidades acadêmicas da UFJF.

Com os dados colhidos nas entrevistas e no questionário aplicado, foi possível identificar que, alguns entraves que dificultam o desenvolvimento da extensão no contexto nacional também foram percebidos no cenário local. Pode ser mencionada a menor valorização desta função acadêmica, em comparação ao ensino e à pesquisa, que ficou nítida na UFJF, quando analisados, por exemplo, os critérios para a progressão docente em diferentes unidades da instituição. A grande discrepância no número de bolsas de extensão (750), em comparação às de ensino (1.608) também evidenciou a presença de uma hierarquização entre as funções acadêmicas, na qual a extensão ainda se encontra em um patamar inferior. O menor investimento direcionado às atividades de extensão também foi identificado, mas vale destacar que iniciativas internas foram desenvolvidas para minimizar a ausência de editais de financiamento de órgãos externos.

Em contrapartida, alguns dificultadores específicos da extensão da UFJF apareceram. Podem ser citados o crescimento da burocracia para efetivação de programas e projetos na universidade, além do processo de divulgação das atividades extensionistas, considerado ineficiente na instituição.

Outro aspecto despertou atenção: o fato de o conceito de extensão ainda não estar difundido e consolidado na UFJF. Os instrumentos de pesquisa permitiram constatar que a comunidade docente apresenta versões antagônicas para a extensão. Ao mesmo tempo em que

afirma que esta função acadêmica deve partir de uma prática dialógica com a comunidade, promovendo a construção de um novo saber, também aponta que a extensão é o mecanismo que permite a IES meramente aplicar o conhecimento acadêmico para além de seus muros, não se configurando num processo de mão-dupla.

O desenvolvimento desta dissertação também apresentou alguns limites. Como a extensão, dentre as três funções acadêmicas, foi aquela que demorou mais tempo para ser difundida nas universidades, fato que começou a se concretizar a partir de sua inclusão no texto constitucional de 1988, a bibliografia sobre a extensão e seus principais desafios ainda não é extensa.

Além disso, como tal consolidação ainda está em curso, tanto na esfera nacional, quanto na local, ao longo da escrita deste trabalho, houve a atualização de diversas legislações e normativas sobre o tema, o que exigiu do pesquisador estar atento a esses novos documentos, na medida em que eram publicados, para que o texto não ficasse defasado. Podemos citar, por exemplo, a Resolução do CNE, publicada em dezembro de 2018, que regulamentou a inserção da extensão nos currículos de graduação, e o estabelecimento da Política de Extensão da UFJF, aprovada no mesmo mês.

Em relação aos instrumentos de pesquisa, a aplicação do questionário foi o que mais despertou tensão no autor. Enviado por *e-mail* aos docentes de duas das maiores unidades acadêmicas da UFJF, foram necessários ao todo seis envios e mais de dois meses, para que se alcançasse pelo menos 25% de respostas, em relação ao quantitativo total, que era de 315 docentes. Tal dificuldade acabou atrasando o desenvolvimento da análise dos dados.

Porém, apesar das dificuldades apontadas, os dados obtidos, tanto no questionário, quanto nas entrevistas, permitiram com que a situação da extensão na UFJF fosse analisada e, a partir disso, fossem propostas ações interventivas. Trabalhar o conceito e as diretrizes da extensão com a comunidade docente, dar continuidade à política interna de financiamento e criar um planejamento para divulgação do trabalho extensionista foram algumas destas ações planejadas. O PAE, de caráter sugestivo à Proex, foi elaborado com o objetivo central de reduzir o impacto causado pelos entraves identificados na pesquisa de campo e, desta forma, possibilitar a potencialização da extensão no âmbito da UFJF.

Espera-se que esta dissertação, além de ter identificado os principais entraves enfrentados pela extensão universitária e proposto ações para reduzir seus impactos, tenha contribuído para uma reflexão sobre a importância desta função acadêmica, não só para a transformação social das comunidades, mas também para a própria razão de ser da universidade.

Que este estudo tenha levado a refletir que a IES não é proprietária de um saber pronto e definitivo. Mas o contrário disso. Que devido ao fato de estar inserida na sociedade, ela deve ser sensível a suas demandas e necessidades. Ainda mais num momento em que a relevância destas instituições de ensino tem sido tão combatida por determinados segmentos. Torna-se necessário identificar na extensão universitária uma importante ferramenta para a própria defesa e para a ampliação da legitimidade das universidades perante as comunidades.

Tendo em vista toda a complexidade e multiplicidade de fatores que cercam a extensão universitária, espera-se que esta dissertação estimule a realização de outros estudos relacionados a esta importante função acadêmica, de forma que contribuam para sua consolidação não só na UFJF, mas também em outras IES. Ainda mais diante de tantos desafios que se colocam pela frente, como a própria inserção da extensão nos currículos, processo que começará a ser implementado nos próximos anos.

REFERÊNCIAS

A EXPERIÊNCIA do REUNI na UFJF - Prof. Eduardo Magrone. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (20 minutos). Publicado pelo canal PPGP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F-myug1qgJ8> Acesso em: 14 ago. 2018.

ANDRÉ, M. O que é um estudo de caso qualitativo em Educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/download/753/526> Acesso em: 25 nov. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil**. 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-expenditure-review-report> Acesso em: 19 ago. 2018.

BASTOS, R. L. **Ciências humanas e complexidades: projetos métodos e técnicas de pesquisa: o caos, a nova ciência**. 2 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

BRASIL. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre o ensino superior no Brasil e estabelece o Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 5.800, 15 abr. 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 16 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 3.858, de 23 de dezembro de 1960. Cria a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 16272, 23 dez. 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13858.htm Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 11429, 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 20 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 21 ago. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 7, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **O que é Reuni?** 24 fev. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/expansao> Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, ed. Extra, Brasília, DF, p. 1, 26 jun. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 11 mar. 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016**. Brasília, DF, 31 ago. 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206 Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CES nº 7/2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 34, 26 jun. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 09 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEXT**: Editais. s/d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12243&ativo=488&Itemid=30891 Acesso em: 09 mar. 2019.

CARBONARI, M. E. E. A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Belo Horizonte, v. 10 n. 10, p.23-28, 2007. Disponível em: <http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/educ/article/view/2133/2030> Acesso em: 12 maio 2018.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.** [online], Rio de Janeiro, n.24, p. 5-15, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf> Acesso em: 11 nov. 2018.

COELHO, G. C. O papel pedagógico da extensão universitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11-24, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682> Acesso em: 16 set. 2018.

CORTE Orçamentário atinge desenvolvimento e soberanias nacionais. **Associação Brasileira de Ciência**, Rio de Janeiro, 01 abr. 2019. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/04/01/corte-orcamentario-atinge-desenvolvimento-e-soberania-nacionais/> Acesso em: 06 abr. 2019.

COSTA, A. R; TALARICO, E. G. **Marketing Promocional**: descobrindo os segredos do mercado. São Paulo: Atlas, 1996.

CUNHA, L. A. O Ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a03v24n82.pdf> Acesso em: 19 ago. 2018.

DAVID, M. V. **Transformações na educação superior no Brasil e seus impactos na estrutura, estratégia e governança: o caso de três universidades federais de Minas Gerais**. 2009. 232f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/flpLN Acesso em: 19 ago. 2018.

DIAS, A. M. L. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, Cristalina, v. 1, n. 1, p. 37-52, ago. 2009.

ÉSTHER, A. B. **Universidade: uma “eterna” crise de identidade**. 2007. Disponível em: http://www.ufjf.br/poseconomia/files/2010/01/td_011_2007.pdf Acesso em: 19 ago. 2018.

FAPEMIG. **Edital FAPEMIG 07/2014: Apoio a projetos de extensão em interface com a pesquisa**. Belo Horizonte: Fapemig, 06 jan. 2014. Disponível em: https://fapemig.br/media/edital_07-2014__extensao.pdf Acesso em: 09 mar. 2019.

FAPEMIG. **Chamadas abertas**. [2019]. Belo Horizonte: Fapemig, [2019]. Disponível em: <https://fapemig.br/pt/menu-chamadas/chamadas-abertas/> Acesso em: 30 maio 2019.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf> Acesso em: 19 ago. 2018.

FONSECA, J. F. C. **As potencialidades de educação do projeto de extensão “Anatomia Humana – Apoio ao Ensino Fundamental e Médio”**. 2017. 118f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/10/JESSICA-FRANCINE-DE-CARVALHO-FONSECA_REVISADO.pdf Acesso em: 01 abr. 2018.

FORPROEX. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização**. CORRÊA, E. J. (Org.). Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf> Acesso em: 01 abr. 2018.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Forproex, maio 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> Acesso em: 11 mar. 2018.

FERREIRA, V. C. P. **O planejamento e sua aplicação no contexto escolar**. Juiz de Fora: CAEd/UFJF, 2017. Disponível em: <http://ppgp4.caedufjf.net/mod/resource/view.php?id=1825> Acesso em: 09 maio de 2019. (Acesso restrito).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em: https://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Livro_P_Freire_Extensao_ou_Comunicacao.pdf Acesso em: 04 ago. 2018.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.

HUNGER, D.; ROSSI, F.; PEREIRA, J. M.; NOZAKI, J. M. O dilema Extensão Universitária. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 335-354. jul./set. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-46982014000300015&lng=pt&tlng=pt Acesso em: 14 abr. 2018.

JEZINE, E. M. **A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2006.

JOSÉ Limar de Oliveira deixa legado para médicos e para outros profissionais da área de saúde de Juiz de Fora. **ACESSA.COM**, Juiz de Fora, 16 mar. 2009. Disponível em: <https://www.acesa.com/cidade/arquivo/jfhoje/2009/03/16-limar/> Acesso em: 05 mar. 2019.

KERR, C. **Os usos da universidade**. Fortaleza: Edições UFC, 1982.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. Rio de Janeiro: E.P.U, 2013. v. 2.

MACEDO, A. R.; TREVISAN, L. M. V.; TREVISAN, P.; MACEDO, C. S. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, abr./jun. 2005.

MARTINS, S. N.; ECKHARDT, V. M. T.; VALANDRO, N. A.; COSTA, J. A contribuição da extensão universitária na formação de universitários: um estudo de caso. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 12, p. 193-197, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/502/467> Acesso em: 09 jun. 2018.

MAZZILLI, S.; MACIEL, A. S. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: percursos de um princípio constitucional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Anped, 2010.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, p. 269-280, maio/ago. 2009.

NASCIMENTO, L. F. G. **Desafios e impactos da Extensão no âmbito da Faculdade de Educação Física e Desportos da Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2012. 109f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação/CAEd, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2014/02/Dissertação-2010-Luís-Fernando-Gomes-Nascimento.pdf> Acesso em: 14 abr. 2018.

SANTOS, B. S. **A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. São Paulo: Editora Cortez, 2004. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3915/1/FPF_PTPF_01_0619.pdf Acesso em: 11 nov. 2018.

SANTOS, J. H. S.; ROCHA, B. F.; PASSAGLIO, K. T. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 7, n. 1, p.23-28, maio 2016. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087> Acesso em: 14 abr. 2018.

SANTOS JÚNIOR, A. L. **A extensão universitária e os entre-laços dos saberes**. 2013. 248f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=136670# Acesso em: 14 abr. 2018.

SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. [2007]. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_ex Acesso em: 04 ago. 2018.

SILVA, M. D. J. “Ser contado como falante”: a interação dialógica nas práticas de extensão universitária. In: CASADEI, E. B (Org.). **A extensão universitária em comunicação para a formação da cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, p. 31-44. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zhy4d/pdf/casadei-9788579837463-03.pdf> Acesso em: 29 set. 2018.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Ed. Alínea, 2000.

SPIAZZI, D. T. **Memorial Projeto Rondon: um espaço de pesquisa, preservação e valorização da história do Projeto Rondon na UFSM**. 2011. 148f. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/10991/SPIAZZI%20DAIANE%20TONATO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 29 set. 2018.

SVARTMAN B.; CROCHÍK, J.; MASSOLA, G. Breves Comentários sobre o processo de democratização das universidades públicas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 161-164, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v27n2/1678-5177-pusp-27-02-00161.pdf> Acesso em: 25 nov. 2018.

TCU. **Documento nº 13**. 29 maio 2012. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=4885904> Acesso em: 09 mar. 2019.

TEIXEIRA, A. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. Disponível em: http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_introducao.htm Acesso em: 19 ago. 2018.

UFJF. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 51/1988**: Dispõe sobre Normas Gerais para a Extensão Universitária na Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 1989a.

UFJF. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 52/1988**: Fixa normas sobre o Programa de Bolsa de Extensão. Juiz de Fora: UFJF, 1989b.

UFJF. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução 53/1988:** Regimento da Comissão de Extensão. Juiz de Fora: UFJF, 1989c.

UFJF. **Estatuto da UFJF.** 1998. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/ufjf/files/2015/10/estatuto.pdf> Acesso em: 01 abr. 2018.

UFJF. **UFJF completa 50 anos nesta 5ª, promovendo inovação e desenvolvimento econômico de JF e região.** 23 dez. 2010a. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/secom/2010/12/23/ufjf-completa-50-anos-nesta-5%C2%AA-promovendo-inovacao-e-desenvolvimento-economico-de-jf-e-regiao/> Acesso em: 17 jun. 2019.

UFJF. Conselho Superior. **Resolução nº 02/2010:** Cria e estabelece o Regimento Interno do órgão suplementar, Centro de Educação a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 26 mar. de 2010b. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-02.2010.pdf> Acesso em: 09 mar. 2019.

UFJF. Conselho Superior. **Resolução nº 01/2012:** Aprova a criação de um Campus Avançado da UFJF, na cidade de Governador Valadares-MG. Juiz de Fora: UFJF, 26 mar. de 2012a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-01.2012.pdf> Acesso em: 09 mar. 2019.

UFJF. 45 anos de trabalho voltados para ações de extensão. **Estendendo Extensão,** Juiz de Fora, n. 16, ano 3, p. 1-4, jul. 2012b. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/proex/files/2010/01/Jornal-Julho-20121.pdf> Acesso em: 16 set. 2018.

UFJF. **Resolução nº 06/2014:** Dispõe sobre a regulamentação normativa para promoção à classe E da carreira docente (Professor Titular). Juiz de Fora: UFJF, 2014a. Disponível em:
http://www.ufjf.br/progepe/files/2014/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-06_2014_Classe_E.pdf Acesso em: 31 maio 2019.

UFJF. **Quadro para avaliação de desempenho para promoção à classe de professor titular da carreira do magistério superior.** 2014b. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/progepe/files/2014/10/Pontua%C3%A7%C3%A3o-titular-Medicina.pdf> Acesso em: 31 maio 2019.

UFJF. Pró-reitoria de Extensão. **Portaria nº 01/2015:** Dispõe sobre Normas Gerais Temporárias para a Extensão Universitária na UFJF. 24 abr. 2015. Disponível em:
<http://www.ufjf.br/proex/files/2015/04/PORTARIA-001.2015-EXTENS%C3%83O-24.04.15-1.pdf> Acesso em: 09 mar. 2019.

UFJF. Conselho Superior. **Resolução nº 68/2016:** Aprova a atualização do regimento do Conselho Setorial de Extensão e Cultura da UFJF. Juiz de Fora: UFJF, 03 nov. 2016a. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/consu/wp-content/uploads/sites/33/2016/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-68.2016-CONSU-AprovaAtualiza%C3%A7%C3%A3oRegimentoExtens%C3%A3o.pdf> Acesso em: 31 ago. 2018.

UFJF. Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. **Resolução nº 03/2016:** Dispõe sobre a regulamentação normativa para a promoção à classe E da carreira docente (Professor Titular). Juiz de Fora: UFJF, 2016b. Disponível em: <http://www.ufjf.br/progepe/files/2009/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-03-2016-Prof.-Titular.pdf> Acesso em: 31 maio 2019.

UFJF. Instituto de Ciências Exatas. **Resolução nº 01/2017:** Normatiza os procedimentos internos para a avaliação de desempenho para o professor que pleiteia promoção à classe E – Professor Titular. Juiz de Fora: UFJF, 2017. Disponível em: <http://www.ufjf.br/progepe/files/2014/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-ICE-01-2017-e-Anexo-I-Titular.pdf> Acesso em: 31 maio 2019.

UFJF. Conselho de Extensão e Cultura. **Resolução nº 04/2018:** Fixa normas sobre a Políticas de Extensão na UFJF. Juiz de Fora: UFJF, 2018a. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proex/files/2017/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-04-2018-Fixa-normas-sobre-a-Pol%C3%ADtica-de-Extens%C3%A3o-na-UFJF.pdf> Acesso em: 09 mar. 2019.

UFJF. **Semana do ICE celebra 50 anos do Instituto.** 11 out. 2018b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2018/10/11/semana-do-ice-celebra-50-anos-do-instituto/> Acesso em: 09 mar. 2019.

UFJF. Conselho de Extensão e Cultura. **Resolução nº 01/2018:** Fixa normas sobre o Programa de Participação Discente em Ações de Extensão na UFJF e revoga Resolução nº 51/88. Juiz de Fora: UFJF, 2018c. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proex/files/2017/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-01-2018-Programa-de-Participa%C3%A7%C3%A3o-Discente.pdf> Acesso em: 29 set. 2018.

UFJF. **História da UFJF.** 2019a. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/> Acesso em: 09 mar. 2019.

UFJF. **Servidores.** 2019b. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/aceso-a-informacao/servidores/> Acesso em: 09 mar. 2019.

UFJF. **Alunos (dados).** 2019c. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ufjf/aceso-a-informacao/alunos/> Acesso em: 10 mar. 2019.

UFJF. Pró-reitoria de Extensão. **Institucional.** 2019d. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proex/institucional/> Acesso em: 06 abr. 2019

UFJF. Pró-reitoria de Extensão. **Equipe.** 2019e. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proex/institucional/organizacao/> Acesso em: 06 abr. 2019

UFJF. Pró-reitoria de Extensão. **Conselho Setorial de Extensão e Cultura:** Composição e Representações. 2019f. Disponível em: <http://www.ufjf.br/proex/conselho/composicao/> Acesso em: 09 mar. 2019.

UFJF. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Editais – Ano 2018.** 2019g. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/propp/editais/ufjf/editais-anos-anteriores/editais-2018/> Acesso em: 30 maio 2019.

UFJF. Sistema Integrado de Gestão Acadêmica. **Relatório de TAEs lotados por unidade administrativa**. 2019h. Disponível em <http://siga.ufjf.br/> Acesso em: 30 maio 2019.

UFJF. **Nota oficial**. 2019i. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2019/05/13/nota-oficial-12/> Acesso em: 01 jun. 2019.

UFJF-GV. **Campus GV**. 2019 Disponível em: <https://www2.ufjf.br/gv/sobre/campus-gv/> Acesso em: 09 mar. 2019.

YAZBECK, L. **As Origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

VALENTE, E. Cortes já afetam estudos e pesquisas na UFJF. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 09 set. 2017. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/09-09-2017/cortes-ja-afetam-estudos-e-pesquisas-na-ufjf.html> Acesso em: 08 dez. 2018.

APÊNDICE A - Roteiro de Questionário: Faculdades de Medicina e Engenharia

Abordagem: O questionário abaixo será enviado, de forma eletrônica, a todo os docentes das Faculdades de Engenharia (baixa adesão à extensão) e Medicina (grande adesão à extensão), por e-mail.

Prezados docentes,

Gostaria de convidá-lo a participar da pesquisa “*ENTRAVES PARA A ADESÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIDADES ACADÊMICAS DA UFJF*”, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Tal pesquisa tem por objetivo identificar os elementos que dificultam o desenvolvimento de ações de extensão em sua unidade. O levantamento tem por objetivo identificar e analisar estes elementos, de forma com que tais dados forneçam subsídios ao pesquisador para propor um Plano de Ações à Pró-Reitoria de Extensão, com a finalidade de potencializar as atividades de extensão na UFJF. A necessidade de potencializá-la e, conseqüentemente, ampliar a inserção dos graduandos na extensão, ganhou ainda mais evidência nos últimos anos, em virtude do Plano Nacional de Educação (PNE) determinar que, até 2024, 10% da grade curricular dos cursos de graduação devem ser preenchidas com a participação em ações de extensão. Atualmente, 7,4% dos graduandos da UFJF participam de programas e projetos extensionistas.

Esclarecemos que sua identidade será tratada com padrões de sigilo, atendendo à Resolução nº 466 de 2012, do Conselho Nacional de Saúde. As informações deste questionário serão usadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Em caso de dúvidas, por gentileza, entrar em contato pelo e-mail **diogor.mestrado@caed.ufjf.br**. O tempo de resposta do questionário é de aproximadamente **7 minutos**.

Conto com sua participação!

Obrigado,

Atenciosamente,

Diogo Mendes Rodrigues

Aluno do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública
(CAEd/UFJF)

1) **SIAPE:** _____

2) **Unidade Acadêmica:** () Engenharia () Medicina

3) **Situação de Vínculo:** () Efetivo () Temporário/Substituto () Convidado/Outros

4) Carga Horária: () Dedicção Exclusiva () 40 horas () 20 horas

5) Coordena ou já coordenou programa ou projeto de extensão na UFJF?

- () Sim, coordeno atualmente.
- () Sim, mas não coordeno nenhum no momento.
- () Não, nunca coordenei.

6) Integra ou já integrou equipe de programa ou projeto de extensão na UFJF, como vice-coordenador ou colaborador docente?

- () Sim, integro a equipe atualmente
- () Sim, mas não integro a equipe de nenhum no momento
- () Não, nunca integrei

7) Há quantos anos, você coordena ou integra equipe de programas e projetos de extensão na UFJF?

- () Nunca coordenei ou integrei equipe de programa ou projeto de extensão
- () 1 (um) ano
- () De 2 (dois) a 3 (três) anos
- () De 4 (quatro) a 5 (cinco) anos
- () Mais de 5 (cinco) anos

8) Em sua opinião, o que é extensão universitária? _____

9) Em relação a cada uma das afirmativas abaixo, marque aquela que mais representa a sua opinião em relação ao conceito de extensão universitária:

a) Extensão é tudo aquilo que não é ensino e nem pesquisa.

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Discordo parcialmente
- () Discordo totalmente

b) Extensão é prestação de serviço assistencial à sociedade.

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Discordo parcialmente
- () Discordo totalmente

c) Extensão é um processo que requer diálogo permanente da Universidade com a sociedade

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Discordo parcialmente
- () Discordo totalmente

d) Extensão é prestação de serviço e de consultorias a empresas privadas

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Discordo parcialmente
- () Discordo totalmente

e) A extensão, estabelecida a partir da troca de conhecimentos entre a universidade e a comunidade, proporciona a criação de um novo conhecimento, resultante da relação entre os saberes acadêmico e popular

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

10) Para você, quais os principais elementos que facilitam e favorecem a realização de programas e projetos de extensão em sua unidade acadêmica? _____

11) Em sua opinião, quais os principais elementos que dificultam a realização de programas e projetos de extensão em sua unidade acadêmica? _____

12) Em relação a cada uma das afirmativas abaixo, marque aquela que mais representa a sua opinião em relação aos dificultadores para o desenvolvimento de atividades de extensão em sua unidade acadêmica:

a) O desconhecimento do conceito de extensão universitária é um dificultador!

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

b) O desconhecimento dos trâmites para registro de programas e projetos na UFJF é um dificultador!

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

c) O financiamento das ações de extensão, se comparada ao ensino e à pesquisa, é um dificultador!

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

d) A não valorização da extensão pela comunidade acadêmica, no mesmo patamar do ensino e a pesquisa, é um dificultador!

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

e) Meu vínculo empregatício com a UFJF ou minha carga horária de trabalho é um dificultador!

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente

- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

f) A valorização ou não da extensão universitária como critérios para minha progressão profissional é um dificultador!

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

g) Minhas atribuições administrativas/departamentais é um dificultador!

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

13) Marque abaixo a opção que melhor representa a sua opinião em relação ao estímulo ou não de sua unidade acadêmica para a realização de ações de extensão

- Minha unidade acadêmica estimula a realização de programas e projetos de extensão; da mesma forma que estimula as atividades de ensino e pesquisa;
- Minha unidade acadêmica estimula a realização de programas e projetos de extensão, mas prioriza as atividades de ensino e pesquisa;
- Minha unidade acadêmica não estimula a realização de programas e projetos de extensão;
- Minha unidade acadêmica inibe a realização de programas e projetos de extensão;

14) Marque abaixo a opção que melhor representa a sua opinião em relação ao estímulo ou não de seu departamento para a realização de ações de extensão

- Meu departamento estimula a realização de programas e projetos de extensão; da mesma forma que estimula as atividades de ensino e pesquisa;
- Meu departamento estimula a realização de programas e projetos de extensão, mas prioriza as atividades de ensino e pesquisa;
- Meu departamento não estimula a realização de programas e projetos de extensão;
- Meu departamento inibe a realização de programas e projetos de extensão;

15) Como você avalia a importância da prática extensionista para o desenvolvimento de sua prática profissional como docente?

- Muito Importante
- Importante
- Pouco importante
- Irrelevante

16) Como você avalia a importância da prática extensionista para a formação e a atuação dos estudantes de graduação?

- Muito Importante
- Importante
- Pouco importante
- Irrelevante

APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Faculdade de Medicina

- Entrevistados: 2 Docentes coordenadores de programas e projetos da Faculdade de Medicina (alta adesão à extensão)

- 1) Gostaria que fizesse um breve relato sobre a sua trajetória profissional e sua ligação com a UFJF.
- 2) Qual foi sua primeira experiência com a extensão universitária? Comente sobre sua trajetória extensionista na UFJF até os dias atuais.
- 3) O que você entende por extensão universitária?
- 4) Qual a motivação que o levou a realizar ações de extensão?
- 5) Em sua opinião, quais são as principais dificuldades para o desenvolvimento de ações de extensão na UFJF? E em sua unidade acadêmica?
- 6) Quais elementos você aponta como facilitadores para o desenvolvimento de programas e projetos na UFJF? E em sua unidade acadêmica?
- 7) De acordo com a sua experiência profissional, qual a importância da extensão universitária para o exercício de sua prática docente?
- 8) Para você, por que a Faculdade de Medicina possui tantos projetos de extensão quando comparado com os outros institutos?
- 9) Qual a importância da extensão universitária para a formação dos acadêmicos?
- 10) Em sua opinião, a extensão universitária já é valorizada no mesmo patamar do ensino e da pesquisa? Sim ou Não? Por quê?
- 11) Quais sugestões você teria para que prática extensionista possa ser estimulada e ampliada em sua unidade acadêmica e na UFJF como um todo?

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Faculdade de Engenharia

- Entrevistados: 2 Docentes coordenadores de programas e projetos da Faculdade de Engenharia (baixa adesão à extensão)

- 1) Gostaria que fizesse um breve relato sobre a sua trajetória profissional e sua ligação com a UFJF.
- 2) Qual foi sua primeira experiência com a extensão universitária? Comente sobre sua trajetória extensionista na UFJF até os dias atuais.
- 3) O que você entende por extensão universitária?
- 4) Qual a motivação que o levou a realizar ações de extensão?
- 5) Para você, quais são as principais dificuldades para o desenvolvimento de ações de extensão na UFJF? E em sua unidade acadêmica?
- 6) Quais elementos você aponta como facilitadores para o desenvolvimento de programas e projetos na UFJF? E em sua unidade acadêmica?
- 7) Qual a importância da extensão universitária para o exercício de sua prática docente?
- 8) Para você, por que a Faculdade de Engenharia possui pouca adesão as atividades/projetos de extensão? Quais fatores?
- 9) Qual a importância da extensão universitária para a formação dos acadêmicos?
- 10) Em sua opinião, a extensão universitária já é valorizada, no mesmo patamar do ensino e da pesquisa? Sim ou Não? Por quê?
- 11) Quais sugestões você tem para que prática extensionista possa ser estimulada e ampliada em sua unidade acadêmica e na UFJF como um todo?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semiestruturada: Gestão da Extensão na UFJF

Entrevistada: Pró-Reitora de Extensão da UFJF

- 1) Gostaria que fizesse um breve relato sobre a sua trajetória profissional.
- 2) Qual foi sua primeira experiência com a extensão universitária? Comente sobre sua trajetória extensionista na UFJF até chegar ao cargo de pró-reitora.
- 3) O que você entende por extensão universitária?
- 4) Qual a motivação que a levou a realizar ações de extensão?
- 5) Como extensionista, quais as maiores dificuldades que você percebe para a realização de programas e projetos de extensão?
- 6) Qual a importância da extensão universitária para o exercício da prática docente?
- 7) Atualmente, 549 professores da UFJF atuam em projetos de extensão. Isso representa 31% do quadro de docentes da UFJF. Em sua opinião, por que 2/3 dos docentes da instituição ainda não exercitam a prática extensionista?
- 8) Qual a importância da extensão universitária para a formação dos acadêmicos?
- 9) Conforme dados do início deste ano, 1.332 discentes de graduação atuavam em programas e projetos de extensão, o que representava cerca de 7,4% do total de alunos (18.122). Em sua opinião, por que esse percentual ainda é baixo?
- 10) A Resolução 07 do CNE/CES determina que 10% da carga horária dos cursos de graduação seja direcionada à extensão. O que fazer para estimular a prática extensionista entre os acadêmicos?
- 11) Na UFJF, há unidades onde a extensão possui grande adesão, como a Faculdade de Medicina, que possui 55 projetos e programas. Já a Engenharia possui poucas ações. São 7 programas e projetos para mais de 2.500 alunos. Porque há essa disparidade entre as unidades acadêmicas da UFJF?
- 12) Quais iniciativas a Proex, em sua gestão, têm realizado para ampliar e incentivar a realização de programas e projetos de extensão?
- 13) Atualmente, você é coordenadora nacional do Forproex. Qual a importância do Fórum para o desenvolvimento da extensão nas IES brasileiras?
- 14) Quais os maiores desafios para a extensão universitária nos próximos anos?

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
JUIZ DE FORA – MG – BRASIL

MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PÚBLICA

CAED-UFJF

Pesquisador Responsável: Diogo Mendes Rodrigues

Endereço: Rua Padre Anchieta, número 210, apartamento 206 – São Mateus

CEP: 36016-440 – Juiz de Fora – MG

E-mail: diogor.mestrado@caed.ufjf.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “ENTRAVES PARA A ADEÇÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIDADES ACADÊMICAS DA UFJF”. Neste estudo pretendemos identificar os elementos que dificultam o desenvolvimento de ações de extensão em sua unidade acadêmica.

Justificativa: O levantamento tem por objetivo identificar e analisar estes elementos, de forma com que tais dados forneçam subsídios ao pesquisador para propor um Plano de Ação à Proex/UFJF, com a finalidade de potencializar as atividades de extensão na UFJF. A necessidade de potencializá-la e de ampliar a inserção dos graduandos na extensão ganhou ainda mais evidência, em virtude do PNE determinar que, até 2024, 10% da grade curricular dos cursos de graduação devem ser preenchidas com a participação em ações de extensão.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos: Estudo de Caso, com a realização dos instrumentos de pesquisa: entrevista semiestruturada e questionário. A pesquisa busca apresentar como benefício a ampliação das atividades de extensão na UFJF e, conseqüentemente, uma maior inserção de acadêmicos na prática extensionista.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, no CAEd/UFJF e a outra será fornecida a você.

Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “ENTRAVES PARA A ADEÇÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS UNIDADES ACADÊMICAS DA UFJF”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer

momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 20__ .

Nome/Assinatura do participante/Data

Nome/Assinatura do pesquisador/Data

Nome/Assinatura testemunha/Data